



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

MARINA DE SÁ COSTA LIMA

**A REDE ATER NORDESTE: PARTICIPAÇÃO E CONFLITOS
DE INTERESSES NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA
POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL (PNATER)**

CAMPINAS

2018

MARINA DE SÁ COSTA LIMA

**A REDE ATER NORDESTE: PARTICIPAÇÃO E CONFLITOS
DE INTERESSES NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA
POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL (PNATER)**

Tese apresentada à Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Engenharia Agrícola, na Área de Gestão de Sistemas na Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Orientadora Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO MARINA DE SÁ
COSTA LIMA, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA.
SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO

CAMPINAS

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 28-p-4921/2018

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

L628r Lima, Marina de Sá Costa, 1980-
A Rede ATER Nordeste : participação e conflito de interesses no processo de implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) / Marina de Sá Costa Lima. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Extensão rural. 2. Políticas públicas. 3. Agricultura familiar. 4. Desenvolvimento rural - Aspectos sociais. 5. Reforma agrária. 6. Assentamentos rurais. I. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira, 1944-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: ATER Northeast Network : participation and conflicts of interests in the process of implementation of the National Policy on Technical Assistance and Rural Extension (PNATER)

Palavras-chave em inglês:

Rural extension
Public policies
Family farming
Rural development - Social aspects
Land reform
Rural Settlements

Área de concentração: Gestão de Sistemas na Agricultura e Desenvolvimento Rural

Titulação: Doutora em Engenharia Agrícola

Banca examinadora:

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco [Orientador]
Maria Angela Fagnani
Pedro Selvino Neumann
Abelardo Gonçalves Pinto
Ana Paula Fraga Bolfe

Data de defesa: 23-08-2018

Programa de Pós-Graduação: Engenharia Agrícola

Este exemplar corresponde à redação final da **Tese de Doutorado** defendida por **Marina de Sá Costa Lima**, aprovada pela Comissão Julgadora em 23 de agosto de 2018, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.

Profa. Dra. Sônia Maria Pessoa Pereira - Presidente e Orientadora

Profa. Dra. Maria Ângela Fagnani- Membro Titular

Prof. Dr. Abelardo Gonçalves Pinto - Membro Titular

Prof. Dr. Pedro Selvino Neumann - Membro Titular

Profa. Dra. Ana Paula Fraga Bolfe - Membro Titular

À Carlos José da Costa Lima e Maria Auxiliadora Ferraz de Sá

Pelo amor incondicional

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por todo o amor, sacrifício e referência como pessoas, amigos e profissionais, origens que me inspiram aonde quer que eu esteja. Ao meu irmão Bruno, pela fé inabalável nos meus passos. Em especial, ao meu tio Emanuel Ferraz, pela inspiração e apoio nesta etapa.

À minha orientadora Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, mais do que uma professora, foi o meu primeiro contato na Unicamp que estimulou a realizar uma pesquisa que leva em conta a coerência da construção do conhecimento acadêmico junto ao conhecimento local aplicados à realidade social do meio rural, essencial para a minha tese. Agradeço por todo apoio e compreensão durante o doutorado, mais ainda pelas sugestões preciosas na minha pesquisa – aprendizado para além deste trabalho, pelas vivências em projetos, seminários e jornadas de estudo que transformaram minha visão acadêmica e de mundo, pelo companheirismo, pela convivência familiar (que pôde suprir muitas das saudades que tive da minha família em Recife) e na inserção do convívio em suas atuações nas universidades e instituição de extensão rural.

À Dra. Maria Angela Fagnani, pela compreensão e pelos ensinamentos nessa fase acadêmica, apoio fundamental nesta etapa do meu percurso de vida.

Aos agricultores do Assentamento Amaraji-PE, pelos quais me encantei desde o primeiro momento, foram a grande motivação deste trabalho, em especial: ao líder sindical José Paulo de Assis; ao presidente da associação José Augusto e a José Francisco, referências de atuação local; à Gideão, à Dona Linda, à Sandra, a Cristina, Sr. Zé Rosa, pelo ânimo e disposição em orientar nas diversas conversas formais e informais, por acompanhar minhas primeiras idas a campo, por intermediar meus primeiros contatos no assentamento e com outros atores nessa pesquisa.

Ao Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, em nome da Rede ATER Nordeste, pela referência histórica de atuação extensionista em nível, local, regional e nacional. Agradeço por ser uma inspiração neste trabalho, pelo forte apoio em diversos momentos, principalmente em nome de: Alexandre Henrique Pires e Maria Aureliano de Melo. Aos agentes locais do Centro Sabiá que atuam no assentamento Amaraji, meus agradecimentos pela gentileza e oportunidade de conhecê-los, por dispor materiais, foram de grande importância nos contatos e visitas aos diversos assentados.

Às Profas. Dras. Maristela Carmo e Valéria Comitre pelos encontros, amizade prazerosa, em especial, pelos debates enriquecedores em congressos, simpósios e salas de aula. À Dalva Soares pela parceria e amizade.

Ao Prof. Dr. Jorge Tavares por proporcionar importantes sugestões do cenário desta pesquisa, antes de minhas primeiras idas a campo, além de intermediar contato com atores locais. Ao Dr. Marcos Figueiredo pelas contribuições e entrevista gentilmente cedida a este trabalho. À Eduardo Galletta e Abelardo Pinto, pela amizade e toda rica experiência na Associação Paulista de Extensão Rural – APAER que pude vivenciar.

Agradeço ao compartilhamento nos diversos momentos desta pesquisa e por todo o carinho da Dra. Laise Andrade, bem como da Dra. Lúcia Figueiroa.

Aos amigos Felipe Jardim, Marília Verri, Bruno Arraes, Lybia M., Clarissa M. e Alice A.

À Iara Fonseca, pela amizade incondicional no decorrer deste trabalho e na vida, pelos debates preciosos de pesquisa, pelas afinidades de pensamento e cultura.

À Adelma Ferreira, pela amizade construída, pelos intermináveis debates e contribuições no decorrer do doutorado e pelo carinho das experiências nos bons e difíceis momentos desta Tese.

À Haidi Jarschel, Marcos Haddad, Milena Machado, Adriana Arantes, Julia Reis, Lilian da Rosa, Isabel Rocha, Maritza, Prado e Ricardo pelos laços de amizades tão significativos em Campinas, mesmo com toda minha ausência.

Aos integrantes do Laboratório de Comunicação de Pesquisas Ambientais e Agrícolas da Feagri e do IFCH, em especial, à Lourival Fidelis, Iris Guerrero, Tiago Rodrigues, Vanilde Souza-Esquerdo, Julieta Oliveira, Kellen Junqueira, Tatiana Brandão, Wilson Mazalla, Wagner Gervásio, Clóvis Tristão, Ana Carolina Aguerri, Danitielli Simonato, Fernando Rabello e Suzana Alvares pelo compartilhamento de experiências. À Francine Procópio pelo apoio na organização da planilha e à Ricardo Borsatto pelas indicações de leituras.

Às vivências e amizades conquistadas: na UFSCAR-Araras, como professora colaboradora; o Projeto IFPRI e o de Políticas Públicas para Agricultura Familiar em SP, como pesquisadora; o projeto de agroecologia na RAU, como participante; por toda essa rica experiência acadêmica.

À Faculdade de Engenharia Agrícola, pela oportunidade de realizar este trabalho. À Rita Ferreira e Cláudio, com muito carinho, pelo apoio da Coordenação de Pós-Graduação. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que forneceu o recurso financeiro para a realização desta pesquisa.

‘Nova’ Colonização

Onze peões e eu,
na caixa desencaixada do velho Ford,
três horas, eu peneirando ossos e Evangelho;
e eles, ossos e paixão, e paixão.

Sacode-nos contra os buracos
o caminhão
a sede queima o cansaço,
e se amassa no barro o olhar e o coração.
As garças são apenas garças.

Eles riem, de soslaio, cúmplices,
eu pobre, de mim,
sou um padre, segregado,
mesmo tentando a encarnação.
Por entre os farrapos das nuvens
chora uma acumulada desolação.

Quebram-se a paciência
E o velho Ford.
Treze mil alqueires de terra possuída,
Sete bilhões poupados,
E faltando o suporte de uma tábua!

“Mastro de solidão”, o tronco gris dessa palmeira
talvez sobreviveu
para ser eixo flutuante de todas as reivindicações
da floresta sacrificada sem compaixão.
O vento traz baforadas
de acre odor de vaca.
Fome,
sede e calor.

E, logo, o horizonte, aberto, lanceado
Por outros muitos restos de verde esquadra
Que perdeu seus domínios, agredida
pela cobiça da nova colonização.
E a fazenda, ali, faceira, impune,
com a carne desnuda e provocante de suas telhas de sol!
(Fortaleza feudal, encostada de dinheiro sulista.
Parque de tubarões, cevados de segregação...)
Terra de quem? Verde terra infinita
Roubada e abençoada pela lei!
...para os peões flutuantes do Norte,
assalariada prisão.

Dom Pedro Casaldáliga

RESUMO

As redes de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER vêm constituindo um marco institucional junto aos agricultores familiares, na medida em que fazem parte de um processo estratégico de transformação na relação entre serviços extensionistas e agricultores de base familiar. Apesar de escassos, estudos motivados pela reflexão da ação do Estado com instituições de ATER vêm adquirindo um espaço relevante nas pesquisas agrárias. No entanto, em que medida a formação de uma rede de ATER, respaldada pelos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, pode representar uma proposta de atuação efetivamente voltada para a melhoria das condições socioambientais de vida e do protagonismo dos agricultores familiares? A presente tese parte da hipótese de que a consolidação de uma rede de ATER, ao envolver a participação de diversos atores, incluindo representantes dos agricultores familiares e movimentos sociais de base agroecológica, influencia positivamente a implementação da PNATER. Como propósito, esta tese analisou o impacto da PNATER, sob a análise da eficácia da ação da Rede ATER Nordeste via Centro Sabiá, no Assentamento Amaraji, em Pernambuco. No suporte teórico-metodológico, o neoinstitucionalismo de redes trouxe subsídios para compreender o potencial de coevolução entre as sociedades e o ambiente, na articulação em rede das organizações que compartilham valores, princípios e práticas em comum. O assentamento Amaraji foi escolhido para o estudo de caso onde metade das unidades domésticas foi analisada, num total de 96 famílias. Num primeiro momento, o levantamento das informações foi feito por meio de entrevistas semi-estruturadas, abertas e roteiros dirigidos através de questionários aplicados aos agricultores e, em seguida, aos extensionistas e gestores da Rede. Foram indicadas as principais lideranças locais para aplicar entrevistas abertas, no intuito de ampliar a compreensão das redes extensionistas nas transformações dos meios de vida no assentamento. A técnica de observação direta e diário de campo auxiliaram na análise da linguagem não verbal e maiores informações que escapam às entrevistas. O método de história oral, por meio de relatos de suas trajetórias de vida, aprofundou os resultados pelas memórias coletivas dos assentados diante de sua realidade. A terceira etapa foi a definição dos indicadores socioeconômico, político-institucional e ambiental. O valor de cada indicador e suas variáveis foram calculados de acordo com o peso atribuído a cada um. A avaliação do impacto da PNATER foi realizada para o conjunto de agricultores que recebem ATER. O impacto da Política sobre os agricultores foi determinado pelos indicadores de ATER entre os agricultores beneficiados pelo programa, sendo agrupados em blocos e pareados com base no índice constituído pelas respostas de cada agricultor. Dois indicadores se sobressaíram nesta análise: a questão ambiental e a segurança e soberania alimentar. Os resultados dessa tese contribuíram para avançar na reflexão sobre o papel das Redes de ATER para um diálogo estabelecido entre o governo brasileiro junto a essas entidades, reconhecendo o agricultor familiar como um sujeito social fundamental no processo de desenvolvimento rural sustentável, adaptado à realidade da Zona da Mata-Sul, no estado de Pernambuco.

Palavras-chave: Assistência Técnica e Extensão Rural; Neoinstitucionalismo; Redes Institucionais; Assentamento Rural

ABSTRACT

The Technical Assistance and Rural Extension – ATER networks have been constituting an institutional mark for family farmers, insofar as they form part of a strategic process of transformation in the relationship between extension services and family-based farmers. Although scarce, studies motivated by the reflection of state action with ATER institutions have been acquiring a relevant space in agrarian research. However, the extent to which the formation of ATER networks, backed by the principles of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension - PNATER, may represent a proposal for action effectively aimed at improving the socio-environmental conditions of life and the protagonism of family farmers? The present thesis is based on the hypothesis that the consolidation of an ATER network, involving the participation of several actors, including representatives of family farmers and social agroecological-based movements, positively influences the implementation of PNATER. As a purpose, this thesis analyzed the impact of PNATER, under the analysis of the effectiveness of the action of the ATER Northeast Network through the Sabiá Center, in the Amaraji Settlement, in Pernambuco. In the theoretical-methodological support, the neoinstitutionalism of networks has brought subsidies to understanding the potential of coevolution between societies and environment, in the network articulation of organizations that share common values, principles and practices. The Amaraji settlement was chosen for the case study where a half of the households was analyzed, on a total of 96 families. At the first moment, the collection of information was made through semi-structured, open and directed interviews through questionnaires applied to farmers and, then, to extension agents and network managers. The main local leaders were indicated to apply open interviews, in order to broaden the understanding of extensionist networks in the transformation of the livelihoods in the settlement. The technique of direct observation and daily field helped in the analysis of nonverbal language and more information that escapes the interviews. The oral history method, through reports of his life trajectories, deepened the results by the collective memories of the settlers up their reality. The third stage was the definition of socioeconomic, political-institutional and environmental indicators. The value of each indicator and its variables were calculated according to the weight assigned to each one. The evaluation of the impact of PNATER was realized for all farmers who receive ATER. The impact of the Policy on farmers was determined by ATER indicators between the beneficiary farmers by the program, being grouped in blocks and pairs based on the index consisting of the answers of each farmer. Two indicators stood out in this analysis: the environmental issue and food security and sovereignty. The results of this thesis contributed to advance the reflection about the role of the ATER Networks for a dialogue established between the Brazilian government together with these entities, recognizing the family farmer as a fundamental social subject in the process of sustainable rural development, adapted to the reality of South-Forest Zone, in the state of Pernambuco.

Keywords: Rural Extension; Neoinstitutionalism; Institutional Networks; Rural Settlement

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Microrregiões do Brasil com maior número de famílias em ocupações (1988-2003)	87
Quadro 2 - Aspectos socioeconômicos e gerais do Assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE	126

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de situação do município de Rio Formoso-PE	88
Figura 2 - Mapa do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE	92
Figura 3 - IV Encontro Nacional de Agroecologia, em Belo Horizonte-MG	108
Figura 4 - Lideranças sindicais e de associações de trabalhadores rurais de Rio Formoso-PE, na exposição acadêmica do Museu Nacional da UFRJ, RJ.	113
Figura 5 - Reunião do Centro Sabiá dos 20 anos da Agrofloresta em Pernambuco, na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Recife-PE.	115
Figura 6 - Sócio Fundador do Centro Sabiá	115
Figura 7 - Gestora do Centro Sabiá	115
Figura 8 - Práticas metodológicas baseadas no método campesino à campesino para a construção do conhecimento agroecológico e trocas de saberes no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.....	117
Figura 9- Etnovarietades da Mandioca (<i>Manihot esculenta</i> Crantz), coletadas e denominadas de ‘Rosinha’ e ‘Pão’ pelo Sr. D., no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE	122
Figura 10 - Tubérculo (sem identificação) denominado localmente por batatinha da terra, no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE	122
Figura 11 - Mulheres na produção agroecológica do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.....	123
Figura 12 - Certificação social e beneficiamento de polpa por mulheres do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.	124
Figura 13 - Reunião da Associação Produtiva do Engenho Amaraji, município de Rio Formoso-PE.	127
Figura 14 - Liderança sindical no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.	127
Figura 15-Liderança local do assentamento Amaraji,município de Rio Formoso-PE.	127
Figura 16 – Distribuição dos entrevistados em relação à sexo e idade, no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.....	131
Figura 17 - Anciões, sanfoneiro e artesão, do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.....	131

Figura 18 - Atividades profissionais dos entrevistados e seus familiares do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.	135
Figura 19 - Áreas de criação de animais e cultivo de plantas no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.	139
Figura 20 - Família de trabalhadores rurais do corte da cana no “tempo de engenho”, Engenho Amaraji, município de Rio Formoso-PE.	141
Figura 21 - Família de agricultores familiares do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE	141
Figura 22 - Formação inicial do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio Formoso-PE.	144
Figura 23 - Percepção dos Agricultores sobre as ações de ATER no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.	148
Figura 24- Construção de SAF via saber local de agricultores e mediação de extensionistas, no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.	149
Figura 25 - Mata ciliar mantida e conservada no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.	150
Figura 26 - Manejo local de espécies madeireiras nativas e alimentícias no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.	151
Figura 27. Experiência de trocas de sementes mediada pelo Centro Sabiá, integrante da Rede ATER Nordeste.	152
Figura 28. Feira Agroecológica do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.	153
Figura 29. Horta orgânica a ser entregue ao PAA, no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entidades que constituem a Rede ATER Nordeste	97
Tabela 2 - Descrição dos Indicadores pré-elaborados	101
Tabela 3- Redes informais estabelecidas pelos agricultores no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE	129
Tabela 4 - Assentados que recebem ou não ATER em relação à faixa etária, no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE	129
Tabela 5 - Distribuição das Unidades Domésticas em relação às faixas de renda, no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE	136

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ANA	Articulação Nacional da Agroecologia
ASBRAER	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão
AS-PTA	Assessoria e Serviços em Projetos de Tecnologia Alternativa
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAATINGA	Centro de Assessoria e Apoio a Trabalhadores/as e Instituições Não Governamentais Alternativas
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNATER	Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura Familiar
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPRH	Agência Estadual do Meio Ambiente
CTA	Centro de Tecnologias Alternativas
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EMATER – PE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Pernambuco
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESPLAR	Escritório de Planejamento e Assessoria Rural
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FASER	Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Público Agrícola do Brasil
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FEAGRI	Faculdade de Engenharia Agrícola
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de <i>Pernambuco</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPRI	International Food Policy Research Institute
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA	Instituto Agrônômico de Pernambuco
MAA	Movimento de Agricultura Alternativa
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROMATA	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PTA/FASE	Projeto de Tecnologia Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
SABIÁ	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SASOP	Serviço de Assessoria à Organizações Populares Rurais
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

I. INTRODUÇÃO -----	24
1.1. Questionamentos, hipótese, objetivos-----	29/30
II. SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DAS TEMÁTICAS ANALIZADAS -----	32
2.1 – Conceitualização e resgate histórico da ATER Brasileira -----	32
2.2–Extensão Rural enquanto Política Pública: da concepção à criação da PNATER	42
2.3 – A ATER e a Questão Agrária -----	48
2.4 – ATER e Agricultura Familiar -----	53
2.5 – Origem do Neoinstitucionalismo e linhagens procedentes -----	58
2.6 - O papel das redes sociais-----	71
III. CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS -----	83
3.1 – Delimitação e caracterização da área -----	84
Ocupação da terra e histórico de luta – Zona da Mata Pernambucana-----	84
Área de Estudo- Aspectos geográficos, ambientais e socioeconômicos-----	87
3.2– Instrumentos da pesquisa-----	93
Primeira Etapa – Delimitação da amostra -----	97
Segunda Etapa – Extensionistas e Gestores-----	99
Terceira etapa - A construção de indicadores-----	100
3.3– Análise dos dados -----	103
IV. A PNATER ANALISADA SOB A PERSPECTIVA DE REDES -----	106
4.1 O papel do Neoinstitucionalismo de Redes para a compreensão da implementação da PNATER por meio da Rede ATER Nordeste-----	106
4.2 A trajetória da Rede ATER Nordeste e sua relevância no Brasil-----	109
4.3 Perfil socioeconômico do Assentamento de Amaraji-----	125
4.3.1 Constituição do assentamento Amaraji-----	138
4.3.2 Autoidentificação-----	139
4.3.3 Procedência e trajetória dos assentados -----	140
4.3.4 Percepções dos agricultores sobre a vida no assentamento rural-----	143
4.4 Aplicação dos Indicadores no assentamento Amaraji-----	147
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	156
VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	159

APRESENTAÇÃO – PRELÚDIO

O presente trabalho de doutorado reflete uma parte da minha trajetória de vida, no âmbito familiar, na experiência de trabalho como bióloga e no doutorado em engenharia agrícola, com a pesquisa e atuação como extensionista, de experiência nas interações em trabalhos de equipe e no campo, em Pernambuco, Paraná e São Paulo. Ao trazer à tona essas memórias das experiências vividas, podemos compreender um pouco mais sobre o porquê dos percursos e decisões acadêmicas que foram tomados.

A busca por um tema requer um amadurecimento de ideias e questões que não são simples de ser delimitadas, ainda mais se tratando de uma pesquisa interdisciplinar nas áreas das ciências agrárias e sociais. A teoria do Neoinstitucionalismo, dentro deste o Neoinstitucionalismo histórico, a noção de redes sociais e de assentamentos rurais exige uma abordagem multidimensional na construção do conhecimento que envolve diversos atores sociais, como a academia, os conhecimentos locais dos assentados, os movimentos sociais, o governo e a articulação de ONGs.

Essa interdisciplinaridade envolve duas dimensões que não são fáceis de articular: o desenvolvimento rural sustentável, na construção deste doutorado, trouxe a oportunidade de aprofundar a temática de políticas públicas, extensão rural e agricultura familiar, principalmente buscando entender como ocorrem os processos sociais de implementação de uma política pública e da atuação de redes de ATER em assentamentos rurais; e a dimensão da produção de conhecimento que envolvem redes de atores sociais, ciência, conhecimentos tradicionais, participação e poder.

Diante do recorte que realizei a partir de ideias e experiências em pesquisas realizadas, me situo no debate contemporâneo das ciências sociais e agrárias que entende o institucionalismo como uma perspectiva histórica e atuação em rede sociais, de forma que a importância das instituições se revela nas normas sociais que governam cotidianamente a vida e as interações sociais. Desta forma, a implementação de uma política pública explicada pela sua capacidade de inserção cultural.

A presente tese de doutorado visa analisar os conflitos e potencialidades dos atores sociais, em especial a Rede ATER Nordeste, envolvidos na implementação da Política Nacional

de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER. Esta política passou a ser implementada no final de 2003, com premissas que buscam uma mudança e transição da lógica extensionista da modernização conservadora para internalizar os preceitos de uma extensão agroecológica.

Embora exista bastante resistência institucional e cultural às mudanças preconizadas pela PNATER, há avanços consideráveis exercidos pela sociedade organizada em redes de movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais. Há cerca de uma década e meia, essa política está ativa (embora tenha sofrido cortes institucionais e orçamentários), representando os anseios e pressão dessas organizações, buscando suprir as demandas e aspirações das populações do campo, neste caso, as da agricultura familiar.

Para melhor compreender a atuação das redes institucionais, as mudanças na epistemologia do neoinstitucionalismo abrange mais recentemente o entendimento de instituição enquanto um conceito que envolve a noção de valores, representações cognitivas e padrões morais que regem as atitudes das pessoas. Neste ponto, os autores Hall e Taylor (2003) apontam uma quebra da dicotomia entre instituição e cultura. A instituição passa a ser entendida como uma rede de hábitos, de símbolos, de valores, do contexto que modelam os comportamentos humanos. Do ponto de vista do enfoque cultural, a instituição possibilita a reprodução de comportamentos, socialmente construídos e definidos que se anseiam.

Na concepção de “dependência de trajetória ideacional” do neoinstitucionalismo histórico, em como as ideias (motivações, anseios, preferências) regem a construção de regras e valores das pessoas, qual seria o contexto que elas sofrem uma ruptura ao ser questionadas, modificadas ou até mesmo excluídas? A abordagem neoinstitucionalista compreende as redes enquanto instituições, formais ou informais. Portanto, as redes sociais representam uma categoria que influi diretamente na distribuição de poder, no fortalecimento de identidades e na defesa de interesses resultantes das relações entre os atores.

O conflito desses interesses reflete um padrão antigo de uma minoria privilegiada em detrimento da maioria da população rural, resultando numa forte crítica consolidada por diversos autores, como bem retrata Bergamasco (1997) e concordamos, sobre o processo de exclusão social em consequência da modernização da agricultura no governo militar, da década de 1960 a 1980. A inserção do pacote tecnológico de insumos químicos no solo, os pesticidas, o hibridismo dos cultivos, a mecanização, a biotecnologia e a manutenção de uma alta concentração da estrutura fundiária trouxeram sérias consequências socioambientais.

Este cenário criou uma amplitude de desemprego, fome, precariedade das condições de trabalho e saúde, gerando um êxodo rural de cerca de 30 milhões de pessoas nesse período. Por outro lado, a ampliação das fronteiras agrícolas foi um dos principais fatores de desmatamento dos biomas brasileiros, além de causar desgaste e até mesmo desertificação dos solos, pondo em risco mananciais aquíferos, em síntese, um modo de apropriação dos recursos naturais que vem comprometendo os serviços ecossistêmicos no mundo.

Uma reflexão fundamental, na qual me insiro, é o debate em que as instituições precisam inovar tecnologias e avanços educacionais por meio do reconhecimento, estímulo e transmissão dos processos sociais de inovação agroecológica que são protagonizados por agricultores(as), com a mediação de redes de extensionistas, da academia e outros atores num processo de construção mais justo e inclusivo de saberes.

Neste sentido, a extensão rural é entendida como um meio para ter direitos fundamentais, o que reivindica não um fazer servir, mas considerar a participação dos agricultores no desenvolvimento do meio rural no assentamento, constituindo uma premissa necessária na agregação do potencial endógeno e construção de saberes das populações rurais assentadas.

A seleção do tema de pesquisa da tese passou por um longo período de maturidade para sua definição. Quando surgiu a possibilidade de trabalhar sobre a Rede ATER Nordeste, na qual o Centro Sabiá faz parte, foi extasiante. Ainda me recordo quando conheci o Centro Sabiá no período de graduação, na ocasião em que fiz parte da organização do Encontro Regional dos Estudantes de Biologia – EREB de 2001, na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, em Recife e coordenei a vivência com SAFs – Sistemas Agroflorestais, no sítio de Inhamã construído pelos agricultores Seu Jones e Dona Lenir, junto aos extensionistas do Centro Sabiá. Esta recordação ficou gravada em minha memória, ao me encantar com uma verdadeira “ilha de vegetação” com diversas árvores, ervas e arbustos no meio de áreas abertas na região.

Durante a formação acadêmica nas ciências biológicas prossegui em outros campos, mas sem esquecer a prazerosa experiência com o Centro Sabiá. Me identifiquei imediatamente na linha de pesquisa da etnobotânica e botânica aplicada, na interface povos (cultura) e natureza, possibilitando construir e coordenar o projeto de extensão sobre Etnobotânica Afro-Brasileira, a importância biológica e cultural de plantas em duas comunidades urbanas em Olinda-PE. Uma de origem fortemente africana (Nação Xambá) e a outra de maior influência mais indígena e

europeia. A Xambá é reconhecida como o primeiro Quilombo Urbano do Nordeste e o terceiro do Brasil.

Ainda na graduação, em 2004, pude trabalhar numa ampla pesquisa realizada pela Associação para o Apoio à Verticalização da Pequena Produção - APROVE, em parceria com a International Development Research Centre – IDRC (Canadá), Promoción del desarrollo sostenible - IPES (Peru) e Urban agriculture - ETC (Holanda), em cinco países da América Latina. No Brasil, eles precisariam encontrar um grupo de agricultores peri-urbanos que mantivessem uma relação mais horizontal na organização social, sem uma hierarquia rígida, para participar de um intercâmbio e troca de experiências com os demais agricultores selecionados na Holanda. Foi a minha primeira experiência com agricultoras no manejo de plantas em áreas periurbanas, mulheres de muita fibra e igualmente afetuosas.

Além das atividades estritamente acadêmicas, tive a oportunidade de participar de vivências com movimentos sociais na biologia: na participação do Encontro Nacional de Estudantes de Biologia – ENEB de 1999, em Fortaleza-CE; na organização do Conselho Nacional dos Estudantes de Biologia – CONEBio, em Bonito-PE; e na organização do EREB de 2001, na UFPE, em Recife. Essas vivências me proporcionaram o primeiro contato com um assentamento rural do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Sertão de Canindé, no Ceará e suas organizações em associações e na prática das tecnologias sociais de irrigação, captação e purificação de água, de solo, de cultivo e de criação.

Já no mestrado em Biologia Vegetal, na Universidade federal de Pernambuco (UFPE), pude me aprofundar sobre a análise das inovações técnicas e potenciais de uso locais dos recursos florestais por agricultores no assentamento Pitanga, vivendo em torno de uma Área de Preservação Permanente - APP de Mata Atlântica no nordeste brasileiro.

Ao me deparar com as tensões no campo, conflitos ou impasses que envolviam o cotidiano local dos assentados com as intervenções externas, foi possível identificar dois questionamentos: a análise do uso e manejo dos recursos naturais que visam contribuir para a conservação da biodiversidade, não explicava a condição do modo de vida desses agricultores, haviam outros fortes fatores sociais; da mesma forma, o discurso da precariedade socioeconômica e técnica dos produtores apontados pelos técnicos. Basicamente, a constatação de que havia uma confrontação entre lógicas diferentes, entre aquelas desenvolvidas pelos

agricultores e as internalizadas pelos técnicos, foi verificada em relação à conduta destes atores e até mesmo em relação as estratégias de desenvolvimento das políticas por eles adotadas.

Considerando que minha experiência acadêmica estava mais focada nos recursos vegetais do que nos fatores socioeconômicos e culturais que afetam os agricultores e seu manejo, senti uma grande necessidade de ampliar o enfoque após o mestrado. Ao me deparar com esta realidade, montei meu projeto de doutorado propondo entender a influência da sociedade mais abrangente nas transformações dos sistemas agrícolas manejado por populações tradicionais, em áreas rurais e urbanas.

Inspirada em um grupo de pesquisa na França, com uma pesquisadora na área de etnobotânica vinculada a uma pesquisa na Unicamp, resolvi fazer a seleção de doutorado em Ambiente e Sociedade, no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais em Ambiente e Sociedade – Nepam. O resultado saiu, uma boa conquista, mas não durou muito. Ao me mudar de Recife para Campinas, na primeira reunião com minha orientadora, soube que não poderia levar adiante o meu projeto.

Me foi orientado a realizar um projeto sobre o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Posso até admitir que eu já imaginava a possibilidade de modificações no meu projeto, mas não que poderia mudar completamente a estrutura temática do projeto de tese. Conversei com a coordenadora do programa se poderia mudar de orientadora. Foi quando tive a oportunidade de conhecer a Dra. Sonia Bergamasco que desenvolve pesquisas com agricultores familiares, em especial com assentamentos rurais.

Finalmente, os estudos na área de agroecologia e políticas públicas para a agricultura familiar foram iniciados, junto à diversas atividades práticas em projetos de pesquisa, organizações de seminários e articulações entre as organizações representativas de agricultores familiares, de movimentos sociais e de profissionais de extensão rural e demais áreas, com a Frente Parlamentar, do Governo anterior, para atender suas demandas.

Logo no início do meu doutorado na Faculdade de Engenharia Agrícola - Feagri, na Unicamp, me associei à Associação Paulista de Extensão Rural - APAER, a qual pude atuar e conhecer melhor o processo de tomadas de decisões nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar, dentre elas, a Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural – PNATER, presente na abordagem desta Tese.

Um grande marco durante o doutorado foi a participação e organização da II CNATER - 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária, a qual pude estar presente e fazer parte da organização regional das propostas sugeridas pelos agricultores familiares – assentados, pescadores, quilombolas, populações indígenas e demais populações tradicionais - para a melhoria e maior acessibilidade da PNATER.

Pela primeira vez na história brasileira, uma Política Pública é construída com a participação das demandas da sociedade civil. Essa experiência foi indescritível pelo grau de envolvimento na inserção de diversos atores sociais que, mesmo com suas limitações, foi concretizada. Não há dúvidas quanto as novas formas institucionais: garantir uma participação social para inferir na implementação de uma política pública só vem a contribuir para que a mesma seja bem aceita pelas comunidades locais.

Esta nova abordagem da sociologia e desenvolvimento rural relacionando a agricultura familiar viriam a fazer sentido aos questionamentos surgidos no mestrado, ao buscar entender quais fatores do contexto social e como os mesmos influenciavam a vida dos agricultores familiares, na sua produção e nos seus modos de vida. A construção deste novo plano de pesquisa de doutorado agora fazia sentido tanto numa dimensão ideológica (ao manter a perspectiva do agricultor familiar, seus saberes e demandas), bem como acrescentando uma abordagem epistemológica coerente com o que eu gostaria de ampliar para reforçar a autonomia desta categoria social.

I. INTRODUÇÃO

O Brasil passou por um período único na história, dentro do processo de redemocratização (após a época ditatorial do Golpe de 1964), a efetivação de um governo democrático que possibilitou uma abertura para a participação e o controle social sobre as políticas públicas. Desta forma, a estrutura estatal e os serviços públicos em geral se apresentaram cada vez mais acessíveis à população, mesmo que ainda insuficiente, especialmente às partes mais desprovidas do processo de desenvolvimento.

Uma atuação dessa ordem não surge espontaneamente, surge num longo processo de construção social que envolveu uma grande mobilização de diversos setores da sociedade, culminando num importante marco: a promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Enfim se transformava em lei um processo de mudanças políticas, sociais e econômicas, após um duro e grande período de repressão da liberdade de expressão e da participação social, decorrente da Ditadura Militar no Golpe de 1964. Assim, tornou-se necessário se elaborar um Plano de Desenvolvimento Rural que fosse capaz de internalizar essas mudanças na sociedade. Kageyama e Bergamasco (1990) reforçam que as transformações nessas políticas vêm se fortalecendo ao levar em conta a heterogeneidade do rural no Brasil e a considerar a agricultura familiar como um público de grande importância nesse campo.

Os modelos de políticas públicas para o desenvolvimento rural brasileiro se constituíram ao longo do tempo, em disputas de diferentes visões de sociedade, sustentadas por interesses conflitantes de grupos sociais. No decorrer da história no Brasil, Wanderley et al. (2014) retrata as forças dominantes de apropriação dos recursos produtivos que se estabeleceram, sendo representadas mais recentemente na segunda metade do século XX como a “modernização conservadora” da agricultura, privilegiando os grandes proprietários de cultivos para exportação.

Ao mesmo tempo, a autora revela outros modelos deixados em segundo plano que se sobrepõem ao dominante, se constituem nas especificidades do meio rural com outros interesses e formas de produção e trabalho que remetem à modos de vida de agricultores familiares, com o reconhecimento de sua cultura, na busca pela qualidade de vida de sua população e na manutenção de uma diversidade agrícola. Sobretudo, a agricultura familiar no Brasil se

estabeleceu historicamente como um setor bloqueado e sem apoio institucional para desenvolver suas habilidades (WANDERLEY et al., 2014).

Diante das novas exigências dos movimentos sociais e da sociedade aos papéis que o Estado deve assumir em decorrência da crise socioambiental, como consequência do processo de modernização conservadora, encontra-se o desafio de incentivar estratégias de desenvolvimento que incluam uma sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Dentre as estratégias, fez-se necessário validar a implementação de uma política de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER reformulada e duradoura.

No cenário das políticas públicas para agricultura familiar, com a reformulação do estado democrático, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária), acompanhando agricultores familiares (assentados, camponeses com ou sem terra, quilombolas, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais e outros) passam a ter uma forte repercussão para a implementação da atual Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (MDA, 2010).

As mudanças na ATER vêm surgindo em diversas esferas: no âmbito dos movimentos de trabalhadores rurais que lutam por melhores condições de trabalho e vida; na análise crítica dos impactos negativos da Revolução Verde, bem como dos modelos difusionistas de ATER; na crise ambiental, com o desgaste de solos, florestas, recursos hídricos, grandes quantidades de agrotóxicos, dentre outros (CAPORAL, 2009). Deste modo, outros tipos de desenvolvimento rural na agricultura passam a ser buscados como formas mais sustentáveis, podendo equilibrar uma produção qualificada de alimentos, melhores condições de vida para a população rural e urbana, e a manutenção dos recursos naturais.

A Política Nacional de ATER foi instituída num processo participativo, em diversos âmbitos do governo federal, bem como nos setores da sociedade civil, lideranças das organizações dos agricultores familiares e dos movimentos sociais envolvidos. Dentre seus desafios e acordos, a formação da Política Nacional de ATER busca ser realizada de forma sistêmica, vinculando recursos naturais, humanos e financeiros a partir de parcerias, redes solidárias e empenhadas para o fortalecimento da agricultura de base familiar no território brasileiro.

Desta forma, o público definido como beneficiário de seu programa envolve a heterogeneidade da agricultura familiar, expressa nos assentados por programas de reforma agrária, agricultores com ou sem terra, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF. Não apenas nessa esfera, levar em conta as diferenças implica em respeitar à multiplicidade de fatores nas formulações de projetos, tais como: enfoques de gênero, de geração, de raça, de etnia, questões socioculturais, econômicas e ambientais. Principalmente, as orientações da PNATER têm como condição principal a inclusão social da população rural mais necessitada (CAPORAL, 2009).

No entanto, em que pese a redemocratização do Estado e conseqüentemente dos direitos de cidadania e participação em quase três décadas, o estabelecimento das mudanças institucionais não é garantia de que as mesmas serão concretizadas. Por falta de uma tradição/cultura de prática de cidadania e uma efetiva participação da sociedade civil no controle social das políticas, em muitas localidades ocorre uma certa adequação na acomodação em modelos pré-existentes, até mesmo remetendo à velhos mecanismos especializados de privilégios.

Nas análises de Avila et al. (2011) sobre as políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil, nova roupagem de desenvolvimento rural, indicam um padrão que se refere à disputa de poder nas tomadas de decisões nos espaços públicos, no caso das redes sociotécnicas no Território das águas Emendadas do Distrito Federal e Minas Gerais.

Neste contexto, o poder das redes dos técnicos demonstrou o quanto essa vinculação favorece o acesso aos recursos para os projetos. Projetos estes que refletem a busca por regalias por parte dos técnicos, os quais se revelam como um obstáculo ao processo de participação, na medida em que reivindicam a exclusividade de competências, um acesso diferenciado às informações, constroem outros espaços exclusivos de negociação.

Tal como afirma Favareto (2010), não restam dúvidas de que a década passada foi um grande momento em vários sentidos em termos de redemocratização e em outros, como: na redução da pobreza e na inédita redução da desigualdade; uma experiência de crescimento econômico continuado.

Entretanto, nas regiões rurais brasileiras seria um grande equívoco afirmar que apenas reverter mais recursos para a agricultura familiar e fortalecer as políticas sociais (êxito desses últimos tempos) seja o suficiente para manter e ampliar os efeitos benéficos. Antes de qualquer medida, é essencial uma inovação nos instrumentos de política, levando em conta as relações de poder, para garantir uma maior participação e controle social, bem como para que as mudanças conquistadas sejam de fato realizadas.

A presente tese analisa a trajetória de uma Rede de ATER constituída por entidades em vários estados do Nordeste. Em Pernambuco, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá é a entidade institucional que faz parte da Rede ATER Nordeste e será a referência de estudo para esta tese. Mais conhecida como Centro Sabiá, esta organização não-governamental (Ong) foi fundada em 1993, em Recife, Pernambuco. Em termos jurídicos, se trata de uma associação civil de direito privado sem finalidade econômica, de natureza técnico-ecológica e educacional.

Atualmente é uma entidade de referência no desenvolvimento de sistemas agroflorestais, do litoral ao sertão de PE. Ainda se destaca pela sua capacidade de interação com diversos setores da sociedade civil em prol de suas atividades, ressaltando as experiências dos agricultores familiares, pelo viés da agroecologia para contribuir para sua autonomia.

Sua atuação não se refere a grandes empreendimentos, ao contrário, se fortalecem na medida em que atuam concretizando o processo agroecológico em nível familiar, comunitário, local e regional. Esta relação se estabelece em um grau de participação que influencia não só a rede, como as próprias relações de organização inter e intra-familiar, ressaltando a visibilidade da existência, saberes, adaptações e experiências de agricultores em propostas de extensão rural que vêm sendo elaboradas e experimentadas em ações coletivas de movimentos sociais, numa perspectiva emancipatória.

Na ocupação de espaços públicos, tendo uma maior visibilidade, esse fluxo de conhecimentos entre agricultores e extensionistas articulados tendem a aumentar a sinergia de atuações, refazendo sua própria história e a história das redes e movimentos a que pertencem, no reconhecimento como sujeitos políticos dentro de ações coletivas. A ação desses agricultores vem integrando questões que historicamente têm sido trazidas pelos movimentos sociais, como

o respeito às particularidades nos modos de vida desses agricultores, tanto quanto a questão agrária e socioambiental no mundo rural.

O processo de constituição da Rede de ATER Nordeste foi baseado no intercâmbio entre as práticas das entidades, fundamentadas na experiência adaptativa e conhecimentos dos agricultores para a construção do conhecimento agroecológico. Desta forma, fica claro quem são os sujeitos sociais que animam o conhecimento local, como se transmite e pratica. Se trata de reivindicar e revalorizar a quem o mantém ao invés de apenas aprofundar a crítica sobre o mundo moderno e sua racionalidade intelectual.

Consideramos que a crise socioecológica no mundo pós-moderno e o risco de sobrevivência da espécie humana vêm trazendo à tona a busca urgente de alternativas de apropriação da natureza. E é justamente nessas populações rurais (agricultores familiares, dentre eles, assentados, populações tradicionais) que vivem há séculos nos ambientes mais conservados nas áreas rurais que encontramos a chave para compartilhar saberes e propor alternativas de uso sustentável.

Neste sentido a Rede ATER Nordeste, objeto dessa pesquisa, se aproxima do que se entende por um diálogo estabelecido entre o governo brasileiro junto à ONGs e movimentos sociais do campo, com atuação no campo da agricultura familiar e da Agroecologia, reconhecendo o trabalho e acúmulos históricos dessas entidades.

Atualmente, a Rede ATER Nordeste é constituída por 16 entidades integradas em espaços político-organizativos formados por dezenas de organizações de base (sindicatos, associações, cooperativas, grupos informais, etc.) que, por sua vez, articulam milhares de famílias agricultoras. A assessoria das entidades a essas redes sociais de inovação vem cumprindo papel de crescente relevância na promoção do desenvolvimento da agricultura familiar nos diversos territórios em que atuam.

Finalmente, considerando que na literatura grande parte dos entraves encontrados nas ações de ATER estão na própria estrutura interna, o processo de redes envolvendo organizações governamentais, não governamentais e movimentos sociais, podem proporcionar um maior grau de participação dos agricultores familiares. Esses agricultores envolvidos em ações de extensão, numa perspectiva agroecológica, podem contribuir como sujeitos na implementação

da PNATER de forma mais empoderada para um desenvolvimento rural igualmente sustentável.

As redes de atores que envolvem a diversidade da agricultura familiar e as atividades de extensão rural voltadas à ela, representam um importante vínculo no entendimento das transformações da extensão rural, ao apresentar uma tendência de atuação que pode fortalecer o agricultor como sujeito desse processo.

Deste modo, a estrutura e organização familiar voltada para o trabalho agrícola é muito sutil às mudanças e pressões externas da sociedade mais abrangente, de forma que a relação entre as atividades dos extensionistas e a estrutura de organização dos agricultores familiares são valiosos indicadores de grande parte das mudanças que afetam o modo de vida destes agricultores.

Para dar conta desta problemática, algumas questões são propostas:

- ✓ Em que medida a formação de redes de extensão rural em projetos vinculados aos princípios da PNATER pode representar uma proposta de atuação efetivamente voltada a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares?
- ✓ Em que circunstância a rede de ATER favorece uma prática de construção de saberes e empoderamento dos agricultores familiares?
- ✓ De que forma a rede de ATER pode servir para flexibilizar práticas difusionistas ainda presentes no horizonte dos serviços de ATER?

Ao responder a essas indagações, esta tese tem como hipótese a constatação de que a formação de uma rede de ATER, que inclui uma atuação de “redes dentro de redes” com a participação de entidades representativas de agricultores familiares e movimentos sociais, é uma estratégia necessária para a implementação das políticas de extensão rural que guardam maior afinidade com os princípios da PNATER.

A presente tese, motivada pela pesquisa “Evaluation of Extension Reforms in Brazil”¹, tem como objetivo analisar a eficácia das atuações em rede, em especial, a Rede ATER

¹ Trata-se de uma pesquisa financiada pelo International Food Policy Research Institute - IFPRI que tinha por objetivo analisar a implementação da Política Nacional de Assistência Técnica Extensão Rural (PNATER), através da teoria neoinstitucionalista buscando captar determinar a eficiência e eficácia

Nordeste e em um assentamento rural, por meio da implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Como objetivos específicos, o projeto visa:

- Relacionar os fatores históricos, sociopolíticos e ambientais que influenciaram as mudanças no processo de elaboração da PNATER e atuação de extensionistas, proporcionando ou não a sua efetividade.
- Adaptar a estrutura de análise da pesquisa “Evaluation of Extension Reforms in Brazil” para avaliar as ações da Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Nordeste no Assentamento Rural Amaraji/PE, identificando seus princípios e metas gerais, as estratégias para suas realizações e os indicadores para estimar a construção dessas ações.
- Analisar a atuação da Rede ATER Nordeste no Assentamento Amaraji como uma nova institucionalidade, um espaço de concertação e de articulação de interesses no âmbito do desenvolvimento rural sustentável.
- Determinar o perfil da rede de extensão rural no Nordeste, de acordo com o seu papel nas mudanças socioeconômicas e ambientais que vêm ocorrendo no âmbito da PNATER, no Assentamento Amaraji.
- Determinar os índices de eficácia da PNATER desenvolvida pela Rede ATER Nordeste, atentando para sua missão de promover o Desenvolvimento Rural Sustentável através da Assistência Técnica e Extensão Rural.
- Identificar os limites e os desafios para uma maior eficácia na atuação da Rede de ATER como instância responsável pela mobilização e aumento da participação social.

Descrição da Estrutura da Tese

A tese está (com)partilhada em 5 capítulos, além da apresentação ligeiramente autobiográfica, onde se constrói uma objetividade e subjetividade plural e dialógica.

desta política em cinco áreas de Territórios da Cidadania no Centro Sul do Brasil. Pesquisa coordenada por Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e Ricardo Serra Borsatto, realizada nos anos de 2014 a 2016.

No capítulo 1, a introdução, apresenta uma problematização do tema com uma breve contextualização, trazendo referenciais teóricos que refletem o motivo de interesse desta análise. Questionamentos foram levantados para direcionar a hipótese através dos objetivos explicitados nesta etapa.

O capítulo 2 descreve o arcabouço teórico-metodológico que norteou a tese, traçando uma base conceitual sobre: as origens da extensão rural que conduziram à constituição da Rede ATER Nordeste; a trajetória do neoinstitucionalismo e suas principais linhas de investigação; e as redes sociais e sua influência na análise da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER.

No capítulo 3, o campo de estudo é delineado e contextualizado, trazendo os percursos que levaram à atuação da Rede ATER Nordeste e sua relação com a PNATER como questão fundamental deste estudo. Os caminhos teórico-metodológicos revelam a idéia do neoinstitucionalismo de redes como espaço coevolutivo nas dimensões institucional, da trajetória cultural e ambiental no processo articulado em diferentes modos de atuação agroecológica.

O capítulo 4 aprofunda a pesquisa quali-quantitativa, com parte adaptada do projeto de pesquisa “Avaluation of a Rural Extension in Brazil”, do qual participei da equipe de trabalho, analisando as práticas, formas e condições da atuação extensionista em assentamentos rurais de Cantuquiriguaçu-PR. Esta adaptação teve o intuito de facilitar a construção de indicadores para a análise da ação da rede ATER Nordeste no assentamento Amraji-PE, sob o ponto de vista dos assentados. Uma análise qualitativa da trajetória da Rede ATER Nordeste foi constituída na perspectiva dos técnicos e gestores do Centro Sabiá.

O capítulo 5 aborda as considerações finais, com algumas observações sobre atuação extensionista, saber agroecológico, redes de partilha em uma sociedade que ainda reflete uma conservadora modernidade da agricultura e traçando suas implicações.

II. SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DAS TEMÁTICAS ANALIZADAS

2.1 Conceitualização e resgate histórico da ATER Brasileira

A assistência técnica e a extensão rural têm um papel valioso no diálogo de tecnologias e saberes que são produzidos, formal ou informalmente, pela pesquisa e por conhecimentos locais diversos, tanto voltada ao desenvolvimento de atividades agropecuárias, florestal, pesqueira e ou apícola, quanto a um sentido amplo de desenvolvimento rural, como condição à qualidade de vida de uma comunidade.

O conceito de extensão rural representa uma categoria analítica em disputa, tanto na dimensão teórica, como na dimensão político-ideológica. Insere-se em uma perspectiva que ultrapassa a ideia clássica de um conceito, e sua definição formal, para uma concepção, na qual se busca compreender e posteriormente intervir sobre uma dada realidade. Desta forma, pode ser entendida como uma expressão de análise a ser apropriada por diversos grupos sociais que possuam uma identidade sociopolítica, uma perspectiva de futuro e interesses em comuns.

As ações de extensão rural estão frequentemente em discussão na academia, nas instituições que formulam e implementam políticas públicas, entre os próprios extensionistas, nas articulações com ONGs e em meio aos agricultores, quais sejam, diferentes atores sociais.

Diferentemente do que se constata na literatura no Brasil, a extensão rural em sua representação mais formal iniciou suas ações antes da década de 50, como bem aponta Bergamasco (1993) ao revelar experiências extensionistas no final da década de 20. Há diversos estudos, no Brasil e no exterior, sobre as atividades extensionistas enfocando aspectos históricos, modelos e sistemas, formas de organização, metodologia de ação, realidade rural, conhecimento local, políticas de extensão rural, o perfil do extensionista, a formação em extensão rural e diversos estudos de caso (MUSSOI, 1985; BERGAMASCO, 1992; ABRAMOVAY, 1998b; OLIVEIRA, 1999; DIAS, 2004; FIGUEIREDO; TAVARES, 2006; CAPORAL, 2009; FAVERO; SARRIERA, 2009; NEUMANN et al., 2015).

Entretanto, aparentemente ainda há uma carência de estudos sobre o processo de mudanças na Extensão Rural, em especial, após a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, em 2003, e as reações que criam obstáculos e as que

favorecem sua implementação (PETTAN, 2010; CAPORAL, 2009). Mas por definição, o que se entende por extensão rural? Em que se baseia sua diferença em relação à “assistência técnica”? Por que instituições públicas devem empregar o dinheiro dos contribuintes para dispor esse serviço aos agricultores?

Entendida como uma atividade socialmente constituída tanto no intuito de trocar informações e saberes com agricultores de base familiar, bem como incentivando as mudanças socioeconômica e ambiental, a extensão rural é um fenômeno em evolução no mundo com distintas especificidades no decorrer da própria formação da humanidade. Desde a história da Antiguidade, se encontram registros de atividades extensionistas. Neste sentido, a extensão rural é um fenômeno universal.

A extensão rural, vista como atividade socialmente instituída visando estimular a mudança socioeconômica e cultural, e/ou a simples troca de informação entre atores, teve diferentes características durante a evolução da humanidade. Caporal (1998) afirma que os homens do Neolítico já deveriam exercer alguma forma de extensão, como consequência da expansão geográfica da agricultura e a criação animal que foi detectada neste período.

Seguindo o mesmo pensamento, Leeuwis e Van Den Ban (2004) ressaltam que em diversos momentos da história da humanidade deveria ter existido pessoas que assumiram um papel de conselheiros e de veículos do intercâmbio de informação no setor agrícola. Diversas iniciativas institucionalizadas foram pesquisadas e tidas como uma forma de serviço que poderia ser considerado de extensão, inclusive no Renascimento, onde havia uma necessidade em aplicar os conhecimentos científicos nas atividades práticas de cultivos das pessoas (SWANSON; CLAAR, 1991).

No Brasil Colonial se constatou menções a esses serviços, mas é no período contemporâneo que a extensão rural é vista em práticas formalizadas nas universidades inglesas, na metade do século XIX. No entanto, é apenas no século XX que é reconhecida a formalização como instituição da extensão rural pela primeira vez na história. Denominado como land-grant colleges, a criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, em parceria com as universidades americanas, é um referencial institucional (JONES; GARFORTH, 1997).

Ainda no século XIX, Santos (1997) alega que a Europa possuía um aporte acadêmico estruturado em universidades e institutos, no tempo em que a ciência já representava o auge do poder da racionalidade cartesiana, enquanto perspectiva dominante sobre a realidade. Ao mesmo tempo, diversas linhagens com abordagens críticas também surgiram, na medida em que se visibilizavam as consequências socioambientais do progresso da ciência, da difusão da neutralidade do conhecimento científico (SANTOS, 2007; LEFF, 2003; KUHN, 1975; BOURDIEU, 1999).

No Brasil, especificamente a organização da pesquisa e experimentos agrícolas foram baseadas nos moldes alemão, com institutos vinculados ao poder público. Os Imperiais Institutos de Agricultura na Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe foram construídos entre 1859 e 1861, mas não permaneceu por longo tempo (GASTAL, 1980). Diversas atividades de pesquisa, experimentos, exposição e outros foram exercidas entre os produtores.

Desde o início do século XX, essas instituições com administração estadual se mantiveram até os dias atuais: a instituição de ensino e agricultura e veterinária fundada em 1883, em Pelotas-RS, dando continuidade como a Escola de Agricultura Eliseu Maciel; e a criação da Imperial Estação Agronômica em Campinas-SP, em 1885, atualmente denominada de Instituto Agronômico de São Paulo (SANTOS, 1997).

Pettan (2010) explica como essas instituições do período colonial brasileiro representaram o processo inicial dos serviços públicos disponibilizados aos produtores rurais no Brasil. A elucidação desse processo, como parte dos fatores políticos que influenciaram a construção da PNATER, ajuda a entender como essa política foi constituída de forma a buscar contemplar unicamente o amplo grupo social da agricultura familiar.

Há diversos fatores sócio-políticos que influenciaram no processo de construção social de uma proposta pública desses serviços no Brasil. É a partir deste entendimento que se pretende compreender a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, bem como sua atuação em disponibilizar exclusivamente essas ações aos agricultores familiares.

O termo extensão rural não é autoexplicativo. Logo após o exemplo cooperativo de extensão americano, houveram várias tentativas de definição e conceituação de extensão rural.

Ao se desenvolver junto às mudanças no cenário mais abrangente e nas especificidades da dinâmica de cada região, os conceitos foram se modificando conjuntamente ao longo do tempo. Alguns padrões puderam ser detectados, de forma que o termo extensão rural pôde ser analisada em três diferentes perspectivas: como processo, como instituição e como política.

No Brasil, a Extensão Rural sempre foi mais abordada como um “serviço” e não como um campo do conhecimento científico. Considerada como serviço, a extensão rural pode ser entendida como a ação de levar algo a alguém num contexto rural. Mais especificamente, seria no sentido de levar, estender ou transmitir conhecimentos de uma fonte de origem a um acolhedor final que se refere ao público rural. No entanto, atualmente, é mais aceito uma outra perspectiva de extensão rural tida como um processo, ou seja, seria um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer tipo (conhecimentos técnicos ou não) dentro de uma perspectiva de construção conjunta de conhecimento.

Neste sentido, podemos inferir que o serviço de extensão rural se distingue epistemologicamente do serviço de assistência técnica, pois esta busca resolver problemas pontuais e específicos, sem abranger necessariamente a ideia de um caráter educativo. Frequentemente, a extensão rural é desempenhada pelas instituições públicas de ATER, organizações não governamentais, associações e cooperativas, incluindo também a prestação de assistência técnica. A extensão rural compreendida como instituição ou organização nos remete a concepção de uma atuação institucional com um papel importante no desenvolvimento dos agricultores familiares.

Na literatura, diversas definições são designadas à Extensão Rural de forma que ela pode ser representada pela ideia de “Um serviço de assessoramento a agricultores, suas famílias, seus grupos e organizações, nos campos da tecnologia da produção agropecuária, administração rural, educação alimentar, educação sanitária, educação ecológica, associativismo e ação comunitária” (FIGUEIREDO, 1984).

Finalmente, a “extensão rural” é também uma política pública constituída pelos governos (federal, estaduais ou municipais), que podem ser cumpridas por organizações públicas e/ou privadas (NEUMANN et al., 2015). Portanto, aqui pode ser entendida como um serviço de apoio às famílias de agricultores, sendo realizado de forma a responder a determinadas políticas de desenvolvimento rural, como políticas agrícolas ou agrárias.

Para Rodrigues (1997), uma política de extensão rural se refere a um dos tipos de política agrícola que é gerida pelo poder público para intervir no campo, buscando alcançar os propósitos e metas que frequentemente mudam sua ênfase historicamente. De forma geral, essas ações estão sempre direcionadas para mediar aspectos econômicos, com o aumento da produção agropecuária de forma a proporcionar um bem-estar social para as famílias, comunidades, territórios rurais, envolvendo dimensões de saúde, educação, alimentação e organização rural.

Vale reforçar que essas mudanças nos focos dos objetivos e metas, acima referenciados, estão relacionadas aos interesses do próprio Estado, como forma de legitimação, de diferentes grupos que lutam por interesses próprios e, muitas vezes, divergentes.

Segundo Souza (2015), um dos fundadores da área de políticas públicas, Laswell, criou a expressão *policy analysis* (análise de política pública) nos anos de 1930 no intuito de conciliar o conhecimento científico com a produção empírica dos governos, bem como para possibilitar um diálogo entre os cientistas, diversos grupos de interesse e o governo. O autor conclui que foi Easton, em 1965, quem contribuiu na área quando definiu políticas públicas como um sistema coevolutivo, no sentido de haver uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Logo, as políticas públicas sofrem influência de partidos, da mídia, da sociedade civil e dos grupos de interesse, afetando seus resultados e consequências.

No Brasil, a formalização da extensão rural enquanto instituição surgiu em Minas Gerais, no final da década de 1940, mais especificamente no ano de 1948, com a influência da cooperação norte-americana das Escolas Superiores de Agricultura, sendo a base do que viria a ser a Extensão Rural no país. De acordo com Vieira (1988), essas escolas já desenvolviam atividades de extensão para “disseminar” novas práticas e conhecimentos agrícolas, via educação informal, empregando diversos métodos para “transmitir” informações por meio de folhetos, envolvimento de lideranças e das esposas dos agricultores, conferências, reuniões em clubes, trem-escola, mobilização de jovens para participar dos clubes denominados 4H *Head, Heart, Hand, Health* (cabeça, coração, mão e saúde).

As primeiras experiências de Extensão Rural no Brasil possuíam um caráter educativo, mais voltado para um sentido assistencialista, visando “transferir” o conhecimento agrícola e de economia doméstica aos agricultores e suas famílias, sem haver a disponibilização de crédito para atividades agrícolas. Essas atividades eram mais focadas na área médica, saneamento básico, dentre outros (VIEIRA, 1988).

Segundo Gabriel (1970), os principais disseminadores com esse enfoque eram os professores norte-americanos Peter Holfs, atuando em Minas Gerais, e Greenfin que foi professor em Viçosa e em São Paulo. A Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, em Viçosa e a de Santa Rita do Passa Quatro, no ano de 1930, como a de São José do Rio Pardo, em São Paulo, a partir de 1947, realizavam suas atividades baseadas nessas experiências educativas.

A criação oficial da Extensão Rural no Brasil surge em Minas Gerais, no ano de 1948, com essas características que levam em conta a transmissão de conhecimentos, de forma educativa, com ações locais, envolvendo jovens. Assim, surgiu a ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural, instituição formada através do convênio entre o governo mineiro e a American International Association for Economic and Social Development (AIA), fundada pela família Rockefeller. No convênio, se estabelece que o programa de assistência técnica e financeira deve ajudar a aumentar a produção agropecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida no meio rural (GABRIEL, 1970).

Neste momento, o sentido educativo das ações extensionistas passam a inserir um outro significado, o de ajuda técnica para a produção agropecuária e financeira. A perspectiva extensionista dos *Land Grant Colleges* é mudada para internalizar a abordagem da *Farm Security Administration* (FSA), cujo propósito nos Estados Unidos foi atuar através de créditos, com um suporte governamental, junto aos agricultores que tinham sido afetados pela crise econômica dos anos de 1929 e 1930. Ao que tudo indica, o sentido educativo da Extensão Rural só voltaria a aparecer na década de 1950 (FIGUEIREDO, 1981).

Nesse período do pós-guerra, os interesses norte-americanos eram de ampliar os investimentos e abrir mercados consumidores para os seus produtos industrializados, principalmente na América Latina. Os especialistas norte-americanos do *Extension Service*, da *Farm Security Administration* e Nelson Rockefeller, através da AIA, vieram ao Brasil para treinar técnicos brasileiros, numa perspectiva extensionista da “ajuda técnica e financeira”. Convém ressaltar que era um período de descrédito na educação rural assistencialista e que, em 1945, com a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), se adota uma prática pedagógica com atuação comunitária, não-escolar (FIGUEIREDO, 1981).

À princípio, as primeiras práticas de Extensão Rural brasileira consistiam, por um lado, de uma atuação “educacional assistencialista” e, por outro, buscando a “difusão” do

conhecimento agrícola aos agricultores, ainda que sem crédito para tais experiências. Num momento seguinte, a Extensão Rural surgia mais enquanto uma “ajuda técnica e financeira”, passando a agregar valores “humanos”, no sentido de que os bens materiais de consumo são percebidos como estratégia de melhoria da condição de vida das populações rurais. Suas ações estariam direcionadas tanto à unidade agrícola, como à comunidade rural, proporcionando crédito rural supervisionado, com lideranças locais, tradicionais e comunitárias.

Dentro desse modelo de desenvolvimento, duas políticas se sobressaem: a Política de Extensão Rural e a Política de Crédito Rural. Como bem reflete Caporal (1998), a ACAR passa a se constituir como uma base inicial do modelo norte-americano de “difusão de inovações”. Desta forma, a extensão rural exerceu um papel de mediação da assistência técnica e financeira, com o objetivo de disseminar as inovações tecnológicas produzidas pelos centros de pesquisa e experimentação para os produtores rurais.

Ao longo da década de 1950 e das décadas seguintes foram instituídas diversas associações de crédito e assistência rural – ACAR – nos estados brasileiros, se tornando a principal referência de política agrícola e extensão rural entre o período das décadas de 1960 e 1980. Essas entidades civis, sem fins lucrativos, realizavam os serviços de extensão rural e elaboravam projetos técnicos para o acesso dos agricultores ao crédito subsidiado, de acordo com as especificidades de cada região (CAPORAL, 1998).

No governo do presidente Juscelino Kubitschek, em 1956 é criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e a Extensão Rural passa a somar mais um significado, além da perspectiva de ajuda técnica e financeira, de forma educativa e comunitária, inclui agora o sentido de difusão de inovações (FONSECA, 1985).

Figueiredo (1981), afirma que esse processo se consolidou na medida em que as mudanças vieram de forma a diminuir o caráter educativo e a filosofia humanista de ação, atividades de economia doméstica e o crédito supervisionado da extensão rural da época, para se dedicar a uma agricultura mais “produtiva”, desenvolvida e moderna. Além disso, o investimento de crédito passa a ser direcionado para regiões tidas como favoráveis ao desenvolvimento (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Para este autor, as atividades da extensão rural, com a adoção de novas tecnologias agropecuárias, estavam voltadas especialmente a um público de tamanho médio e grande de

propriedade, não alcançando os pequenos estabelecimentos agrícolas. Segundo Figueiredo (1981), a extensão rural, além de ignorar o movimento social dos camponeses no Nordeste, as ligas camponesas, sindicatos, apoiados pelos Conselhos Eclesiais de Base – CEBs, também não se envolve com a questão da reforma agrária levantada pelos movimentos sociais e a sociedade civil organizada. Este período foi bastante marcado por um difusionismo tecnológico, com fortes interesses de grandes grupos sociais capitalizados.

Com a chegada da crise financeira e do “milagre brasileiro” em 1973, a extensão rural volta a construir uma ação que funde a difusão de tecnologias com o extensionismo inicial, mais humanista e educativo. Desta forma, se mantém a perspectiva comunitária nos trabalhos extensionistas, mantendo tanto o atendimento de pacotes tecnológicos para médios e grandes produtores, como os pacotes tecnológicos simplificados para os pequenos agricultores e sua comunidade (FIGUEIREDO, 1981; BERGAMASCO, 1992). O autor lembra que o BIRD e a Fundação Ford ainda chegaram a alertar para o quanto a crise financeira e a ausência de uma ação extensionista afetaram perversamente o pequeno agricultor.

Na década de 1970, o Governo Militar precisando fortalecer o seu poder de ação através de uma instituição forte, de estrito controle e eficiente para a política de acumulação capitalista no campo, criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, em 1972, baseada numa visão difusionista fortemente persistente (RODRIGUES, 1997; CALLOU; BRAGA, 2005). No entanto, o fato mais marcante neste período foi a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, em 1974, com uma pesada intervenção do Estado nas ações de Extensão Rural, atuando de forma centralizada e vertical, para ampliar a modernização das atividades agropecuárias, submetendo-as aos complexos agroindustriais (BERGAMASCO, 1992; RODRIGUES, 1997).

A EMBRATER incorporou a ABCAR à sua estrutura interna, mantendo a forte influência do Estado no campo (FONSECA, 1985). Ao dirigir a política nacional, a EMBRATER alcança na década de 1980 toda uma rede de empresas públicas e privadas, representadas no Estado pelas EMATERs - Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, nos territórios pelas ASTERs – Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural, formando em seguida o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER (BERGAMASCO, 1992).

Segundo Rodrigues (1997), o principal fator que influenciou esta fase foi o crédito subsidiado como instrumento de uma filosofia maior (difusionismo produtivista), desencadeando o colapso da orientação produtivista da EMBRATER. Na década de 1980, uma profunda crise fiscal afeta o Estado brasileiro gerando impactos diretos nas políticas de modernização agrícola (HESPANHOL, 1997; DELGADO, 2010). Nesta fase, apesar das conquistas exitosas no campo, a modernização da agricultura se estabeleceu como um processo fortemente desigual, discriminatório e perverso, privilegiando os grandes produtores, as monoculturas de exportação e as regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste), o que contribuiu no aumento da concentração fundiária e expulsão de milhares de famílias do campo para a cidade.

Ao dar início às críticas neste contexto, Paulo Freire alerta, nas entidades extensionistas e demais setores da sociedade, sobre o modelo de educação bancária, a alienação da extensão rural. Num período que esta foi conjuntamente responsável por um modelo de desenvolvimento extremamente autoritário e excludente de grande parte da população rural (BERGAMASCO, 1992; FREIRE, 1983; RODRIGUES, 1997; KIRKENDALL, 2010).

Entre 1980-1984, o surgimento dessa nova postura crítica, anunciava o princípio da Nova República e, com ela, a terceira fase da extensão rural caracterizada pelo humanismo crítico, de 1985 a 1989 (RODRIGUES, 1997). Fato este que não se traduz no fim da influência da teoria da difusão de inovações. Entretanto, o novo contexto exigia a premissa da “comunicação” para considerar o ponto de vista do outro, reconhecendo os saberes/conhecimentos tradicionais dos agricultores, numa relação educativa de troca de experiências entre extensionistas, academia e saber popular, culminando num diálogo de saberes (CAPORAL, 1998).

Com a chegada da anistia política (1979), essas experiências diferenciadas/alternativas vinham se aprofundando no decorrer da década de 1980, com os resultados de pesquisas desenvolvidas revelando, cada vez mais, os efeitos perversos da “modernização dolorosa” da agricultura, como foi denominada por Graziano da Silva (1981). Desta forma, a sinergia entre o impacto da obra *Extensão ou Comunicação?* de Paulo Freire, das pesquisas críticas no campo da ciência, das experiências extensionistas bem-sucedidas das organizações não-governamentais, das atuações das Comissões Eclesiais de Base (CEBs) no campo, da efervescência dos movimentos populares dos anos 1970/80 culminaram com a retirada da

hegemonia teórica da Extensão Rural baseada na difusão de inovações (CALLOU; BRAGA 2005).

Diante dos esforços construídos, este processo de refletir sobre uma nova extensão rural foi atingido por um grande golpe: a desestruturação de todo um aparato institucional de atuação no meio rural que culminou com o fim do financiamento para a ATER pública e, especialmente, com a extinção da EMBRATER, no Governo de Fernando Collor de Mello, em 1992, culminando com o enfraquecimento e desmonte do extensionismo público do Brasil (DELGADO, 2010). A perda para a extensão rural foi incalculável, o que levou o Brasil à experiência de uma crise sem precedentes na sua história, comprometendo a maioria dos estados, municípios e localidades mais pobres e vulneráveis do país (CALLOU; BRAGA 2005).

Este movimento de afastamento do Estado está intrinsecamente relacionado às políticas neoliberais dos processos de globalização que afetaram o Brasil (SANTOS, 2007). Pelo mesmo motivo, uma forte crise abalou a estabilização da Extensão Rural norte-americana, na década de 1980, do governo Regan (GUSTAFSON, 1997).

Com a pressão da sociedade civil, a construção de um debate sobre ter acesso a uma ATER pública e gratuita passou a ser referência no “Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Uma nova extensão para a agricultura familiar”, em Brasília, no ano de 1997, organizado pela FASER, CONTAG e ASBRAER, juntamente com o apoio do Governo Federal (BERGAMASCO et al., 2015). De acordo com os autores, o evento debateu os princípios e diretrizes de uma ATER pública, reforçando as ideias do humanismo crítico e da agroecologia. No decorrer de três meses seguintes, diversos seminários foram realizados com a mesma temática em todos os estados do Brasil.

No mesmo ano, ainda foi realizado o “Workshop Uma Nova Assistência Técnica e Extensão Rural Centrada na Agricultura Familiar”, promovido pela FASER, CONTAG, ASBRAER, MAA e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No processo decisório, surge a proposta de uma ATER pública, gratuita e de qualidade direcionada unicamente ao público da agricultura familiar. Um grande diferencial foi a ideia de ampliar a prestação de serviços de ATER para as organizações não-governamentais, associações e cooperativas de agricultores, inclusive, outras entidades públicas, caracterizando um pluralismo

nos serviços de ATER de forma a inserir as especificidades das populações tradicionais (BERGAMASCO et al., 2015).

No início do século XXI, a reversão do processo de desmonte do extensionismo público ocorreu quando o Estado retoma o seu papel e compromisso com a extensão rural, por meio de uma nova política extensionista no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Com a retomada do apoio institucional, o movimento da década de 1980 foi resgatado para o repensar da extensão rural diante da crise socioambiental, com a recomendação de um eixo norteador para as atuações da extensão rural: o desenvolvimento local sustentável, baseado em práticas educacionais participativas e dialéticas, exclusivamente para o público da agricultura familiar, por meio da transição agroecológica (BERGAMASCO et al., 2015). É o princípio de uma nova fase da extensão rural no Brasil.

2.2 Extensão Rural enquanto Política Pública: da concepção à criação da PNATER

Os agricultores familiares tiveram grandes conquistas no âmbito do Governo Federal com a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, no ano de 2003, por adquirir espaços e mesmo instituições inteiramente voltadas a esses agricultores, no acesso às políticas públicas de inclusão social e produtiva, e sobretudo, as ações referentes aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER.

Dentro deste cenário institucional, os serviços e ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER ficaram definidos, por meio do Decreto Nº 4.739, de 13 de junho de 2003, em ser transferidos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa para ficar sob a responsabilidade de execução do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, instituição totalmente direcionada ao público da agricultura familiar. Em seguida, a Secretaria de Agricultura Familiar – SAF delegou a uma comissão de técnicos para coordenar a elaboração da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a PNATER.

Para a construção da PNATER, os gestores e intelectuais da área consideraram em sua formulação, a demandas decorrentes de um extenso processo social de representações de agricultores familiares, de movimentos sociais e de organizações governamentais e não governamentais de serviços de ATER, bem como inserindo novos posicionamentos, conceitos e abordagens refletidos em diversos encontros, fóruns e seminários que já vinham levantando

discussões sobre as prioridades da nova política. No âmbito das Políticas Públicas, o estabelecimento da PNATER representou um marco ao internalizar as principais dimensões de um novo paradigma na extensão rural: a perspectiva agroecológica, frente à crise socioambiental, a cidadania e a democracia.

No mesmo ano, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura Familiar – Condraf foi criado através do Decreto nº- 4.854 de 8 de outubro de 2003. O Condraf passa a ser uma instituição formada paritariamente por representantes do poder público executivo e da Sociedade Civil organizada. Igualmente sob a coordenação do MDA, o Condraf tem como propósito definir diretrizes para formular, implementar e avaliar políticas públicas de ATER, contando com audiências e encontros para possibilitar uma ampla participação social no processo de elaboração da política (MDA, 2010).

Neste período, a busca por efetivar políticas públicas que atendessem as demandas e as especificidades da Agricultura Familiar foi fortemente subsidiada pelo Estado, de forma a superar as limitações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Para além de uma ATER pública assistencialista e predominantemente difusionista, os seminários reforçaram a necessidade de políticas que visibilizassem o potencial endógeno desses agricultores de base familiar, fortalecendo o seu reconhecimento não apenas de forma simbólica, como também de modo prático ao reconhece-los como sujeitos políticos e mantenedores de processos produtivos que são essenciais ao campo e à cidade.

Por fim, o Governo Federal oficializou o lançamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) em maio de 2004, uma conquista institucional diante da pressão da sociedade civil organizada que já vinha discutindo a histórica exclusão dos agricultores familiares e camponeses na realidade do desenvolvimento rural brasileiro.

Na consolidação do documento oficial, estão presentes as diretrizes e princípios que regem a ATER no Brasil, baseando-se em três pilares essenciais para o desenvolvimento das atividades: a Agricultura Familiar como público beneficiário; os processos educacionais com metodologias participativas; e os princípios da Agroecologia. Em continuidade ainda em 2004, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) é instituído, ante a administração da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). A principal função do órgão recém-

criado DATER foi a de elaborar junto à Sociedade Civil um programa de governo que operacionalizasse as propostas e diretrizes da PNATER.

O Pronater - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária foi estabelecido no ano seguinte, em 2005. Neste programa, várias ações e metas específicas de suporte aos programas estaduais de ATER são elaboradas no sentido de capacitar agricultoras e agricultores familiares, bem como técnicos nos princípios da PNATER, formar quadros para a ATER Setorial com trabalhos sensíveis às especificidades de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, aqüicultores, extrativistas, jovens e mulheres agricultoras, trabalhadoras rurais, qualificando e ampliando os serviços de ATER no Brasil.

Outro aspecto de importância se refere a atuação do Pronater que, por meio do MDA, além de concretizar as políticas de ATER para os beneficiários diretos e mediadores, ainda promoveu parcerias no âmbito acadêmico, com o repasse de recursos para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual encaminhava diretamente às instituições de ensino e pesquisa para contribuir na formação de quadros técnico-científicos e no desenvolvimento de inovações para atuar em conjunto com os agricultores familiares.

No ano de 2006, o Governo Federal formalizou o novo Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural - Sibrater. As bases inovadoras do Sibrater foram construídas, especialmente, na organização em rede. As redes são articuladas através das instituições de ATER, públicas ou privadas, e representações de agricultores familiares e de movimentos sociais.

A articulação em rede de atores possibilitou verificar diversos entraves e percalços para uma boa execução das diretrizes da PNATER, por meio das metas do Pronater. Neste sentido, o principal fator foi a ampla burocratização exigida para que as entidades tivessem a capacidade de se eleger às licitações de ATER. Nos casos das Organizações Não Governamentais – ONGs, associações e cooperativas de agricultores familiares os obstáculos foram devido ao processo antecipado de prestação de contas e as condições de atraso no pagamento dos profissionais.

Na chamada Lei de Licitações, a Lei de nº8.666 de 21 de junho de 1993, os serviços de ATER, além de não receberem o pagamento antecipado das atividades, se exigia o repasse de comprovantes de sua realização como forma oficial de poder receber posteriormente o

pagamento. Desta forma, a própria condição de realização dos serviços das entidades de ATER fica comprometida e extremamente limitada ao não se obter o básico para a sua atuação: um capital mínimo, tanto para dar início às atividades, como para não afetar a qualidade dos trabalhos exigidos nos próprios contratos da administração pública.

Diante dos quadros funcionais reduzidos, as organizações de ATER acabam por ser negativamente afetadas por esse processo determinado nos contratos da Administração Pública. Considerando ainda a falta de reconhecimento, com um piso salarial baixo dos profissionais de extensão rural e do campo, estes se sobrecarregavam para dar continuidade ou mesmo para manter um mínimo de qualidade em seus trabalhos.

Em decorrência da necessidade de reconhecimento da categoria extensionista e relevância do seu papel no meio rural, em 2010 foi aprovada a Lei 12.188, conhecida como Lei de ATER, pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. Uma enorme evolução institucional ocorreu no âmbito político, na medida em que se determina ATER pública e gratuita para o setor da agricultura familiar, garantido uma estabilidade política independente das mudanças de governo.

A partir da Lei de ATER, uma nova versão da PNATER foi reelaborada, determinando-se novas linhas de atuação, dentre elas, o Programa Nacional de Sementes, a prestação de serviços de ATER, a formação de agentes de ATER e o fomento à Inovação Tecnológica para a Agricultura Familiar (MDA, 2010). Por outro lado, esta Lei retirou os princípios da Agroecologia, como um dos eixos principais da PNATER substituindo pela linha de uma agricultura de base ecológica.

Outras modificações foram feitas pela Lei de ATER, a qual reestruturou a Lei de licitações, de forma a abdicar as licitações anteriormente exigidas para a contratação de instituições de prestação de serviços de ATER. Portanto, os serviços de extensão rural passaram a ser contratados através da modalidade de chamadas públicas, o que significa poder ter acesso a um recurso inicial para as entidades e, após a apresentação de relatório parcial dos serviços, receber o restante dos recursos do projeto.

A nova Lei não resolveu todas as dificuldades dos serviços de ATER, apesar do aumento substancial dos recursos federais para o financiamento dos serviços. Avançou no sentido de permitir o pagamento às entidades mediante relatório de realização de serviços. No entanto,

permanece como principal dificuldade das entidades de ATER a execução das atividades iniciais em seus projetos. Isto porque os contratos com a administração pública não permitem o adiantamento do pagamento de serviços profissionais, mas apenas de uma taxa de mobilização para a compra de materiais, equipamentos e custeio de atividades (BERGAMASCO et al., 2015).

Outra providência da Lei de ATER foi a realização de conferências territoriais estaduais e nacional, com os representantes do público beneficiário, ao lado de técnicos extensionistas e demais representantes da sociedade civil, no intuito de debater e reafirmar a importância da participação social, no processo de construção e implementação de políticas públicas, como a PNATER, para o ambiente rural. A cada quatro anos deve ser realizada a Conferência Nacional de ATER (CNATER), de acordo com as metas do Pronater, e o MDA é responsável por repassar o orçamento para inserção no Plano Plurianual (PPA). O PPA pode receber cortes e emendas do Congresso Nacional, ou mesmo o veto do Presidente da República (BERGAMASCO et al., 2015).

A primeira Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – CNATER, em 2012, significou um momento de grande importância na história das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar e reforma agrária, por trazer à tona a dimensão da participação social no processo de construção coletiva que deve orientar os serviços de ATER, decidindo as prioridades para os próximos quatro anos.

A realização da segunda CNATER ocorreu no período de 30 de maio a 03 de junho de 2016, se destacando ao enfatizar a temática de “ATER, Agroecologia e Alimentos Saudáveis”, além de salientar a universalização da ATER pública e de qualidade para os agricultores familiares do país, em busca de ampliar a produção de alimentos tanto para o campo como para as cidades. Ambas as Conferências envolveram, em todo o seu processo, as representações das diversas instâncias de governo e da sociedade civil, e os debates direcionados à PNATER como referência de política nacional para a agricultura familiar.

Ainda na primeira CNATER, foi realizado um debate para a construção de um órgão capaz de coordenar as políticas de ATER, no âmbito nacional. No ano de 2012, uma comissão foi organizada através do MDA, a qual participaram a FASER, ASBRAER, gestores públicos, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), CONTAG e acadêmicos da área temática da extensão rural. Segundo Bergamasco et al. (2015),

gestores da Embrapa também chegaram a fazer parte de uma proposta para a criação deste órgão, culminando, em seguida, no projeto de Lei nº 5740/2013 referente à criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão – ANATER como um serviço social autônomo.

No entanto, o que ficou evidente nesse processo foi o papel prioritário delegado à Embrapa para coordenar a ANATER, atuando essencialmente nas ações de transferências de tecnologias, e excluindo qualquer menção relacionada à agroecologia no documento. Este fato causou uma forte indignação resultando em diversas críticas e resistência por parte de trabalhadores e intelectuais, especialmente das áreas de extensão rural, agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural sustentável.

Finalmente, no III Encontro Internacional de Agroecologia (EIA) foi elaborada uma moção de repúdio contra a forma como foi proposta a criação da ANATER, sem nenhum debate público ou participação dos principais atores envolvidos na atuação da Extensão Rural, e o modo como vem sendo operada (III ENCONTRO INTERNACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2013). A ANATER vem, sistematicamente, ignorando as premissas e diretrizes da PNATER que vieram sendo estabelecidas em ações consultivas e participativas com a sociedade civil organizada, por cerca de 14 anos.

Uma questão fundamental das críticas feitas na Moção de Repúdio à Criação da ANATER, em 2013, é sobre o modelo do pacote tecnológico proposto pelo Serviço Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) que não leva em conta as especificidades e heterogeneidade da agricultura familiar, especialmente das populações tradicionais (remanescentes de quilombo, indígenas, dentre outros) e, conseqüentemente, levando a uma dependência cada vez maior do setor agroindustrial (III ENCONTRO INTERNACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2013). Para a realização da produção agroecológica, esses fatores são cruciais por partir da realidade das populações humanas na construção de seus sistemas produtivos, principalmente os aspectos que garantem a conservação dos recursos naturais e sua reprodução social.

Uma segunda questão é que, para partir de uma perspectiva agroecológica, não é possível e nem coerente manter o processo de difusão universal e padronizada das tecnologias oriundas dos centros de pesquisa. Na agroecologia, a construção de conhecimento parte do pressuposto que existe um diálogo entre o conhecimento empírico/saberes locais, e o conhecimento acadêmico. Neste cenário, de acordo com a Moção de Repúdio à Criação da ANATER (2013), a problemática que precisa ser superada é a parte da agricultura familiar que,

ao internalizar os pacotes tecnológicos da modernização agrícola, acabam endividados e seriamente dependentes do financiamento público para manter seus sistemas agrícolas. A moção de repúdio deixa claro a sua posição, à seguir:

No lugar do fortalecimento de um sistema público de ATER que reforce essa perspectiva difusionista, temos lutado e permaneceremos lutando pelo desenvolvimento de abordagens para construção do conhecimento fundamentadas na ação protagonista das comunidades rurais em parceria com extensionistas e pesquisadores. Isso implica não só a continuidade da renovação do sistema de ATER em sintonia com as proposições da I CNATER como a reformulação do sistema de pesquisa agropecuária, com a revisão das abordagens metodológicas e do enfoque adotado pela Embrapa, pelas OEPA's e pelas universidades brasileiras em coerência com os princípios agroecológicos (MOÇÃO DE REPÚDIO À ANATER, 2013).

A criação de uma instituição deveria fortalecer o seu público beneficiário, mas a criação e atuações políticas de “cima para baixo” que vem sendo seguidas pela ANATER indica uma intensa desconstrução das trajetórias e acúmulos arduamente conquistados nas últimas décadas de uma ATER pública que busca a inclusão, em diversos aspectos, da agricultura familiar. Desta forma, uma mobilização e pressão da sociedade civil organizada e das próprias instituições, formais e informais, de ATER é fundamental para garantir o debate público e a proteção da agricultura familiar frente à uma instituição que deveria se propor a isto: a ANATER.

2.3 A ATER e a Questão Agrária

Se, historicamente, as instituições de ATER atuaram favorecendo a inserção da modernização da agricultura no Brasil, privilegiando os grandes proprietários, difundindo largamente seus pacotes tecnológicos de sementes modificadas, insumos químicos e agrotóxicos, sem levar em conta a realidade local, tal atuação foi fortemente criticada.

Para além das *commodities*, este estudo considera que as raízes dos problemas agrários e, conseqüentemente, dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil, ofertados pelo Estado, refletem a construção histórica da formação e concentração da propriedade rural. O Brasil herdou do período colonial diversas experiências e estratégias de concentração de terras que persistem atualmente, trazendo sérios problemas e conflitos quanto à distribuição de

terras e, conseqüentemente, as relações sociais delas decorrentes. Neste caso, um bom exemplo é retratado por Sá (1974), no estudo sobre as redefinições do coronelismo no Nordeste, e Leal [1948(1978)] que elucidam a hipótese de que a propriedade da terra é a base do sistema coronelista no Brasil.

No reinado de Fernando I, a primeira lei agrária de fomento da produção agrícola e do cultivo na terra foi instituída e, posteriormente, conhecida como Sesmarias² (RAU, 1982). Este regime de terras, de vasto território colonial, marcou a estrutura fundiária como os primórdios do latifúndio, cujo princípio se baseava em só se conceder terras em sesmaria às pessoas que tivessem meios de se apropriar e fundar engenhos de cana de açúcar (NOZOE, 2006).

Para o autor, a partir de 1500 as terras brasileiras passaram ao domínio público do Reino de Portugal, de modo que quando começa a colonização portuguesa no Brasil, com a constituição das capitâneas hereditárias e concessões de Sesmarias, iniciando-se o processo de formação da propriedade privada na região. Para Silva (1996), a política adotada de transferência de propriedade do domínio público para o privado se estabeleceu nesse período Sesmarial (1530 a 1850), pois em 1530 foi instituída a colonização por exploração pela *plantation*.

Segundo Schmid (2012), Lefebvre esclarece através de uma análise marxista da categoria “espaço”, que esta não pode existir por “si mesma”, ao contrário, o conceito de produção do espaço sugere uma abordagem teórico-metodológica que busca compreender o espaço como intrinsecamente relacionado à realidade social. Neste sentido, o espaço não existe em “si mesmo”, ele é produzido. Desta forma, o processo de ocupação do território brasileiro, enquanto espaço de análise, foi fortemente marcado por três pilares centrais: as sesmarias, a escravidão e a monocultura canavieira para exportação.

Nessa época, houve o uso praticamente generalizado da posse, enquanto uma estratégia de acesso à terra, o que efetivamente resultou na suspensão das concessões de terras em

² Segundo Silva (1996), no artigo 3º da Lei 601, as terras devolutas se referem: "As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal; as que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral Provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura; as que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei e; as que não se acharem ocupadas por posse, que apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta lei".

Sesmaria³, em 1822. A posse da terra permaneceu como a única forma de apropriação privada da terra até a criação da Lei de Terras⁴ que foi promulgada em 1850 (NOZOE, 2006).

De acordo com Silva (1996), o período de 1822 a 1850 ficou conhecido como o “Império de posses” ou “fase áurea do posseiro” porque não existia regulamentação de terras, de forma que a posse passou a ser o único modo de adquirir terras. Tal fato acarretou num aumento significativo do número de posseiros, com grandes propriedades de terras, constituindo o início das oligarquias rurais no Brasil. Embora que essas posses não podiam ser consideradas legalizadas, de acordo com a norma da época.

Vale ressaltar que a Lei de Terras foi aprovada ainda no mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós, a qual regia o fim do tráfico negreiro e, conseqüentemente, a abolição da escravatura no Brasil. Notadamente, os grandes latifundiários rapidamente agiram de forma a impedir que os negros pudessem igualmente se tornar donos de terras. Se por um lado, a Lei de Terras previa a legitimação das sesmarias concedidas, das outras posses entre 1822 e 1850 e a demarcação de terras devolutas, por outro isto representou na prática um meio de incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil. Já se previa o fim do trabalho escravo e a vinda da transição para o trabalho livre (SILVA, 1996).

O mesmo autor afirma que qualquer propriedade no Brasil devia ter como primeiro marco a regulamentação da propriedade expedida em 1850 ou comprada da Coroa portuguesa, senão se configurava terra devoluta e, sendo assim, passível de desapropriação (SILVA, 1996).

Posteriormente, houve a proclamação da República em 1889 e até o Golpe Militar, em 1964, o exército aproveitou para oficializar o Estatuto da Terra, documento que vinha sendo discutido e construído no período anterior ao Golpe, com as propostas de reformas de base lideradas por João Goulart na disputa, o qual foi abruptamente interrompido (SILVA, 1996).

No que pese o caráter progressista do Estatuto da Terra e a sinalização de importantes transformações no âmbito da questão agrária brasileira, esta não foi de fato consolidada, o que a levou a ser considerada “letra morta” já que não saiu do papel (BERGAMASCO, 1997). Este fato levou Stédile (2005) a reforçar que não é preciso criar novas leis para que a reforma agrária

³ Originalmente o sistema de sesmarias surge com o propósito de superar uma crise de abastecimento no século XIV, em meio à Revolução de Avis (SILVA, 1996).

⁴ A Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, foi a primeira iniciativa legal para organizar a propriedade privada no Brasil. Anteriormente, não havia nenhuma outra medida que regulamentasse a posse de terras.

aconteça, basta apenas aplicar o cumprimento do Estatuto da Terra que já seria o suficiente para concretizar a tão adiada reforma agrária.

O debate acadêmico sobre a reforma agrária brasileira, considerada como uma solução para a problemática nacional do acesso à terra, veio à tona desde os anos de 1950, sofrendo logo em seguida, uma forte ruptura com o Golpe Militar. O que ocorreu é que, de fato, os militares iniciaram o processo de institucionalização da questão agrária através do Estatuto da Terra. No entanto, a forma como o Estatuto foi aplicado apenas reforçou o que já vinha ocorrendo na época, ou seja, um prolongado processo de colonização que culminou com a implantação de assentamentos de colonos vindos do Sudoeste e do Sul, na região Norte e Centro-oeste (BERGAMASCO, 1997).

Paralelamente, da década de 1950 para cá, houve um acelerado e profundo processo de modernização da agricultura brasileira. Se por um lado, o governo militar promoveu uma dura repressão para intimidar os movimentos sociais dos camponeses e da sociedade civil que apoiavam sua luta pelo direito à terra, por outro, além da colonização, investiu na modernização da agricultura, promovendo uma forte exploração das monoculturas com uma grande dependência do uso de insumos externos (adubo químico, pesticidas e demais agrotóxicos, maquinários), sem alterar o problema principal da estrutura fundiária, a concentração de terra (BERGAMASCO, 1997; GRAZIANO DA SILVA, 2013).

Essa dura modernização foi tecida de forma que a estrutura da propriedade rural não foi alterada. Pior, a denominação de “efeitos perversos” da modernização simbolizou uma maior concentração de terras, conseqüentemente a ampliação da desigualdade de rendas, constringendo com o aumento extenuante da força de trabalho nas práticas agrícolas, a formação de classes sociais assalariadas com um poder de compra extremamente baixo, um crescimento de desempregados e condições de trabalho precárias (PALMEIRA, 1989; BERGAMASCO, 1997).

Bergamasco (1997) afirma que este cenário contribuiu para a exclusão e expulsão de milhares de famílias de pequenos agricultores culminando com o êxodo rural entre as décadas de 1960 e 1980, gerando uma qualidade de vida extremamente precária para a população trabalhadora do campo. A modernização da agricultura, além dos problemas sociais, gerou uma série de conflitos ambientais com a extrema degradação do solo levando a exaustão e a um processo de desertificação, comprometendo os recursos hídricos e florestais, bem como pondo

em risco a capacidade de regeneração e resiliência dos serviços ecossistêmicos no Brasil (LEFF, 2003).

Todos esses fatos levaram os pesquisadores a adotarem a expressão “modernização conservadora” da agricultura (PALMEIRA, 1989). Entretanto, essa situação também serviu para estimular o fortalecimento e organização das bases políticas dos trabalhadores rurais (BERGAMASCO, 1997).

Não foi apenas no Brasil que se deu esse processo, a população pobre da América Latina como um todo sofre com a desigualdade fundiária que se trata da mais alta taxa de concentração de propriedade agrária do mundo nas mãos das grandes empresas. A concretização de uma reforma agrária é uma necessidade tanto para poder erradicar a fome e a pobreza, bem como para facilitar o acesso aos meios de produção, o que geraria mais visibilidade e equidade social a essa população injustiçada (GRAZIANO DA SILVA, 2013).

A questão agrária, na luta pela justiça social do acesso à terra volta a ficar em evidência nas décadas de 80 e 90, destacando-se tanto nas áreas rurais como também urbanas, os movimentos e lutas dos trabalhadores rurais (BERGAMASCO, 1997). Portanto, no início dos anos 80 é realizada a inserção política da reforma agrária com a implementação de assentamentos rurais em todos os estados do Brasil, no meio a diferentes graus de aceitação e controvérsias (BERGAMASCO, 1997; LEITE et al., 2007; BERGAMASCO; FERRANTE, 1998).

Diversos autores sugerem que tais assentamentos são criados mais no intuito de amenizar os focos de conflitos locais, do que para incentivar de fato a agricultura familiar e seu potencial produtivo para o combate ao cenário de exclusão social e pobreza (NODER, 1997; BERGAMASCO, 1997; STÉDILE, 2005). Ao considerar que, em grande parte, a implementação desses assentamentos não veio associada a políticas que garantam não só o acesso à terra, como igualmente às condições e demais infraestruturas para qualidade de vida, isso sugere o quanto a luta desses agricultores familiares para garantir a sua reprodução social ainda está bem longe de alcançar.

Para acelerar os processos de desapropriação, o Governo Federal começa a procurar garantias jurídicas. Neste sentido, o Estatuto da Terra é uma importante conquista jurídica mesmo que a sua implementação efetiva tenha sido impossibilitada. Na metade dos anos 80, a

batalha ressurgiu através do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, o qual passa a ser extremamente combatido pela representação da contra-reforma: os latifundiários conservadores da União Democrática Ruralista - UDR (BERGAMASCO; NORDER, 2003).

No marco legislativo e jurídico constatam-se importantes conquistas em relação ao número de famílias assentadas em meados dos anos 90. Esses resultados geram conflitos com os dados do INCRA e do MST, fazendo com que o INCRA encomendasse o primeiro Censo de Reforma Agrária do Brasil, envolvendo 29 universidades em todos os estados brasileiros. Os objetivos do censo eram de identificar novas famílias e informações socioeconômicas adicionais com o intuito de atualizar os cadastros do INCRA (BERGAMASCO, 1997).

No estudo realizado por Bergamasco (1997), uma das pesquisadoras que participou desse processo do Censo no Estado de São Paulo, se constatou que uma simples leitura dos números quantitativos, apesar de sua importância, não revela a realidade dos assentamentos em termos dos problemas enfrentados pelos agricultores para manter as estratégias de vida na terra, com diversos problemas e dificuldades.

Ainda assim, a autora reconhece que para as famílias assentadas, os assentamentos rurais brasileiros significam uma nova forma de produzir, de administrar o tempo de trabalho, ou seja, passa a existir uma redefinição das relações sociais que abrem espaço para diferentes modos de vida desses agricultores familiares. Entretanto, nem sempre se pode contar com o suporte de políticas públicas devido a disputas políticas na região.

2.4 ATER e Agricultura Familiar

No Brasil, claramente, há várias agriculturas, dentre elas, se destacam: pela sua distinção regional no Brasil; por, numa mesma região, ter uma forma de inserção do produto e ou pelo tipo de arranjo entre os capitais que se estabelecem nessa agricultura (complexo agroindustrial ou industrialização da agricultura), alterando a base técnica da agricultura; pela agricultura praticada tradicionalmente, ao longo do tempo, por um povo étnico, mestiço, com ou sem terra (GRAZIANO DA SILVA, 2013; ALTIERI; TOLEDO, 2011; ADAMS et al., 2006a).

Como bem alerta Wanderley (2014), dentre os mais variados tipos de agricultura no Brasil, faz-se necessário expor a “amnésia social” dessa representação construída da agricultura

brasileira que nega a contribuição do protagonismo do campesinato para a sociedade. Por campesinato, a autora parte da seguinte definição:

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura (WANDERLEY, 2014).

Ainda que genérica, esta caracterização dá suporte para abranger a grande variedade de contextos e especificidades que envolvem a reprodução social dos camponeses. Uma outra abordagem que reconhece o camponês em uma dimensão política, contempla uma parte da história que vem sendo propositalmente escanteada:

[...] o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais (HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO, 2008/2009⁵).

Para entender o conceito de agricultura familiar na presente tese, partimos da premissa de que a sua definição nos remonta à própria origem do campesinato, o qual explicita a ênfase familiar do trabalho produtivo, ao ser proprietária dos meios de produção como forma de garantir o seu modo e cultura de vida, intrinsecamente relacionada com os recursos naturais (WANDERLEY, 2004; SEVILLA GUZMAN, 1995). Para um melhor entendimento, aqui buscamos perceber a formação do campesinato e poder compreender, a partir da mesma análise sociopolítica, o que são os camponeses e o que se entende por agricultores familiares.

Como bem aponta Wanderley (2004), vale reforçar que a categoria da agricultura familiar frequentemente se confunde com a definição político-operacional assumida pelo Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Este programa propõe a descrição dos beneficiários da agricultura familiar de acordo com a sua capacidade de

⁵ A mencionada citação está presente na apresentação geral, em todos os volumes da Coleção História Social do Campesinato. Uma coletânea sobre estudos do campesinato constituída de nove livros publicados entre 2008 e 2010.

atendimento. Por um lado, a agricultura familiar é considerada um segmento de agricultores que puderam se inserir às exigências mercadológicas, como construção da ação do próprio Estado, em detrimento dos demais agricultores que foram tidos como “incapazes” ou “incompetentes” de se adaptar à modernização da agricultura.

Por outro, Mendras (1984) e Jollivet (2001) lembram que o campesinato se refere às populações camponesas, de forma que não se pode reduzir um grupo social à apenas um modo de organização da produção, como no caso referente à inserção no mercado. A perspectiva sociológica que não se pode perder no debate, se trata da relação entre as diversidades e coletividades das sociedades camponesas com o percurso de transformação histórico da sociedade.

Se para a dimensão institucional, é fundamental reafirmar que este setor agrícola familiar é de grande importância para o mercado na produção de alimentos, ainda assim, não se pode cair numa lógica extremamente produtivista (racionalidade capitalista), de forma a “esquecer” que esses agricultores significam mais do que sua capacidade de adaptação e produção no campo, o trabalho na terra para muitos deles é um modo de vida que possui diversas especificidades de acordo com a sua cultura, com manejo muitas vezes coletivo e em redes de afinidades e parentesco (racionalidade não-capitalista), indo além de ser apenas um grupo restrito de pequenas empresas agrícolas.

Nesta pesquisa, se pretende esclarecer que não se trata de diferenciar um campesinato tradicional, como supostamente mais primitivo, da emergência de um “novo ator” social capaz de atender as demandas da sociedade e do mercado, geralmente percebidos como uma consequência da atuação do Estado. O estudo busca entender em que medida a inserção desses camponeses no mercado moderno não causam fortes mudanças na estrutura desse campesinato mais tradicional. Em especial, as exigências do mercado podem, por vezes, selecionar certos tipos específicos de produção, em detrimento às variedades agrícolas manejadas tradicionalmente por esses agricultores.

Neste sentido, qual seria o papel das políticas públicas e extensão rural para este setor? Seria seguir o impulso convencional do mercado pela seletividade de cultivos cada vez mais hibridizados, vistosos e dependentes de insumos químicos, causando mudanças drásticas no sistema de produção local desses agricultores, passando a negar, desaprender e desconhecer sua própria história? Ou talvez buscar compreender a própria história camponesa e sua reconhecida

potencialidade na prática e na literatura, em modos de vida que tendem a manter uma grande variabilidade genética de cultivos, tradicionalmente manejados que proporcionam um amplo acervo da diversidade agrícola no Brasil? (ADAMS et al., 2006a; EMPERAIRE; ELOY, 2008; AMOROZO, 2002).

Se, historicamente, a produção agrícola que foi institucionalmente apoiada desde a colônia brasileira era especialmente os cultivos para exportação produzidos por grandes proprietários de terra (PETTAN, 2010), essa agricultura itinerante, praticada por camponeses, desde populações indígenas e, posteriormente, também pelos escravos, ex-escravos, remanescentes de quilombos, caboclos e demais povos do campo, ficou fora da visibilidade institucional, ou seja, os conhecimentos tradicionais que envolvem a agrobiodiversidade, mantidos por essas populações de agricultores, foram praticamente ignorados pela sociedade mais abrangente (ADAMS et. al., 2006a).

Diante da alta concentração de terra, Wanderley (2014) ainda reforça que os espaços nos interstícios internos e externos do latifúndio, como as áreas florestais, que escapavam da ocupação dos senhores da terra eram ocupados e utilizados de diferentes formas pelos agricultores camponeses, os quais abrangem também o que se referem como “populações tradicionais”. As populações tradicionais dependem de uma forte relação com a terra e os recursos naturais para a sua sobrevivência e reprodução de seus modos de vida, destacando-se as populações que praticam uma agricultura e extrativismo de base familiar (ADAMS et. al., 2000a; ALTIERI; TOLEDO, 2011; CUNHA, 1999).

Essas ocupações representam distintos modos de estratégias de resistência camponesa de forma que se constituiu no Brasil uma agricultura, desde o princípio da colonização, que esteve sob a hegemonia dos grandes proprietários de terra, mas que esses pequenos agricultores mantiveram a sua capacidade de se adaptar e criar espaços para uma outra agricultura, de base familiar e comunitária, que nos remonta à agricultura itinerante, de coivara, praticada por populações indígenas há tempos atrás e transmitida ao longo das gerações (WANDERLEY, 2014; ADAMS et al., 2006a; EMPERAIRE; ELOI, 2008).

A partir de novos valores sociais de defesa dos recursos naturais, frente à crise ambiental, e igualmente das comunidades que dele dependem e por isso mesmo sabem manejá-lo, utilizá-lo, foi elaborado o conceito de Socioambientalismo:

O socioambientalismo foi construído com base na ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se com base na concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e equidade. Além disso, o novo paradigma deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental (SANTILLI, 2005, p. 56).

Esse contexto histórico reverbera diretamente no mundo rural brasileiro incluindo, conseqüentemente, a forma e como os serviços de assistência técnica e extensão rural da época eram ofertados pelo Estado, privilegiando exclusivamente os latifundiários e os produtos para agroexportação. A prolongada herança colonial, no espaço rural brasileiro, tem perpetuado os seus aspectos estruturantes: a grande propriedade de monocultivos e o trabalho escravo, com sérias implicações para as populações rurais, bem como no impacto em diversos ecossistemas (WANDERLEY, 2014; MATTEI, 2014; LEFF, 2003).

O processo de colonização no Brasil causou o extermínio de grande parte da população indígena e, até os dias atuais, tem levado à expropriação de milhares de agricultores familiares, com ou sem terra, parceiros ou colonos, ex-escravos, caboclos, remanescentes de quilombo e demais populações tradicionais. Em parte, o “doloroso” processo da modernização conservadora da agricultura contribuiu para essa expropriação em massa, principalmente a partir dos anos de 1970. Embora tal fato já existisse pela atuação dos grandes empreendimentos na área rural. Atualmente, as expropriações, expulsões e violência no campo prosseguem com a expansão das fronteiras agrícolas de *commodities* do agronegócio, especialmente, as grandes empresas para produção de soja (PALMEIRA, 1989; WANDERLEY, 2014).

No decorrer do tempo, as conseqüências da problemática agrária ressoaram no Brasil de forma que, atualmente, o mesmo se encontra entre os países mais desiguais no mundo. Bacha (1975), se referiu ao Brasil com a denominação de Belíndia, como uma referência à Bélgica, enquanto um pequeno país rico, e à imensidão e pobreza da Índia.

Em todas as regiões do Brasil se encontram enormes disparidades sociais, tais como a distribuição de terras, acesso à saúde e educação, a distribuição de renda. Essas desigualdades ainda refletem uma longa trajetória das formas de apropriação dos recursos naturais, decorrentes de uma forte racionalidade econômica de acumulação do capital (LEFF, 2003).

2.5 Origem do Neoinstitucionalismo e linhagens procedentes

Na reflexão sobre a ação do Estado, a expressão “neoinstitucionalismo” se destaca como um tema de grande importância nas ciências sociais, uma vez que o seu entendimento é essencial para a análise das políticas públicas, da forma como estas são implementadas e executadas pelas instituições.

Uma maior ênfase será dada à abordagem do Institucionalismo histórico por ser a mais clássica, estando praticamente presente dentre as demais linhas de pensamento. Sua origem nos leva às tradições anteriores das ciências sociais. A teoria institucional é tão antiga quanto a própria experiência de organização social da vida humana. Academicamente pensando, é uma tradição de estudo que vai de Platão e Aristóteles à Locke, Hobbes e James Madison (LIMA et al., 2011).

Tanto os antigos teóricos filósofos, sociais e políticos como, mais recentemente, os fundadores da república americana estavam interessados em precisamente os mesmos conjuntos de questão que o institucionalismo se refere: “Como diferentes arranjos institucionais poderiam encorajar ou desencorajar diferentes tipos de ação política?” (MARCH; OLSEN, 2008)

Para o “Neoinstitucionalismo”, é necessário perceber que existe pouca relação com o “velho Institucionalismo”. Os estudos enfatizavam a descrição e comparação estática das estruturas legais, administrativas e políticas, em diferentes países, ou seja, era basicamente normativo. Em 1950 e 1960, o enfoque behaviorista reforçou que o estudo das regras formais não servia de explicação para o comportamento e resultados políticos, nem para as consequências da política. Esta abordagem enfatiza o papel das crenças, costumes, ações de indivíduos e grupos como um aspecto mais importante, em relação às estruturas formais dos antigos institucionalistas (LIMA et al., 2011).

O que se entende por Institucionalismo, da sua constituição à atualidade

A compreensão do termo “Neointitucionalismo”, como uma perspectiva teórica, não pode ser baseada numa abordagem científica única ou unificada, especialmente por se referir às diferenças de contextos, de questionamentos e problemas que o norteiam, bem como a análise metodológica (HALL; TAYLOR, 2003). Na sua formação, o Neoinstitucionalismo é constituído por diferentes linhas de pensamentos que surgiram de uma grande reação crítica às

perspectivas behavioristas, visando esclarecer o papel das instituições nos processos e resultados sociopolíticos. Como bem afirma Pettan (2010), estas abordagens podem divergir inclusive quanto à origem, desenvolvimento e resultados decorrentes do processo decisório das instituições.

Na década de 1980 se estabelecem mais enfaticamente o Institucionalismo Histórico, o Institucionalismo da Escolha Racional e o Institucionalismo Sociológico e, em seguida, aparecem o Institucionalismo Construtivista e o Institucionalismo de Redes (HALL; TAYLOR, 2003; LIMA et al., 2011).

Neoinstitucionalismo Histórico

Segundo Steinmo (2008), o Institucionalismo histórico é uma abordagem que analisa os processos de mudanças políticas e sociais. Desta forma, não pode ser considerado nem uma teoria particular em si, nem um método específico a ser seguido. Se diferencia de outras orientações das ciências sociais, ao manter o foco nas questões empíricas do mundo real, na sua orientação histórica e em sua preocupação nos caminhos em como as instituições estruturam e moldam o comportamento e as ações humanas.

No final do século XIX, as ciências sociais começaram a emergir como uma moderna disciplina acadêmica. Há vários estudos clássicos que tiveram um grande impacto na ciência, mas muito do que se chamava de Institucionalismo era mais como se desenhar constituições perfeitas (STEINMO, 2008). Tanto na Europa como nos Estados Unidos, pesquisadores estavam especificamente preocupados com a relação entre design constitucional e o comportamento político (até mesmo moral).

Era um período de agitações políticas e sociais massivas, quando os estudiosos foram às vezes até convidado para projetar instituições que poderiam ajudar a construir sociedades melhores. No entanto, na Alemanha Weimar após a morte do Kaiser, o autor mencionado revela que os ‘arquitetos constitucionais’ resolveram desenhar o que eles acreditavam ser a mais perfeita democracia no mundo. Esta ocasião histórica proporcionou uma grande oportunidade de aplicar o Institucionalismo no mundo real. Acreditava-se firmemente que a nova República Germânica poderia ser um modelo de democracia que outros poderiam seguir. Infelizmente, as coisas não funcionaram assim e a falha na democracia Weimar causou um grande desafeto e até mesmo ceticismo, com a análise Institucional nos anos pós-guerra.

Infelizmente, as instituições democráticas projetadas minuciosamente caíram com a ditadura, autocracia, e até mesmo o caos, em todo o mundo em desenvolvimento. Não importa que tipo de instituições foram construídas, praticamente todas falharam em produzir os tipos de comportamentos políticos necessários para a sociedade democrática.

Posteriormente a esses fatos, as instituições passaram a ser vistas como espaços em que a política teve lugar, de forma que o importante era o que preenchia os espaços, ou seja, as relações que se estabeleciam. Segundo Thelen e Steinmo (1992), havia um padrão de dois diferentes posicionamentos para ser considerado científico na época: um se refere a necessidade de ser mais teórico; e o outro, que o estudo deveria ser dividido em variáveis constituintes que poderiam ser medidas, examinadas e analisadas independentemente. Neste processo, as instituições na maior parte ficaram fora da análise.

Nos anos de pós II Guerra mundial, a Física cresceu rapidamente causando uma certa pretensão nas ciências sociais. Assim, para ser considerada séria, as ciências sociais necessitavam ser uma “ciência real”. E para ser uma ciência real, precisava seguir um método científico, construir teorias preditivas que poderiam ser falsificáveis e testáveis.

Diversas temáticas foram sendo inseridas nos estudos Institucionalistas, incluindo diversas problemáticas sobre a pobreza, a desigualdade, a injustiça, a guerra e os países em desenvolvimento (THELEN; STEINMO, 1992). No caso do princípio fundamental Cartesiano, qualquer coisa no mundo é regida por leis básicas. Logo, o novo argumento dos Institucionalistas era de que o mundo humano também é governado por leis de comportamento e ação, igualmente como na física. Sendo assim, por que alguns países ou pessoas se beneficiavam de altos níveis de democracia, crescendo e desenvolvendo, enquanto outros caem em círculos viciosos de pobreza, ditadura e violência?

Para esses autores, se a perspectiva behaviorista tratava de microanálises das instituições, os grandes teóricos do Marxismo, estrutural-funcionalismo, teorias da modernização ou da escolha racional – “Teoria do Tudo” trabalhavam na perspectiva de uma macroanálise. O enfoque poderia ser nessas “grandes forças” e não nos detalhes e instituições (arenas).

Outro ponto é que a aliança política, com apoio institucional do governo, era mais forte nas Universidades Públicas dos EUA, do que na Europa. A nova noção de ciência foi adotada

mais rapidamente pelos Norte-americanos do que os professores de política e sociologia que tinham poucos incentivos aos modelos próprios das ciências hard. Mas os Institucionalistas continuaram interessados em estudar política e história (STEINMO, 2008).

Havia ainda certas considerações, pois o Institucionalismo histórico era dominado por um tipo de ciência social de 50 anos atrás. Para alguns, isso sugere que muitos dos clássicos da ciência social foram enquadrados num tipo de inquérito científico, bem comum nos dias de hoje. Uma interessante constatação era de que Max Weber, Stein, David Truman, Karl Polanyi, dentre outros, podem ser identificados como escolas de Institucionalismo histórico, apesar de não serem denominados assim na época (STEINMO, 2008). Esses autores eram especialmente interessados nos dados do mundo real, usando a história como um procedimento analítico e nas formas de como as instituições influenciam as ações políticas.

Sem negar o objetivo da ciência social em se aprimorar cientificamente, muitos se mantiveram interessados em um nível médio de análise de dados do mundo real e outro intermediário com incrementos de teorias. Desapontados com os grandes teóricos e simplesmente desinteressados na abordagem behaviorista, vários cientistas sociais continuaram os estudos baseado no mundo real e era o momento em que o Institucionalismo histórico estava nascendo.

No Institucionalismo histórico, Hall e Taylor (2003) são enfáticos ao afirmarem que esta abordagem surgiu no contexto de um movimento contrário às teorias estruturais-funcionalistas, as quais se baseavam apenas na descrição e comparação de estruturas institucionais e jurídicas. Muitos não compreendiam porque as respostas do mundo real variam nas formas em que elas ocorrem.

Para Skocpol (1995), grande referência do Institucionalismo histórico, era preciso tentar explicar as fontes, bases e padrões das grandes revoluções. Entretanto, em vez de assumir que a estrutura de classe ou o poder da elite poderiam explicar diferentes padrões, ela fazia um trabalho pesado de analisar as revoluções atuais e situá-las em seus contextos comparativos e históricos para possivelmente chegar a essas considerações no final. A autora detectava, eventualmente, que as estruturas de instituições governamentais no período pré-revolucionário tinham uma grande consequência para ações revolucionárias seguintes e buscava explicar a importância desses eventos no mundo real.

Nos anos de 1970 e 1980, as pesquisas passaram a ser de casos comparativos das estruturas institucionais de diferentes países, ao invés de focar nas variáveis. Comparar arranjos políticos foi amplamente realizado em estudos detalhados de países em particular, uniões, movimentos sociais ou partidos políticos. Diferentes grupos e escolas foram estimuladas a responder: como e porque diferentes países respondem à flutuação da economia e dificuldades criadas pelo preço do petróleo no início de 1970. Mais uma vez, as instituições estatais rapidamente estavam na análise de quase todas estas escolas acadêmicas, agora juntamente com a economia política.

É importante reforçar que nem todos os cientistas políticos e sociólogos que usam métodos de história e estão realizando estudos de caso são institucionalistas. Os Institucionalistas são pesquisadores que põem uma ênfase especial no papel das instituições para estruturar comportamentos.

Mas o que se entende por Instituições? À princípio, as instituições eram entendidas basicamente como sendo o estabelecimento de Regras e demais condições (normas, princípios, regulamentos, costume, hábito) que influem nas ações de grupos humanos (STEINMO, 2008). Há esse consenso entre os institucionalistas, todos eles vêem instituições como regras que estruturam o comportamento. No entanto, eles podem diferir na sua compreensão da natureza do que é ser instituição, cuja ação e comportamento vem sendo estruturado.

Neoinstitucionalismo da Escolha Racional

O Institucionalismo da Escolha Racional parte do pressuposto de que as pessoas são indivíduos racionais, as quais: calculam os seus custos e benefícios e as escolhas que elas fazem; pensam instituições como algo muito importante basicamente porque moldam as estratégias de comportamento dos indivíduos; acreditam que as pessoas seguem regras porque elas são atores estratégicos e assim maximizam os seus ganhos pessoais. Em síntese, elas cooperam porque elas ganham mais com a cooperação do que sem ela.

Os comportamentos dos atores sociais são baseados em cálculos estratégicos, pelos quais podem inferir nos interesses dos demais, elevando ao máximo a satisfação de suas próprias preferências nas tomadas de decisões (THELEN; STEINMO, 1992). Neste caso, as instituições vão influir diretamente nas atividades dos atores políticos que constroem um

contexto elaborando estratégias para sua satisfação, na mesma medida em que põe limites aos comportamentos individualistas, que privilegiam seus interesses próprios.

Importa ainda ressaltar que o papel das instituições, na perspectiva da escolha racional, segue em função de uma lógica dedutiva que presume as ações das pessoas de forma a minimizar as incertezas comportamentais dos atores sociais na estrutura política (HALL; TAYLOR, 2003). Em termos das pesquisas comparativas, as premissas usadas nessa abordagem são constituídas de acordo com consensos globais que serão aplicados em diversos contextos políticos, com referência a um conjunto de estratégias utilizadas de forma padronizada pelos pesquisadores, incluindo categorias de racionalidade e maximização de interesses (THELEN; STEINMO, 1992).

Em termos práticos, as redes constituídas por engenheiros e gestores, privados e públicos, têm geralmente eficácia comprovada em certos campos do conhecimento, em especial, na gestão e monitoramento de informações. No entanto, Martins (2004) alerta que é necessário considerar que o jogo de interesses e a relação de poder existentes nos espaços decisórios das políticas públicas, com a abordagem da escolha racional pode reduzir toda a ação coletiva e individual a interesses próprios, no sentido egoísta de auto-favorecimento.

Neoinstitucionalismo Sociológico

Noutro enfoque, os Institucionalistas sociológicos vêem as pessoas como essencialmente seres sociais que nem são completamente auto-interessadas, nem tão racional como as escolas da Escolha Racional poderiam sugerir. Mas são satisfeitas com quem agem habitualmente. As instituições influenciam as muitas possibilidades de como as pessoas vêem seu mundo e não são apenas as regras que elas tentam trabalhar.

Ao invés de seguir regras para maximizar os seus próprios interesses, Steinmo (2008) considera que as pessoas são geralmente entendidas pelo institucionalismo sociológico como seguindo uma “lógica de adequação”, ou seja, antes de se perguntar “O que eu ganho em uma determinada instituição?”, as pessoas primeiro se perguntam “O que eu poderia fazer?”, “O que é apropriado?”. Portanto, a importância das instituições (regras) está nas normas sociais que governam cotidianamente a vida e as interações sociais. O que aparenta ser óbvio, na verdade traz sérias implicações.

Os seres humanos podem agir tanto como seguindo regras, cumprindo normas, bem como os atores racionais auto-interessados. Portanto o comportamento das pessoas depende tanto do indivíduo, como do contexto e das regras. Considerando que essas três variáveis (indivíduos, contextos e regras) são importantes nas escolhas das situações, então não pode haver uma maneira *a priori* de saber o que se deve estudar quando se tenta pesquisar resultados políticos.

Segundo Lima et al. (2011), a consolidação do Institucionalismo sociológico originou por volta do final dos anos de 1970, juntamente com o surgimento da teoria das organizações. Os levantamentos apresentavam soluções alternativas na construção e manutenção das estruturas organizacionais, em especial, defendendo que as práticas implementadas não deveriam ser explicadas pela sua eficácia, mas sim pela sua inserção cultural.

Neste momento, o entendimento de instituição passa por mudanças e, agora representa uma concepção que abrange a noção de símbolos, representações cognitivas e padrões morais que regem as atitudes das pessoas. Como bem reforça Hall e Taylor (2003), há o rompimento da dicotomia entre instituição e cultura, uma vez que esta passa a ser definida como uma rede de hábitos, de símbolos, de princípios e valores, de percepções e do contexto que modelam os comportamentos humanos.

O discernimento de que existem limites para as estratégias adotadas, dão espaço para a existência de preferências humanas que fazem parte da formação das identidades e percepções que os atores têm de si próprios. Tal fato reforça o enfoque cultural para as instituições, na medida em que se reconhece uma ação não apenas como estratégica, mas também influenciada por elementos que possibilitam a reprodução de comportamentos, socialmente construídos e definidos, para se obter os propósitos desejados (HALL; TAYLOR, 2003).

Os Institucionalistas históricos não acreditam que as pessoas agem como simples regras a serem seguidas, ou simples atores estratégicos que usam regras para maximizar os seus interesses. O que interessa nas escolas do Institucionalismo histórico é como uma certa escolha foi feita e ou porque um certo resultado ocorreu (THELEN; STEINMO, 1992). Assim, como se sabe qual é o mais importante (interesse próprio, altruísmo/coletivo ou habitual) comportamento? O Institucionalismo histórico poderia fazer um recorte histórico, conhecer as evidências, para tentar entender.

Outro ponto muito interessante desta perspectiva se refere à influência da economia política nas análises institucionais. De acordo com Steinmo (2008), Alexander Gershenkron – foi o primeiro autor da evolução histórica da economia, trazendo uma importante reflexão: quando um país se industrializa, isto afeta necessariamente o como ou a forma em que se é industrializado. Ele demonstra o porquê países ‘retardatários’ não podem passar pelo mesmo longo processo de tentativa e erro seguido pelos primeiros países a se desenvolverem. Ou seja, o processo de industrialização depende da trajetória do país que o implementa.

Frequentemente, os acontecimentos políticos ou institucionais ocorrem dentro de um contexto histórico, o qual tem uma consequência direta nas decisões nesses espaços. Muito embora os atores ou agentes sociais possam aprender com a experiência, o Institucionalismo histórico compreende que o comportamento, atitudes e escolhas estratégicas ocorrem dentro de um contexto social, político, econômico e até cultural. Para esta abordagem, é fundamental que as variáveis devem ser devidamente localizadas no tempo, espaço ou contexto histórico. Pode-se entender a partir daí, como e porque as escolhas políticas num determinado período afetam as escolhas subsequentes no tempo (PIERSON, 2004).

Finalmente, o Estado do bem-estar social e a economia política estruturam a nossa vida cotidiana e pessoal e, diante deste fato, qual seria o custo de uma Reforma social?. Para Pierson (2004), as expectativas são também moldadas pelo passado. Enquanto alguns podem afirmar que a aventura de grandes proprietários de terra no Brasil era um simples produto do poder político e ou da demanda de terra para o gado, no Institucionalismo histórico poderia se olhar os padrões de expropriação de agricultores camponeses para uma compreensão do porquê esses grupos já sem terra reagiram ocupando latifúndios improdutivos ou mesmo queimando plantações de milho.

Obviamente não há dúvidas de que o ‘sucesso’ do passado dos latifundiários, no Brasil, para não dizer nada da sua vitória sobre a Reforma Agrária no final do século XX, levaram os tomadores de decisões políticas de movimentos sociais, como os “sem terra”, associações, sindicatos, pastorais a acreditar que eles iriam continuar afirmando o poder trazendo o capitalismo “bem sucedido” e a democracia através de uma postura ditatorial de expulsão e apropriação indevida da terra, num processo de acumulação primitiva do capital, como bem explica Wanderley et al. (2014).

Percebe-se, assim, que as variáveis são dependentes das trajetórias históricas. Conseqüentemente, outro aspecto fundamental é que os Institucionalistas históricos estão interessados na noção de variáveis interdependentes uma com as outras. Outro aspecto bastante estudado se trata dos mecanismos de mudanças institucionais. Muito embora a maioria dos Institucionalistas não tenham teorizado explicações para as mudanças, as expectativas são de que as mudanças se tratam de um processo muito difícil que requer certa disposição em correr riscos.

Há ainda alguns padrões gerais que devem ser considerados. O primeiro é que qualquer instituição formal está inserida dentro de um amplo conjunto de instituições. Ao mudar a função de um conjunto, inevitavelmente haverá implicações nas outras. Segundo, as pessoas têm expectativas em torno de um determinado conjunto de instituições/regras.

A mudança de regras pode ter um efeito à longo prazo difícil de predeterminar. Portanto, muitos poderiam preferir manter as regras ao enfrentar os riscos. No terceiro ponto, as instituições podem ficar bloqueadas porque as pessoas investem na aprendizagem de regras. As mudanças de regras podem representar altos custos e ter resistência dos que não gostariam de passar por nenhum novo custo. Por fim, o modo como as instituições afetam o comportamento, também se pode formar preferências.

Diante dessas questões, como se pode explicar uma mudança? Neste caso, o consenso entre os institucionalistas se dá na explicação do equilíbrio “pontual”. A premissa de que as instituições são essencialmente estáveis antes de ser confrontadas com um choque exógeno, entretanto, pode ser criticada pelo Institucionalismo histórico demonstrando que a ideia de choques exógenos não dá aos seres humanos nenhuma capacidade de agir (STEINMO, 2008). Pode haver muitas falhas quando se baseia na ideia de que as mudanças políticas e institucionais são puramente o produto de um fato.

De que maneira as diferentes instituições políticas estão se adaptando e evoluindo no contexto de uma pressão global competitiva? Se a análise histórica pode encontrar padrões de mudanças institucionais, tipos comuns de mudanças institucionais, mesmo assim, ainda não há uma explicação, uma teoria para a mudança institucional. Para explicar tais mudanças, é preciso trazer ideias à análise Institucional, pois há interesses que são as forças motrizes da política.

Hall e Taylor (2003) são bem reconhecidos pelas ideias sobre o poder econômico em suas análises de crescimento da economia Keynesiana, aprofundando sobre como e o porquê as ideias específicas sobre a gestão econômica podem dominar muitos países no mesmo período histórico. Como as ideias influenciam as pessoas e como podem ser usadas como armas de luta? De que maneira os indivíduos compreendem seus interesses?

Para o referido autor, uma das dimensões mais interessante do Institucionalismo histórico tradicional diz respeito aos pesquisadores que tentaram compreender como as ideias, valores e crenças afetam a história e a política, e como podem ser direcionados para entender as mudanças institucionais. As ideias são tidas como soluções criativas para problemas de ação coletiva, mudando instituições quando os atores com poder de decisão têm a vontade e a habilidade de mudar as instituições a favor de novas ideias. Por exemplo, as Instituições do Estado de Bem-Estar Social, no século XX, como o seguro desemprego, a pensão pública, as regulações bancárias. Inicialmente, estas propostas surgiram através de ideias, vistas como soluções criativas para os problemas, que prometem ajudar a resolver algumas das problemáticas econômicas e sociais, criadas pela economia capitalista no meio do séc. XX, tais como: flutuação econômica, desemprego e aumento da pobreza.

A vulnerabilidade econômica conquistou um espaço na sociedade através das eleições nas democracias ocidentais (STEINMO, 2008). O mesmo autor afirma que as falhas econômicas e as irregularidades do capitalismo começaram a se tornar cada vez mais evidentes nas mudanças de ideias da elite. A experiência econômica de 1920 e 1930 levou a perceber estas questões como um problema real.

A atuação do governo na II Guerra Mundial (gestão da economia, regulação da produção e a luta da maior guerra na história) levou a acreditar que o governo poderia e deveria fazer um bom trabalho na gestão de novas tarefas. Em outros termos, havia um acordo de que o capitalismo poderia ser regulado e que o governo tinha uma função apropriada no controle da economia e a distribuição da riqueza gerada nesta economia (STEINMO, 2008).

Nos anos de 1970 estava dada a estagnação, a taxa alta à cidadãos e o surgimento de ideias neoliberais. A famosa frase de Ronald Reagan preconizava o que estava por vim: “O Governo não é a resposta, mas o problema”. Este período é fundamental para compreender mais uma dimensão na análise Institucionalista histórica. Na década de 1980, as taxas de custo estimularam aumentar a receita governamental como foi prometida ou elas simplesmente

criaram um déficit na história? A resposta depende para quem foi perguntado: o economista que acredita na teoria econômica do neoliberalismo ou num economista que não acredita na economia neoliberal (STEINMO, 2008).

Neste período, Steinmo (2008, pág. 133) levantava o seguinte questionamento: “Se não conhecemos as consequências das ideias passadas, como nós podemos racionalmente calcular nossos interesses para o futuro das ideias políticas?”. De fato, é preciso trazer a ideia de como um fator contribui na análise Institucional para compreender a evolução institucional.

Afinal, constituiu-se a tese teórica que entende as Instituições, Ideias e o Ambiente como um processo co-evolucionário. A abordagem evolucionária admite os resultados da ação política como não-linear e não-previsíveis, em vez de linear e previsível (THELEN; STEINMO, 1992). O princípio da incerteza é admitido no processo institucional. Agora, as relações de poder e as agências integradas são incluídas nas análises, ao invés de enxergar os atores sociais como simples “reféns” das instituições que habitam.

Afinal, se o pesquisador pensa a importância da história e das ideias, as instituições que estruturam as escolhas dos atores e estão sujeitas às mudanças pela escolha dos próprios atores, que as pessoas reais tomam decisões que nem sempre são eficientes ou puramente para interesses próprios e que existe posições de poder nos processos decisórios, provavelmente será um estudo baseado na abordagem do Institucionalismo histórico.

Neoinstitucionalismo construtivista

A abordagem do institucionalismo construtivista ainda é bem recente diante dos demais enfoques discutidos. Mesmo que ainda esteja no início de seu processo de formação, esta vertente já se apresenta como um grande potencial no estudo dos processos de mudanças institucionais complexas (LIMA et al., 2011). Um tema pouco explorado e muito presente nos últimos anos, em decorrência de uma maior participação social no processo de construção dessas políticas.

Os Institucionalistas construtivistas surgiram diante da necessidade de não enfatizar tanto a origem das instituições, como no Institucionalismo histórico, mas sim poder analisar a própria trajetória dessas instituições e suas mudanças decorrentes das respostas do mundo real. As mudanças também podem surgir a partir de choques exógenos, tais como guerras, revoluções, invasões territoriais, dentre outros.

Na medida em que o enfoque dos construtivistas estão nas trajetórias, reforçam uma importante contribuição nas análises Institucionalistas, ao revelar muitas vezes as causas endógenas para o processo evolutivo, de adaptação e mesmo inovação institucional. De acordo com Hay (2006), os pesquisadores entendem as relações entre os atores sociais e seu contexto, como ações intencionais ou não, sucedendo mudanças institucionais que fazem parte destas interações.

Em outros termos, se no Institucionalismo histórico há uma concepção consolidada acerca da “dependência de trajetória”, mesmo considerando alguns momentos de mudanças modeladas pela trajetória, no construtivismo não se considera apenas as instituições como modeladoras dos comportamentos dos atores políticos. A noção de dependência da trajetória ideacional passa a ser visibilizada, trazendo reflexões acerca de como as ideias (sob as condições de preferências, desejos, motivações) direcionam a construção de regras e princípios das pessoas, e em que contextos as ideias são questionadas, modificadas, substituídas ou mesmo excluídas (LIMA et al., 2011).

Neoinstitucionalismo de redes

Segundo Lima et al. (2011), a inclusão do conceito de redes na abordagem Neoinstitucionalista se deu em consequência do entendimento das redes enquanto instituições, apresentando modelos frequentes de interações e trocas entre as pessoas e suas organizações, formais ou informais. Nesta linha de pensamento se mantém a forte influência do Institucionalismo histórico, acumulando assim a categoria de redes enquanto um fator que influi diretamente na distribuição de poder, no fortalecimento de identidades e na defesa de interesses resultantes das relações entre os atores.

As redes constituem uma velha forma de organização social que remete a outros tipos de sociedades ou de sociabilidades, sistemas de trocas, comunicação, de organização da produção e do comércio (CASTELLS, 2000). Este autor reforça que a característica principal das redes se dá nos fluxos de pessoas, objetos, informações, símbolos, em diversos espaços sociais, tempos e espaços diferenciados, como também nas formas de organização de determinados grupos humanos.

Os estudos de redes, de acordo com Lima et al. (2011), envolvem linhas de pensamento que vai desde um enfoque relacional das ações políticas e socioeconômicas até a complexa rede

de interações que compreendem os indivíduos, os grupos e organizações sociais. Mais ainda, as redes possibilitam a análise de um processo dinâmico intrínseco ao mobilizar informações, recursos, conhecimentos e saberes.

A partir do momento em que as entidades representativas se assemelham em suas trajetórias, elas vão tornando-se cada vez mais inter-relacionadas em redes e, desta forma, o Institucionalismo de redes pode proporcionar subsídios para uma melhor compreensão das relações complexas entre organizações, inseridas num determinado contexto sociopolítico, cultural, econômico e ambiental. As principais pesquisas no Institucionalismo de redes abrangem diferentes perspectivas, dentre elas: relação entre diversos grupos sociais; redes públicas; dinâmicas de mercado; movimentos sociais; e implementação de Políticas Públicas (LIMA et al., 2011; SCHERER-WARREN, 2006).

As contribuições do institucionalismo de redes vão fornecer elementos importantes para as análises de Políticas para a Agricultura Familiar. Dentre eles, a noção da relação entre as novas redes que são instituídas, bem como suas relações com a organização social dos agricultores, que contribuem para fortalecer a sua atuação na implementação das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.

O Institucionalismo histórico está inserido numa posição fundamental. Diante de suas pesquisas, alguns estudos desta escola de pensamento indicam traços da escolha racional, outros se parecem mais com o Institucionalismo sociológico e mais alguns ainda apresentam tendências ao estudo de redes (IMMERGUT, 1992, 1998; PETERS, 1999; THÉLEN, 1999; HALL; TAYLOR, 2003; PIERSON, 2004; LIMA et al. 2011; MARQUES, 1997; UNESCO, 2003). O que isso representa?

No presente trabalho, ao invés de correr o risco de apresentar uma síntese podendo cair num reducionismo simplista, a tentativa foi de explicitar um debate que ocorre entre essas diferentes abordagens Institucionalistas e que são bastante esclarecedoras do tema. O momento é de enriquecer o debate, constatando que temos muito a aprender com todas essas escolas de pensamento e que, mesmo com suas especificidades, elas podem contribuir muito uma com a outra.

2.6 O papel das redes sociais

Atualmente, as sociedades caminham para amplos processos de mudança, que se referem à globalização, as reestruturações dos modelos económico, socioambiental e político, à entrada de novos atores na esfera pública. Este cenário traz novos desafios teórico-metodológicos nas pesquisas das ciências sociais e agrárias, estabelecendo uma reflexão que permita identificar os vectores de mudança, em nível das diferentes esferas sociais, das instituições estatais às organizações da sociedade civil e às relações informais, da escala supranacional ao espaço local (CASTELLS, 2000; MARTELETO, 2001; MARTINS, 2004).

Os percursos das organizações dos movimentos sociais e das mobilizações de organizações não-governamentais, na atualidade, demonstram uma defasagem dos antigos marcos teóricos positivistas que por meio de critérios reducionistas buscavam explicar a construção das práticas identitárias dos grupos, por um viés do utilitarismo econômico e da ideologia do progresso (CAILLÉ, 2000; MARTINS, 2004).

No meio rural, a noção de progresso culminou com a Revolução Verde, se projetando no que se entende na literatura por modernização conservadora da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Perpetuada por premissas basicamente produtivistas, com forte viés econômico, a Revolução Verde trouxe sérias consequências socioambientais.

O processo de modernização da agricultura se constituiu dentro de um contexto estrutural e social complexo, encobrendo uma série de interesses do grande empresariado, o que resultou em sérios conflitos produtivos no meio rural. Consequentemente, o controle da adoção tecnológica que determina políticas para o favorecimento de grandes proprietários gera limitações cada vez maiores aos agricultores familiares, culminando com a sua expulsão do campo (WANDERLEY, 2014).

Na crise econômica da cana de açúcar no Nordeste, as mudanças decorrentes dos processos de desapropriação de Engenhos para a formação de assentamentos rurais foram proporcionadas pela ação e visibilidade de novos tipos de atores, conflitos e mediações, os quais formaram redes sociais que expressam essas mudanças. Muito embora, elas possam representar percursos diferenciados, com diferentes campos de poder e hierarquias, bem como serem permeadas por movimentos utilitarista e antiutilitarista.

Essas mudanças teóricas e práticas reforçam que os movimentos sociais, nos tempos recentes, se encontram num processo de diferenciação decisivo, com outras modalidades de mobilizações. Em outros termos, para Martins (2004) o que seria teoricamente inovador é ir além para integrar novas subjetividades decorrentes da articulação das diferenças culturais, tais como as novas mobilizações étnicas, feministas, etc. No presente trabalho, se tratam das mobilizações agroecológicas, redes de solidariedades, da agricultura familiar, dentre outros.

Estas mobilizações não fazem parte das estratégias convencionais de articulação política, especialmente por conta do surgimento de unidades diversificadas e autônomas que destinam grande parte de seus esforços e recursos à solidariedade interna (MELLUCI, 2001, p. 95).

Este fato leva a uma reestruturação dos movimentos que, do ponto de vista das sociedades complexas, funciona como redes invisíveis de grupos, de pontos de encontro, de afinidades e familiaridades e, como bem aponta Melluci (2001), de “circuitos de solidariedade”. O relato abaixo esclarece o potencial desses movimentos quando se há espaço e reconhecimento pelas instituições políticas:

Nos fenômenos coletivos contemporâneos, se entrelaçam muitos significados. Só uma sociedade aberta capaz de captar o impulso dos movimentos, através dos sistemas políticos de representação e tomada de decisão, pode fazer com que a complexidade e a diferença não sejam violentadas. Manter aberto o espaço para as diferenças é uma condição fundamental para a “invenção do presente” (MELUCCI, Milão, junho/1990).

Essas mudanças históricas e sociológicas mais amplas passam a revelar a emergência de um novo paradigma sociológico. Trata-se de um processo que explica a mudança dos movimentos sociais da sociedade moderna para os novos movimentos sociais das sociedades complexas na contemporaneidade (MARTINS, 2004; GOHN, 2011).

O novo paradigma é reconhecido sobretudo devido a formação de pequenos sistemas sociais dinâmicos, nomeados de redes sociais, que funcionam como novas organizações reguladoras dos conflitos, tensões e acordos entre indivíduos e grupos menores. Em outros termos, essa nova abordagem supera a dualidade existente entre o tradicional paradigma holista, valorizando a totalidade social em detrimento do indivíduo, e do paradigma individualista, o qual prioriza o indivíduo.

De acordo com Caillé (2000, p. 13), nas ciências sociais é plausível definir a ideia de paradigma “como um conjunto de teorias e modelos de explicação reconhecidos pelas comunidades pesquisadoras e que define o campo do pensável e dos questionamentos legítimos”. Para Kuhn (1975), a ciência não se desenvolve de acordo com uma lógica de progresso contínuo, mas justamente com o que representa, num determinado momento, uma ciência normal e legítima. Portanto, as teses tidas como aceitáveis e reconhecidas são as que se encaixam no padrão da ciência normal de uma época, ou melhor, do paradigma dominante.

Alain Caillé (2000) traz como paradigma emergente o do dom e sua influência se faz presente nos diversos âmbitos da vida social e cultural, representando novas formas de solidariedade em vários setores da vida cotidiana, como na economia e na família, na política, na comunidade e no uso dos recursos naturais.

O entendimento da reciprocidade, a dinâmica do dom da dádiva e de redistribuição criativa que proporciona sociabilidade (*lien social*), é reconhecida por Mauss (2003) como prestação total. Neste sentido, as formas do dom e da reciprocidade são compreendidas como a permanência de prestações não mercantis, o manejo comunitário de bens ou recursos coletivos que contribuem para a organização do grupo (associações, cooperativas) e do manejo das infra-estruturas comunitárias (cultivos e ou pastagens comuns, recursos hídricos).

Portanto, Caillé (2000) reforça que o dom é, em sua natureza, o que permite ir além da dualidade entre o eu e o outro, entre obrigação e liberdade. Para pensar de acordo com o dom, é necessário superar a tensão não-resolvida entre os dois grandes paradigmas, nos quais se dividem as ciências sociais, dada a necessidade de resolver essas oposições.

A tentativa de superação do dualismo nos paradigmas sociológicos, indivíduo e sociedade (individualista e holista), pode ser bem compreendida através de certas concepções acerca das redes sociais. Se por um lado, alguns conceitos tentam reduzir a liberdade relativa dos atores sociais na organização da rede, impondo-se sobre as vontades e capacidades individuais, inversamente, há definições de redes que percebem exclusivamente as ações individualistas dos atores sociais no estabelecimento de laços sociais fortes (MARTINS, 2004).

Esta perspectiva reducionista e dual do pensamento sociológico sobre uma realidade social, polarizando a noção do real como sendo uma vertente ou outra, dificulta perceber o paradoxo: a realidade se refere as duas concepções, ao mesmo tempo. Explicando de outra

forma, a rede se apresentaria enquanto simplesmente uma expressão da ação racional individual ou grupal, ou como uma estrutura institucional inumana, perdendo seu caráter inovador: a sua própria complexidade (MARTINS, 2004).

Projetando essa reflexão para a Rede ATER Nordeste, a mesma representa o todo que é maior que a parte – na relação Estado e sociedade civil (complexidade) e o todo e a parte se tratam de uma mesma coisa, apesar de diferentes (paradoxo).

Martins (2004) argumenta que a mudança de paradigma nas teorias dos movimentos sociais se concretiza de duas formas: indo além das teses holísticas, as quais explicam os movimentos, redes sociais e políticas públicas restringindo às mudanças estruturais gerais, como no caso do marxismo na teoria do campesinato e o movimento da classe operária ou do neoinstitucionalismo na ênfase exacerbada das instituições; bem como na superação das teses individualistas que costumam reduzir o movimento social a um conjunto de estratégias individualistas ou, até mesmo, por pequenos grupos na disputa do controle dos recursos coletivos, geralmente denominadas de “Capital Social”.

Portanto, a ideia de rede social surge nas ciências sociais como resposta às mudanças sociais e históricas, reforçando o novo paradigma dos movimentos sociais. Entretanto, as estratégias de naturalização e colonização das teorias de redes através de teses essencialmente utilitaristas impossibilitam, em vários casos, um reconhecimento mais amplo desse novo paradigma. Essas teses terminam por reduzir toda a ação coletiva e individual a fins e interesses próprios, egoístas, como em diversos casos nas teorias da “escolha racional” (MARTINS, 2004).

O referido autor reforça que o processo de naturalização e colonização das teorias de redes tem o intuito de impedir que a ciência reconheça, de forma mais nítida, o papel das mudanças históricas proporcionadas pelas identidades sociais e culturais emergentes.

A questão é que essas novas identidades representam um fato decisivo contra as teorias basicamente individualistas, reducionistas e autorreferenciadas que debatem as mudanças históricas das coletividades humanas na atualidade. A crítica teórica ao colonialismo que infui na teoria das redes reforça o novo paradigma sociológico, baseado no reconhecimento da heterogeneidade e diferenciação dos grupos humanos, com a atuação de coletivos e indivíduos

e na força de organização em redes dessa minoria que lutam por solidariedades e reconhecimentos.

Problematizando a noção de redes sociais

Frequentemente, é notável que as teorias utilitaristas usem apenas o método técnico e prático da *network analysis* (análise de redes). A teoria social das redes apresenta um campo de reflexão bem mais profundo que a da *network analysis*.

No campo das ciências sociais, a naturalização das redes ocorreu de duas formas: trazendo o termo dos campos de debates de outras ciências, como a engenharia, sem fazer uma crítica mais sistemática da tradução teórica; e a outra, quando se adotou um sentido utilitarista de rede na área de humanas, sem considerar a trajetória histórica da realidade (MARTINS, 2004). Para abranger a realidade, se requer um novo marco interpretativo para dar conta das motivações dos indivíduos pela associação em redes e solidariedade coletivas, que ultrapasse a lógica da exclusividade do individualismo.

Na importação do conceito de outras áreas, a ideia de rede é definida, sem maiores considerações, como sendo um sistema constituído por um entrelaçamento de informações técnicas entre grupos sociais e indivíduos. O seu emprego nas áreas de engenharia de sistemas foi o ponto de partida no sentido comum e, conseqüentemente, se estendendo a área das ciências sociais.

Neste caso, a abordagem de rede social passou a ser empregada com a mesma lógica em todas as outras noções existentes de redes, nos diferentes campos de estudo e da vida cotidiana, tais como rede de saúde, rede elétrica, rede óptica, rede neural, redes de mercado, dentre outros. Uma análise sob o ponto de vista de redes sociais é mais ampla que essa aparente simplicidade de interpretação funcionalista. Contudo, é importante destacar que os usos práticos da rede por engenheiros e gestores, privados e públicos, têm eficácia comprovada em certos campos do conhecimento, em especial, na gestão e monitoramento de informações.

Um outro ponto se refere à identificação do sentido de rede com a ideia de lucro material generalizado. Desta forma, o sentido utilitarista de rede está fortemente controlado pela valorização de uma moral do comportamento humano que é baseada no cálculo e no interesse próprio.

O que chama a atenção é uma outra compreensão mais solidária, recíproca, generosa e humanista do fenômeno de redes que, frequentemente, fica de fora do processo analítico contribuindo para uma crescente desumanização das práticas sociais. Na preferência em valorar a competência individualizada e a privatização de riquezas materiais e simbólicas coletivas, por indivíduos ou grupos, esta abordagem não auxilia outras perspectivas que enfatizam a potência da cooperação e da solidariedade social para a organização de novas redes coletivas.

Uma questão que deve ser considerada nas ciências sociais é que as abordagens da “escolha racional” e da análise “institucionalista”, sem um maior aprofundamento, tendem a inserir a moral utilitarista na análise social de redes. Segundo Martins (2004), o grupo liderado por filósofos mercantilistas ingleses J. Bentham e J. S. Mill, em suas análises sobre o utilitarismo, consideraram que este representa uma doutrina, na qual os sujeitos humanos são regidos pela lógica do egoísmo e do cálculo permanente de seus prazeres e sofrimentos, ou mesmo de seus lucros e perdas.

A crítica ao utilitarismo está inserida no Movimento Antiutilitarista das Ciências Sociais (M.A.U.S.S.), fundado na França em 1981. Categorizada em dois movimentos importantes, a crítica antiutilitarista apresenta duas etapas fundamentais: a crítica difusa, nos anos de 1980; e a crítica propositiva, que busca situar o dom da dádiva como um paradigma antiutilitarista, um referencial alternativo nas ciências sociais que é reconhecido na década de 1990, por meio de autores diversos, dentre eles, o próprio Caillé e o sociólogo canadense J. Godbout.

A revista M.A.U.S.S, sigla em homenagem à Marcel Mauss, é uma coletânea com publicações de cunho interdisciplinar fundada em 1981, entre outros, por Alain Callé e Jacques Dewitte. Os temas envolvem as áreas de antropologia, economia, sociologia e filosofia política. A revista faz crítica principalmente ao racionalismo instrumental na filosofia moral e política e o economicismo nas ciências sociais. O seu propósito é visibilizar o terceiro paradigma sociológico, superando o holismo e o individualismo metodológico.

Os principais fatores que comprometem a área de estudo de redes sociais em não se estabelecer como um novo marco teórico são, ao que foi explicitado, devido ao descaso, a desvalorização e os impedimentos com os princípios sociohistóricos na consolidação das redes sociais enquanto referencial acadêmico.

Os estudos sobre redes sociais envolvem a emancipação da sociedade civil, a gestão social solidária e a democracia participativa. Este é um dos motivos pelos quais existe o interesse de um investimento acadêmico direcionado para o declínio da referência fenomenológica e hermenêutica, para reafirmar a sua fundamentação utilitarista, inferindo negativamente na compreensão relacional das redes sociais.

Na presente pesquisa, a análise da Rede ATER Nordeste visa compreender não apenas os fatores formais que propiciaram a sua constituição, enquanto parte das metas da PNATER, mas sobretudo, como e o que levou essas organizações a se juntar para formar uma rede de extensão rural.

Abordagens de redes sociais

Diversos estudos, em diferentes escolas acadêmicas, que focam nas redes sociais apresentam duas características marcantes, uma é a ampla e rica produção acadêmica sobre o tema, a outra se refere ao tipo de produção que, em geral, se apresenta em partes desconectadas. Fato esse que leva Portugal (2007) a afirmar que um acúmulo de conhecimentos abundantes e desordenado, com múltiplas abordagens diferenciadas, dificulta ter uma dimensão mais precisa sobre os avanços efetivos nos estudos da área, atrapalhando inclusive a visibilidade de um novo paradigma.

Frequentemente, as publicações acerca das redes sociais tendem a não propiciar uma visão mais integral da realidade, levando em conta apenas a condição atual em termos estruturais e funcionais da rede, sem buscar na análise do contexto histórico uma melhor compreensão dos resultados.

Um grupo de autores tendem a reproduzir, de certa forma, o aspecto comum ao considerar a rede social como algo simples, ou seja, uma relação estabelecida entre diversos elementos através de conexões que trocam informações entre si, podendo se multiplicar em novos elementos (MANCE, 2001; MARTINS, 2004). Um maior aprofundamento teórico fica de fora dessa abordagem, sem incluir as dimensões históricas, culturais e simbólicas no estudo, como bem apontam Bourdieu (1999) e Latour (2005).

Há estudos que utilizam a noção de redes para descrever: as novas mobilizações sociais e práticas cotidianas (DAVILA, 1992; MANCE, 2001); os antigos e novos arranjos de poder (ADLER-LOMINTZ, 1994; MACÍAS, 2002); e as mudanças no mundo do trabalho (MOLINA,

1995). Outros autores vão além de aplicar uma ideia simplista de rede, buscando aprofundar o contexto para teorizar, com o propósito de intervir na realidade social. A compreensão de redes sociais passa a ser concebida como sistemas complexos que funcionam articulados por agências humanas e indivíduos. Neste caso, se destacam os estudos sobre redes sociotécnicas (CALLON, 1989; LATOUR, 2005; CASTELLS, 2000).

No caso brasileiro, há um enfoque e aplicação dos estudos de redes pelas políticas públicas e por novas formas de gestão do Estado e do território. Há alguns autores que aplicam o conceito de redes sociais com o propósito de: planejamento e intervenção na agricultura (ABRAMOVAY, 2000); e nas políticas de saúde (FLEURY; DUVERNEY, 2007; LIMA et al., 2011).

Na área da saúde, as políticas públicas receberam uma nova designação por Fleury e Duverney (2007) com o termo de “redes de políticas”, que representa os novos arranjos organizacionais policêntricos que decorrem dos processos de descentralização da área de saúde no Brasil.

Algumas considerações sobre a crítica anti-utilitarista das redes sociais requer uma abordagem dialógica que envolva o aspecto objetivo e subjetivo da realidade. Nesta perspectiva, alguns autores se destacam discretamente como Mauss (2003), e de forma assumida pelos autores Elias (1994) e Melluci (2001).

A reivindicação da sociedade civil, em nível mundial, é bastante forte para disputar políticas públicas voltadas à agricultura familiar que sejam efetivas em assegurar os direitos de inclusão dos diversos modos de vida desses agricultores. Neste cenário, as redes sociais representam uma abordagem de grande atualidade sociológica e política para compreender a complexidade da vida no campo.

Nas redes formais e ou informais estabelecidas na relação e comunicação entre agricultores e extensionistas, um estudo inovador internacionalmente reconhecido neste âmbito foi a obra pedagógica de Paulo Freire (KIRKENDALL, 2010). O método Paulo Freire se baseou numa proposta de alfabetização de adultos quando o autor ainda era diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade de Recife, em Pernambuco. Freire começou a elaborar o seu método desde as observações das relações entre camponeses e extensionistas no Chile, mas foi em Angicos, no Rio Grande do Norte-PE que foi implementado

de forma bastante exitosa, alfabetizando cerca de 300 cortadores de cana-de-açúcar em apenas 45 dias (FREIRE, 1983; KIRKENDALL, 2010).

Válido salientar que a principal crítica de Freire ao sistema convencional de extensão rural e da alfabetização de adultos partia, em especial, da ideia de difusão de informação de quem sabe à quem ‘supostamente’ não tem conhecimento. Neste sentido, Freire, à luz do cenário da redemocratização e busca por direitos, reforça uma Extensão e Educação nas redes de relações, aplicadas principalmente aos povos do campo, comprometidas com o reconhecimento dos saberes locais e o acesso dessas pessoas à direitos humanos.

Internacionalmente, Martins (2004) demonstra como a sociedade civil exige cada vez mais respostas das políticas locais para a conquista e usufruto dos direitos da cidadania, com mais agilidade e eficácia. Neste âmbito, os anseios da sociedade civil e governamental, com intelectuais e técnicos, se inserem no debate sobre redes sociais ao envolver a construção de políticas que enfatizem a participação social e as ações de descentralização dos serviços públicos, incluindo os serviços de ATER, saúde, educação, dentre outros (BERGAMASCO, 1992).

A defesa dessas ideias é uma forma de reivindicar condições institucionais favoráveis para o exercício democrático do setor público. As redes sociais surgem, nesse contexto, como uma estratégia necessária para permitir o avanço de programas que demandam o envolvimento e uma participação mais efetiva das populações locais.

Para além das instituições, a análise de redes sociais permite considerar os fluxos de informação e comunicação, as experiências, as construções sociais e culturais, como elementos na compreensão dos processos de articulação dos movimentos sociais.

A inserção do conceito de rede nas ciências sociais se estabeleceu principalmente devido a necessidade da construção de um pensamento complexo frente às diversas determinações e mudanças da realidade social. Segundo Elias (1994), a ideia de uma rede em constante movimento surge como uma definição adequada para entender a dinâmica das relações humanas para além da liberdade individual e da coerção coletiva.

O processo de internacionalização da economia mundial e das reestruturações das relações da sociedade mudaram a nossa compreensão de espaço-tempo. Na década de 1970, diante da mudança do regime de acumulação fordista do capital para o de acumulação flexível,

diversas discussões sobre as transformações nas relações entre indivíduo e sociedade emergiram como consequência da globalização e da aceleração das relações sociais no mundo todo (MARTINS, 2004).

Bourdieu (1999) relata que nesse período ocorreu um programa intencional de desmoroamento das estruturas coletivas e a formação de uma nova ordem baseada no culto ao indivíduo, cada vez mais autônomo, autorregulado e autossuficiente.

Essas transformações na relação indivíduo e sociedade direcionam, de acordo com Elias (1994), a passagem para um novo tipo de organização social mais abrangente e complexo. Ao que se apresenta num determinado processo social, o indivíduo acaba assumindo suas próprias decisões, de acordo com as objetividades e subjetividades das opções dentro de sua posição social ou que deseja ter.

Diante da nova realidade, houve uma mudança de paradigma epistemológico causando uma ruptura com as teorias da modernidade, dando espaço às abordagens pós-modernas ou mesmo outras teorias que defendem uma segunda modernidade, tida como reflexiva e tardia, emergindo desse momento histórico de mudanças socioespaciais das relações sociais (BARRETO et al., 2009).

Há diversos significados que podem ser reconhecidos no conceito de redes sociais. Para Castells (2000), as redes constituem uma velha forma de organização social que remete a outros tipos de sociedades ou de sociabilidades, sistemas de trocas, comunicação, de organização da produção e do comércio. A característica principal das redes se dá nos fluxos contínuo de pessoas, objetos, informações, símbolos, em diversos espaços sociais, tempos e espaços diferenciados, como também nas formas de organização de determinados grupos humanos.

Há concepções de redes sociais que dão ênfase às estratégias individuais dos atores sociais na construção de laços sociais fortes, ainda que parcialmente influenciado pela estrutura. Estes laços possuem um papel fundamental para resistir a situações sociais adversas, tais como a seca, o desemprego, a falta de pagamento, em relação ao peso que teria alguns fatores estruturais e coletivos (GRANOVETTER, 1983).

Ao destacar em seus estudos sobre a nova sociologia econômica, Granovetter (1983) traz a contribuição do conceito de “laços fracos” como uma nova perspectiva sobre as redes

sociais, bastante útil para explicar o funcionamento dos mercados e das relações complexas que se estabelecem entre as organizações.

Entretanto, a grande contribuição do referido autor é a criação do conceito de *embeddeness* (enraizamento), esclarecendo a premissa de que a economia está inserida ou “enraizada” politicamente, socialmente e culturalmente na estrutura social. Portanto, a ação econômica sempre se concretizou por meio de sua inserção em redes sociais. Considerado um marco, o conceito de enraizamento influenciou a nova sociologia econômica que surge em meados da década de 1970 e tem origem em Karl Polany (GRANOVETTER, 1983).

Na verdade, esta polarização entre as abordagens individualistas e holistas não é novidade, constituindo um dos dilemas básicos da sociologia. Isto é, a dualidade clássica entre indivíduo e sociedade continua a suscitar reações calorosas ainda hoje no debate acadêmico conforme confirmam estudiosos da teoria social (Martins, 2004). Por conseguinte, para que a noção de rede social não perca todo seu valor heurístico e estratégico é necessário se adotar firmemente outra visão mais complexa, pela qual se possa demonstrar que aquela dualidade é ilusória, não dando conta adequadamente do caráter sistêmico e interativo da ação social

Numa análise de redes sociais, Marteleto (2001), na região de Leopoldina, subúrbio do Rio de Janeiro, percebe os fluxos de informações e as construções sociais e simbólicas dos grupos, como subsídios para compreender o compartilhamento de informações na mobilização dos movimentos sociais locais. Para tanto, a autora utilizou em sua pesquisa a conceitualização do que Leroy-Pineau (1994:24) citado por Marteleto (2001) denominou como “eficácia das redes”. Nesta perspectiva, a noção de redes se divide, de modo geral, em duas abordagens: a utilização estática e a utilização dinâmica.

Na primeira, a ideia predominante é a de rede estrutura que busca compreender um grupo social ou a sociedade por meio de sua estrutura, juntamente com os nós e as ramificações. Para a utilização dinâmica, o conceito percebe a noção interacional de redes enquanto um sistema. Desta forma, o trabalho em redes representa uma estratégia de ação no nível pessoal e grupal, criando instrumentos de mobilização de informações e recursos.

Vale reforçar que a noção de rede social ainda é carregada de uma série de ambiguidades, apesar do reconhecimento teórico e metodológico, trazendo à tona alguns questionamentos, relacionados a esta tese: a articulação estabelecida na Rede ATER Nordeste

foi construída de forma desejada de baixo para cima, “*botton up*”, por afinidades de conceitos e práticas entre os atores envolvidos em uma determinada realidade social? Ou a Rede ATER Nordeste foi construída de cima para baixo, “*top down*”, por meio de um sistema diferente dos indivíduos que dela fazem parte, se sobrepondo as vontades individuais?

III. CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICO

A presente tese é baseada num estudo de caso que foi desenvolvido em três etapas principais. Diante da problemática exposta e dos objetivos propostos, é necessário um arcabouço teórico-metodológico que envolva técnicas de pesquisas qualitativas e quantitativas frequentemente aplicadas às ciências sociais (MINAYO, 2010; RICHARDSON, 2017).

À princípio, uma caracterização concisa e a delimitação da área de estudo estão descritas, em especial, sobre: a ocupação da terra; o histórico de luta da Zona da Mata Pernambucana; os aspectos ambientais e socioeconômicos da área de estudo; e o assentamento Amaraji. Essa caracterização preliminar da área foi elaborada com um aprofundamento posterior em bases documentais de instituições e pesquisas da área, no intuito de melhor compreender o cenário socioambiental em que a presente tese se insere.

A etapa constante de dados secundários foi feita junto a órgãos governamentais, aos arquivos do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (entidade representativa da Rede ATER Nordeste) e consultas às bibliotecas (digitais ou não) especializadas de universidades federais e estaduais, como também à instituições governamentais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e do Instituto de Terras e Reforma Agraria do Estado de Pernambuco (ITERPE). Foram acessadas bases de dados digitais integrados para buscar artigos acadêmicos, dando suporte a uma posterior comparação dos aspectos institucionais, acadêmicos e adquiridos com esta pesquisa na localidade.

Na primeira etapa, o inventário de campo foi baseado em critérios de seleção do assentamento rural e da população amostral dos agricultores assentados; tipos de entrevistas; formulação de questionários de pesquisa; diário de campo; e técnica de observação direta.

Em um segundo momento, foram entrevistados um grupo de extensionistas e de gestores da Rede que são responsáveis pelo assentamento Amaraji, por meio de um roteiro dirigido semi-estruturado, diferenciado para cada um. A técnica de observação direta e diário de campo auxiliaram na análise da linguagem não verbal e maiores informações que escapam às entrevistas.

Na terceira etapa, foi explicitado a construção e definição dos indicadores socioeconômicos, político-institucionais, ambientais e agroecológicos. Por fim, o procedimento para a análise do inventário de campo foi apresentado.

3.1 Delimitação e caracterização da área

Ocupação da terra e histórico de luta – Zona da Mata Pernambucana

A origem da expressão “assentamento” surge por volta da década de 1950 e início dos anos 1960, logo após o período em que as políticas fundiárias se estabeleceram como resposta às pressões dos movimentos sociais no campo, devido à expropriação da população rural, sendo forçada a uma migração para as proximidades de áreas urbanas (BERGAMASCO; NORDER, 2003).

Os autores especificam que a implementação de assentamentos rurais representou uma solução objetiva de se criar condições para a produção agrícola, através de políticas institucionais de reparação aos trabalhadores rurais sem ou com pouca terra. Entretanto, isto não chega a ser comparável às desapropriações por tamanho e produtividade de latifúndios, atuando na concentração de terras, uma vez que os assentamentos rurais foram fundamentalmente implementados em áreas de domínio público, em terras não-ocupáveis.

No Brasil, a Reforma Agrária deveria realizar uma redefinição na estrutura fundiária no país, o que não ocorreu. O propósito era de concretizar uma distribuição mais equitativa da terra, que pudesse contemplar a massa de trabalhadores rurais expulsos da terra com a expansão dos latifúndios de cana de açúcar, especialmente no Nordeste. A mudança na estrutura agrária iria para além de uma básica distribuição de terras e, conjuntamente, exigir das instâncias públicas medidas que viabilizassem inclusive a qualidade dos meios de vida dos agricultores e sua produção.

As ocupações dos trabalhadores rurais em terras improdutivas e sem uma política agrícola consistente e planejada são consequências da precariedade das políticas públicas de reforma agrária no Brasil (LINHARES, 2006). Desta forma, o sentido do termo “assentamento” nos remonta tanto à fixação do trabalhador rural na agricultura, o que significa ter, não somente o acesso à terra produtiva, mas também a disponibilidade de condições adequadas de acesso à água para o manejo do solo, de apoio para a organização familiar e comunitária (RAMIREZ et

al., 2013), bem como uma estrutura comercial de escoar a produção excedente, ter base escolar e posto de saúde nas proximidades.

Durante o Século XVI ao XIX, haviam movimentos sociais de luta contra os mais variados tipos de exploração no Brasil, desde: os índios na luta contra a tomada de terras indígenas; em seguida, os negros e imigrantes em busca de terras para plantio; na década de 1990, os camponeses expulsos pelos latifundiários (FERNANDES, 2000); e, mais recentemente, a luta conjunta desses grupos sociais pelo seu direito ao território.

Os movimentos sociais surgem mais forte como resposta às consequências socioambientais da modernização agrícola, mais conhecida como Revolução Verde. No momento em que há um acúmulo de necessidades básicas de condições de produção e até mesmo de vida, isto gera uma reação ativa e organizada para modificar a sociedade, contra estes tipos de opressão.

No Nordeste, de acordo com Fernandes (2000), os movimentos sociais do campo se concentraram a partir da década de 1940, culminando na organização das Ligas Camponesas que posteriormente, se estendeu à vários estados brasileiros lançado pelo Partido Comunista do Brasil. Também no intuito de melhorar as condições de vida dos pequenos agricultores, os sindicatos rurais passaram a propor mudanças na legislação agrária do país e apoiaram as cooperativas de comercialização de tubérculos, legumes, verduras e frutas.

A industrialização no campo teve início por volta de 1950, o que ampliou significativamente as áreas de expansão da cana-de-açúcar e, paralelamente, acabaram muitos dos sítios nos engenhos aonde os meeiros e arrendatários (agricultores familiares) cultivavam as roças e quintais de subsistência. Com a perda do direito de plantar e o pagamento das benfeitorias nas áreas arrendadas, as Ligas Camponesas e sindicatos começaram a apoiar esses agricultores (ANDRADE, 2002).

Um marco nesta questão foi a conquista da desapropriação do Engenho Galiléia, na cidade de Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco, por meio da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) na luta pelo acesso à terra como meio de sobrevivência. Após as perseguições das lideranças dos trabalhadores rurais no Golpe Militar, os movimentos sociais se reorganizaram e fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, agregando os sindicatos rurais no Brasil

(ANDRADE, 2002). Este movimento foi apoiado pela igreja católica representada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e pela Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Fundada em 1975, a CPT se tornou uma referência incentivadora nas mobilizações do campo, tendo formado lideranças que chegaram a atuar no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e em diversas organizações não-governamentais - ONGs que atuam no mundo rural brasileiro (FERNANDES, 1996).

Na crise dos anos de 1990, instaurada pelo declínio da agroindústria canavieira trouxe à tona mais uma série de conflitos no campo, especialmente devido ao desemprego em massa dos trabalhadores rurais, contra a expropriação e expulsão da terra. Na zona da Mata de Pernambuco, o MST foi fundado em 1989 no município de Palmares, atuando fortemente nos assentamentos rurais que foram estabelecidos por meio da pressão para minimizar a problemática de expulsão dos trabalhadores do campo (LINHARES, 2006).

Em termos de número de ocupações, a Zona da Mata Meridional de Pernambuco alcançou o 2º lugar do Brasil (DATALUTA, 2015), embora a concentração fundiária ainda seja uma realidade latente dessa região (Quadro 1). No entanto, nos espaços conquistados na Zona da Mata, os assentamentos rurais vêm desenvolvendo uma agricultura diversificada, voltada principalmente para a autonomia alimentar da família e comercialização do excedente da produção para as demandas locais, se contrapondo à monocultura canavieira. No município de Rio Formoso, alguns deles têm maior destaque como é o caso do Assentamento Amaraji, onde o cultivo e a comercialização da macaxeira e seus subprodutos são predominantes, diante de um grande leque de espécies e variedades cultivadas.

Quadro 1. Microrregiões do Brasil com maior número de famílias em ocupações (1988-2003).

	Microrregião	UF	N. famílias	N. ocupações
1º	Presidente Prudente	SP	31.700	168
2º	Mata Meridional Pernambucana	PE	26.095	186
3º	Iguatemi	MS	25.736	97
4º	Mata Alagoana	AL	16.386	83
5º	Petrolina	PE	13.143	61
6º	Porto Seguro	BA	12.003	42
7º	Paranavaí	PR	11.006	95
8º	Dourados	MS	9.250	72
9º	Parauapebas	PA	9.051	36
10º	Guarapuava	PR	8.450	33
11º	Vale do Ipojuca	PE	8.320	78
12º	Marabá	PA	8.184	59
13º	Santiago	RS	8.128	17
14º	Cruz Alta	RS	7.997	14
15º	Mata Setentrional Pernambucana	PE	7.793	74

Fonte: Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2015.

Área de Estudo

Aspectos geográficos, ambientais e socioeconômicos

O campo de estudo está localizado no município de Rio Formoso (Figura 1), inserido na Microrregião Mata Meridional do Estado de Pernambuco e na região de desenvolvimento da Mata Sul, limitando-se a norte com Sirinhaém, a sul com Tamandaré, a leste com Tamandaré e a oeste com Gameleira (CPRM, 2005). Rio Formoso possui uma área municipal de 227,458 km², situada nas coordenadas geográficas de 08° 39' 41" de latitude Sul e 35° 09' 06" de longitude Oeste, distante à 87,6 km da capital e acessível pela BR-101, PE-060 e PE-073 (IBGE, 2010).

A Figura 1. apresenta: acima no lado esquerdo, o estado de Pernambuco em destaque; abaixo, à esquerda, a região do Litoral Zona da Mata; e à direita se encontra o município de Rio Formoso.

Em termos hidrográficos, o município está localizado nas bacias dos rios Sirinhaém e Una, além de pequenos grupos de rios litorâneos. Neste complexo fluvial, destaca-se o estuário do rio Formoso, com uma área aproximada de 2.724 hectares (FIDEM, 1987). Este complexo estuarino é constituído pelos municípios de: Rio Formoso, onde se encontra a nascente e a foz

do Rio Formoso que dá o nome ao estuário; Sirinhaém, através dos Rios dos Passos e Porto da Pedra; e Tamandaré pelo Rio Arinquidá; abrangendo uma área total de 2.724 hectares (FIDEM, 1987).

Pela sua localização, Rio Formoso possui o clima tropical úmido com chuvas de inverno do tipo (As'), da classificação de Köppen, com temperatura média anual de 24°C que varia entre 20,6°C a 30,2°C. As chuvas são de outono-inverno e a precipitação média anual é cerca de 2.307 mm anuais (LAMEPE, 2010). O relevo da região de Rio Formoso está localizado em grande parte na unidade dos Tabuleiros Costeiros, a qual percorre todo o litoral do Nordeste. Os solos são constituídos especialmente por Latossolo amarelo, Gleissolo e aluviais, Podzólicos Vermelhos e, de modo geral, são profundos e de baixa fertilidade natural (COSTA et al., 2013).

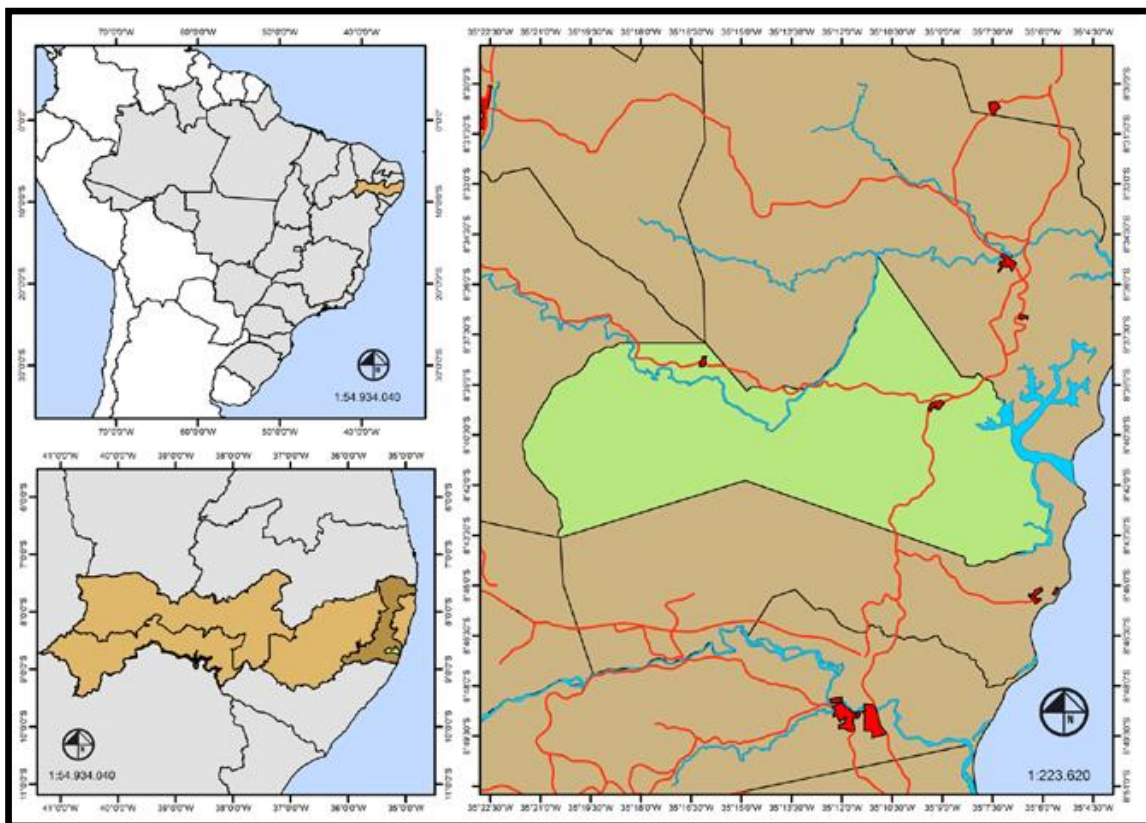


Figura 1. Mapa de situação do município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Zoneamento Agroecológico de Pernambuco-Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária - ZAPE-EMBRAPA, com adaptações feitas por Silva (2011).

Os morros e colinas do relevo, cujas altitudes variam de 12 a mais de 400 metros, são percorridos à leste pelas planícies fluviais de várzeas e beiras dos rios. As elevações possuem

vales estreitos e encostas abruptas, favorecendo processos de deslizamento e lixiviação dos solos devido aos altos índices pluviométricos da região (CPRH, 2001).

A vegetação predominante de Rio Formoso é do tipo Floresta subperenifólia, com partes de Floresta subcaducifólia. Sua cobertura vegetal possui basicamente as três formações do Bioma Mata Atlântica: o manguezal, a Restinga e as áreas mais ao interior, com resquícios de Floresta Atlântica; parte que foi quase substituída totalmente pela cana-de-açúcar.

Um pedaço do seu território está inserido em uma Área de Proteção Ambiental - APA (Decreto Estadual n. 19.635, de 13 de março de 1997), denominada APA de Guadalupe que abrange parte dos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e Barreiros (SILVA et al., 2009). A Reserva Biológica de Saltinho e a Mata de Pau Amarelo se encontram na área limítrofe entre os municípios de Tamandaré e Rio Formoso. Enquanto as Matas do Engenho Changuá estão localizadas a noroeste da cidade de Rio Formoso onde se encontra a área de nascentes.

Apesar da exploração da indústria canavieira, de alguns empreendimentos aquícolas e da intensa atividade turística, esta região do complexo estuarino ainda detém um alto nível de conservação em convívio com diferentes comunidades tradicionais da região, representando um importante sistema socioecológico.

A população de Rio Formosos atinge 22.151 habitantes com densidade demográfica de 97,39 hab/km², boa parte (39,6%) inserida na Zona rural, representando a grande mobilidade da população dessa zona para a área urbana. A população feminina abrange 11.024 pessoas e a masculina 11.127. No entanto, apenas cerca de 18% (4.146) das mulheres habitam as áreas rurais (IBGE, 2010). No setor de educação, o município tem 21 estabelecimentos de nível pré-escolar, 23 estabelecimentos de ensino fundamental e três estabelecimentos de ensino do nível médio (INEP, 2015).

Considerando a taxa de analfabetismo, a população maior de 15 anos atinge um percentual acima de 60%, concentrando na faixa etária superior a 30 anos; fato que corrobora com a população de trabalhadores de cana de açúcar da região que é frequentemente excluída do acesso à educação. A Educação de Jovens e Adultos levou muito tempo para iniciar em Rio Formoso; apenas em 1998, contado com 5 escolas na zona urbana e 5 na zona rural, embora

passando pelo suporte de programas como o PROMATA e o PRONERA, do Centro Josué de Castro e da Comissão Pastoral da terra (CARVALHO, 2001).

Segundo dados do IBGE (2010), a rede de saúde chega a ter dez hospitais municipais em Rio Formoso. Enquanto a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município de Rio Formoso foi de 54,2 óbitos por mil nascidos vivos em 2000, para 17,4 óbitos por mil nascidos vivos em 2010. Com esta taxa alcançada em 2010, se atinge uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, em que a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil, em 2015.

A participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Rio Formoso, da Mata Sul e total do Estado de Pernambuco, revelam que: a Agropecuária tem, regionalmente, uma presença pequena (Rio Formoso 11,81%; Mata Sul 6,96%; Pernambuco 3,52%); o setor industrial mantém uma boa representação, contribuindo com mais da metade, 84%, no VAB estadual (R.F. 18,22%; M.S. 16,00%; PE 21,59%); enquanto o setor serviços apresentou uma forte atuação, 93%, em relação ao Estado (R.F. 69,97%; M.S. 77,05%; PE 74,88%) (IBGE, 2010).

Quanto a Renda Média domiciliar *per capita*, o município atingiu apenas 260,84 reais por mês, além de ter uma população economicamente ativa ocupada de 54,3% (7.485 pessoas). O Índice de Gini do município chegou a 0,44 em 2010, o que indica um grau de concentração de renda ainda elevado. Segundo o Atlas Brasil (2013), Rio Formoso possui um IDH médio de 0,613, relativamente baixo em relação às condições de saúde, de longevidade, de renda e de educação, o que situa o município em 47º no ranking estadual e em 3.847º no nacional.

Diante dos aspectos populacionais, a população extremamente pobre (renda *per capita* até 70,00 reais) chegou a 2.511 pessoas (11,3%) neste município, com 893 delas (35,6%) vivendo na zona rural. Do total de pessoas vivendo na extrema pobreza, cerca de 30% está na faixa etária entre 05 a 14 anos, referente à crianças e adolescentes. As famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar em Rio Formoso chega a alcançar 1.373 habitantes da região (SDSCJ, 2013).

Este cenário influencia o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), constituído pelo aspecto de “renda e trabalho”, deixando Rio Formoso com um valor de 0,46 o que revela a sua altíssima vulnerabilidade, envolvendo desde o processo de formação educacional até mesmo o

acesso à serviços e oportunidades. O baixo desempenho e fragilidade do município, requer uma maior atenção pelo poder público.

A atividade agropecuária e agroindustrial ainda predominante é a cana-de-açúcar e seus derivados. Por outro lado, a monocultura de canavial vem dando espaço para outras formas de trato na terra. Uma diversidade agrícola de cultivos e criações vem crescendo na região, tais como: banana, mandioca, hortaliças, inhame e coco; a bovinocultura; a pesca artesanal; o extrativismo de mariscos e crustáceos; e o cultivo de outras fruteiras tropicais. Outra atividade relevante do município é o turismo, diante de um território favorecido pelos recursos naturais, cultura e história (IBGE, 2010).

Os agricultores familiares, em geral, têm suas áreas intensamente diversificadas – com o consórcio de diferentes culturas, com cada espécie e variedades ocupando pequenas áreas na unidade de produção. Os principais cultivos em áreas extensas são: cana-de-açúcar, coco-da-baía, banana, limão, mamão, manga e hortícolas, com destaque para as culturas que atingem maior rendimento: a cana-de-açúcar e as hortícolas.

Considerando a localização do estuário do rio Formoso e das comunidades que exploram seus recursos, temos a configuração de um território costeiro/litorâneo formado pelos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré, territórios político-administrativamente estabelecidos no sul de Pernambuco. Em Rio Formoso, Fonsêca de Castro (2014) apresenta as comunidades tradicionais de pesca artesanal e agricultores de base familiar. Estas comunidades e assentados de reforma agrária vivem de acordo com a dinâmica do estuário do rio Formoso e se apropriam de forma adaptativa aos recursos naturais, sendo constituídas por: a comunidade quilombola de Siqueira (tendo em média 150 famílias); a comunidade de pescadores artesanais de Rio Formoso (com cerca de 450 famílias); o assentamento Amaraji (contendo em torno de 94 famílias).

Assentamento Amaraji

O Assentamento Amaraji compreende uma área de 1.082,97 inserido na porção Sudeste do município de Rio Formoso, na Zona da Mata Sul de Pernambuco (Figura 2). Ao ser desapropriado em 1996, o Engenho Amaraji passou a ser um assentamento rural estabelecido por meio de um decreto em nove de julho de 1997, constituindo 96 parcelas para famílias de trabalhadores rurais fixos, safristas e moradores. O Assentamento Amaraji dista 2 km do núcleo

urbano de Rio Formoso e mantém uma boa parte da Área de Proteção Ambiental – a APA de Guadalupe (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO AMARAJI, 2004).

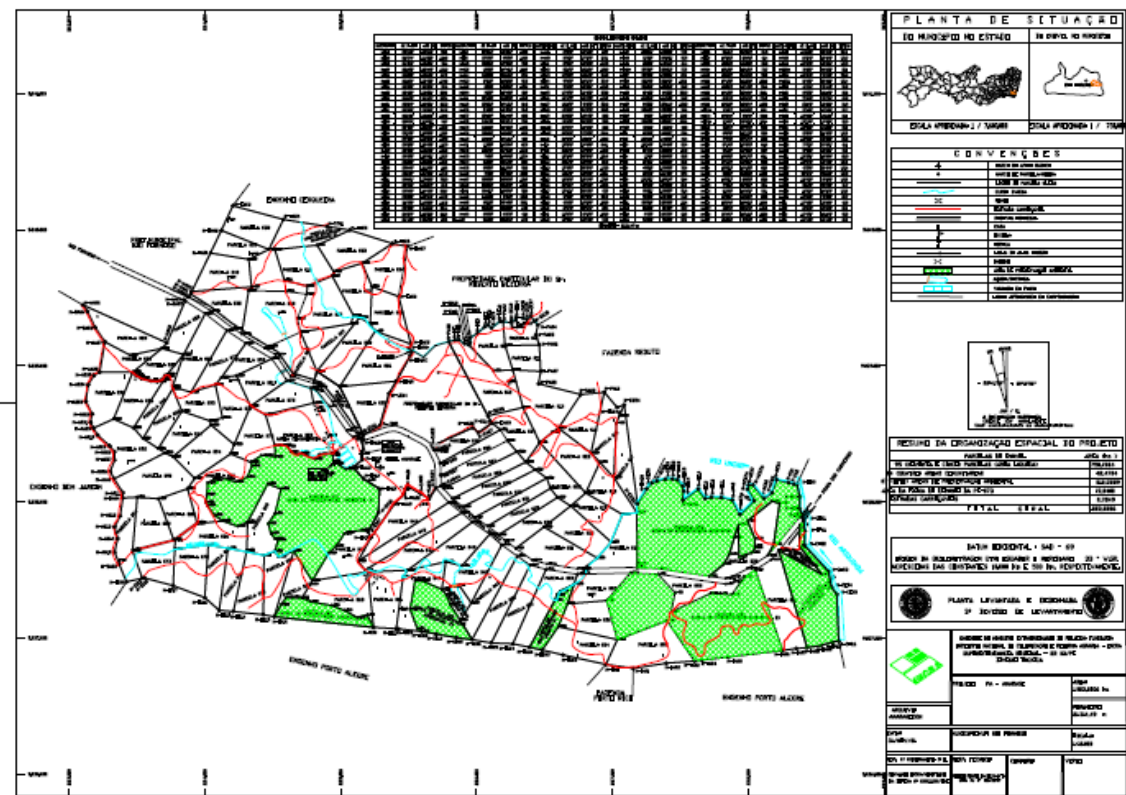


Figura 2. Mapa do assentamento Amaraí, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2001).

Das instituições sociais mais presentes no Assentamento, destacam-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, articulado pela FETAPE e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, o qual representa a Rede ATER Nordeste na região. De caráter fortemente associativista e cooperativista, o Assentamento Amaraí vem se destacando nas feiras agroecológicas locais e regionais com a produção agrícola. Além disso, este assentamento faz parte do Centro Turístico de Guadalupe (Polo Costa Dourada) recebendo um fluxo turístico considerável, embora os benefícios não sejam compartilhados com os agricultores familiares do assentamento (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO AMARAJI, 2004).

3. 2 Instrumentos da pesquisa

Para elucidar as questões, a hipótese e os problemas enunciados, as perspectivas de análise estão inseridas em uma abordagem multidimensional dos processos de construção da avaliação da PNATER pela ação da Rede ATER Nordeste. Dentre as opções teóricas, os principais conceitos utilizados e operacionalizados nesta tese são o neoinstitucionalismo histórico e o de redes sociais (STEINMO, 2008; ELIAS, 1994). Em seguida, estão apresentados o recorte empírico, as técnicas de coleta e a análise de dados.

O procedimento qualitativo se ocupa de uma realidade que não pode ser necessariamente mensurada. Este método lida com o mundo dos significados, crenças, aspirações, valores das ações humanas, adentrando num âmbito mais profundo dos processos e das relações. Se trata de um mundo que não é perceptível em índices, médias, quantificações e estatísticas, mas podem ser a causa explicativa para tais resultados numéricos (MINAYO, 2010).

A mesma autora demonstra que em outras dimensões de uma análise, os dados podem ser quantificados e operacionalizados de acordo com as variáveis. Portanto, num mesmo tema de estudo, levantamentos de dados quali-quantitativos não se opõem exclusivamente numa dicotomia, mas se complementam ampliando as diferentes dimensões de uma realidade. Neste sentido, a abordagem dialética a ser considerada neste projeto, entende o quantitativo como um aspecto das dimensões qualitativas dos fatos e processos.

O processo de análise traz uma avaliação através da determinação de valor de uma atividade ou programa da política (como a PNATER), com um julgamento mais sistemático e objetivo a ser realizado, devendo ser aferido pelo pesquisador. Os aspectos qualitativos da avaliação se apresentam na medida em que se incorporam elementos valorativos e de julgamento, não sendo reduzido apenas a um acompanhamento quantitativo das ações governamentais.

Nesta análise avaliativa foram estabelecidos critérios fundamentais para saber se a PNATER está proporcionando uma desejável ação de bem-estar, considerando os modos de vida locais dos assentados, auxiliando na organização social, produzindo mudanças nos sistemas econômicos, atuando numa perspectiva de base agroecológica na direção dos

resultados desejados. Esta avaliação proporcionou uma retroalimentação que permite visualizar e priorizar diferentes estratégias de acordo com a sua eficácia.

Segundo Ramos e Schabbach (2012), a avaliação e análise de uma política pública é uma estratégia relevante que contribui para a melhoria da eficiência do gasto de recurso público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado. Isto requer uma abordagem sistêmica, ou seja, multidimensional que tenha a possibilidade de avaliar as diversas dimensões, das quais essa política pública se propõe a dedicar. Neste sentido, faz-se necessário haver algumas rupturas dos antigos modelos de avaliação de desempenho mais restrito.

O neoinstitucionalismo e as redes sociais, enquanto referência conceitual para os estudos das políticas públicas, é uma abordagem que gera importantes informações para a compreensão dos resultados obtidos, tanto pelas metas finais da política, quanto pela fase intermediária. Com o foco sobre a trajetória histórica das instituições, os novos institucionalistas enfatizam o papel das instituições que se configuram em redes para estruturar e gerar sinergia em comportamentos e ações baseados em princípios e atuações em comum.

Muito embora o comportamento da ação social dependa tanto dos interesses do indivíduo, como do contexto (histórico e atual) e das regras institucionais, Hall e Taylor (2003) alertam para uma análise das práticas políticas implementadas que levam em conta um enfoque cultural: a rede de hábitos, de valores e princípios e de percepções que modelam os comportamentos humanos e como estas podem se juntar para garantir uma atuação mais forte e ao mesmo tempo flexível. A presente tese visa considerar esse aspecto.

O neoinstitucionalismo de redes é uma alternativa à compreensão exclusivamente das ações dos indivíduos e suas manifestações de interesses. Ao mesmo tempo, reforça a interdependência entre instituições políticas e as demandas da sociedade civil, até mesmo dentre as instituições políticas, econômicas e sociais relativamente autônomas. Desta forma, March e Olsen (2008) afirmam que, considerando a importância do contexto social e histórico da política e dos motivos dos atores individuais, o novo institucionalismo aponta para um papel mais autônomo e descentralizado para as instituições.

As pesquisas que se baseiam nas redes sociais adentram num tema de grande atualidade sociológica para entender a complexidade da vida social (MARTINS, 2004). Em especial, nos

tempos presentes em que a sociedade civil no mundo exige respostas políticas locais, cada vez mais rápidas e eficazes, para assegurar a realização de direitos democráticos.

Nesse sentido, as redes sociais vêm surgindo como uma estratégia decisiva para proporcionar o avanço de políticas, programas e projetos numa atuação mais horizontal de gestão da ação pública, determinando o envolvimento e participação ativa das populações locais e suas organizações formais e informais, em consonância com as premissas de cidadania.

O campo de estudo baseado na rede social corresponde à existência de um funcionamento de sistemas complexos que exigem da teoria social um aprofundamento por meio de demandas práticas, tais como: novas metodologias de intervenção social, se considerarmos as instituições; ou mesmo novas formas de participação e de mobilizações coletivas, pela perspectiva dos movimentos sociais. Esta preocupação analítica visa ir para além da terminologia rede social e, justamente, poder absorver a complexidade que está por trás de sua formalização conceitual.

Na aplicação da teoria da rede social, Martins (2004) reforça que o fato social não parte da liberdade individual, como afirmam os teóricos liberais, mas de uma demanda coletiva que se sobrepõe às vontades individuais. Essa estrutura coletiva se apresenta flexível, pois não elimina a liberdade dos atores de participarem de diversas outras redes de trocas.

Nobert Elias (1994) propõe a tese de uma rede em constante movimento como um conceito para explicar a dinâmica de relações humanas, a qual não é reduzida à liberdade individual, nem ao constrangimento coletivo. A rede em movimento se refere a um “tecer e destecer” ininterrupto das relações, como bem descreve o mesmo autor: “Assim, efetivamente cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele, para uma rede que ele ajuda a formar”.

Portanto, o papel das redes sociais não se reduz ao estudo das instituições formais, como o da rede extensionista em estudo (Rede ATER Nordeste), mas também compreender como a mesma funciona junto às demais redes que se articula e, em especial, as redes informais estabelecidas no âmbito local dos próprios agricultores familiares do assentamento que recebem seus serviços de extensão rural.

O aparato estatal, através da noção do novo institucionalismo de redes sociais como referencial teórico-metodológicos usados na análise das políticas públicas, termina reforçando

a integração de uma visão sistêmica, paradoxal e interativa da vida comunitária e local. Analisar as novas modalidades de políticas públicas que sejam mais eficazes e interativas pode gerar fortes subsídios para a participação da sociedade civil em nível mundial e sem perder suas peculiaridades regionalmente localizada.

Segundo Paulillo (2000), a ação pública deve ser tratada através da abordagem de redes, à seguir:

1. Igualar os atores estatais e não estatais no mesmo patamar de análise, de forma que o poder público passa a ser avaliado da mesma forma que os atores externos (como os ministérios, as agências de regulação, as comissões legislativas, as secretarias de governo, estaduais e municipais, etc.), podendo se diferenciar pelas funções (deliberativa, regulatória), seus objetivos e metas, com estratégias que entram ou não em conflito.

2. Considerar as políticas públicas de forma “botton up”, de baixo para cima, ou seja, a ênfase é no modo de como a política pública é implementada, nas tomadas de decisões, na participação social e na reformulação dos problemas.

3. Reconhecer a complexidade inerente ao setor público, de ação pública, tais como: a política agrícola, a política ambiental, a política educacional, contendo em cada um desses setores, um imbricado de várias redes em funcionamento.

Esta tese busca analisar tanto as mudanças na estrutura institucional, como nas regras institucionais de orientação à ação extensionista das entidades prestadoras de serviço de ATER, nesse caso as ONGs articuladas pela construção da Rede ATER Nordeste (Tabela 1). Por outro lado, enfatiza quais percepções e princípios constroem a identidade dessa rede extensionista, bem como as relações de trocas em rede através da construção do conhecimento entre agricultores e extensionistas.

Trata-se de um tema de estudo construído com o foco na Rede ATER Nordeste, enquanto uma instituição. Para tanto, o estudo de caso é realizado com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Esta entidade faz parte da Rede ATER Nordeste, em Pernambuco, e foi selecionada para a realização desta pesquisa no assentamento Amaraji, localizado no município de Rio Formoso.

Tabela 1. Entidades que constituem a Rede ATER Nordeste.

Entidades	Estados de atuação	Nº previsto de famílias	Nº de municípios	Territórios de Abrangência
Centro Sabiá	PE	800	10	Sertão do Pajeú e Mata Sul
Diaconia	PE e RN	1.500	04	Sertão do Pajeú (PE) e Apodi (RN)
MOC	BA	2.250	10	Sisal
Ascoob	BA	900	08	Bacia do Jacuípe, Paraguassu, Litoral Norte e Recôncavo
Apaeb - Valente	BA	900	16	Sisal e Bacia do Jacuípe
Caatinga	PE	1.000	09	Sertão do Araripe
Patac	PB	995	11	Cariri e Seridó
AS-PTA	PB	1.500	13	Borborema
Cepac	PI	720	06	Carnaubais
Sasop	BA	840	07	Baixo Sul e Sertão do São Francisco
Cetra	CE	800	04	Itapipoca
Esplar	CE	800	07	Sertão Central, Sobral e Inhamuns
Assocene	SE, AL, PE, PB, RN, MA e PI	845	14	Apodi (RN), Cariri e Mata (PB), Mata Sul e Agreste Meridional (PE), Sertão Central (AL) e Sertão Ocidental (SE)
Totais	09	13.850	120	29

Fonte: Paranhos et al. (2007)

Primeira Etapa – A escolha dos atores

Primeiramente, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá foi a entidade da Rede ATER Nordeste elegida por: apresentar uma boa representatividade em número de famílias beneficiadas no estado de Pernambuco, cerca de 3.000 famílias; em regiões diversificadas (zona da mata, agreste e sertão), abrangendo 53 municípios, em diferentes biomas; incluindo a heterogeneidade da agricultura familiar (assentados, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, comunidades rurais, dentre outros). Vale salientar que o Centro Sabiá foi um dos primeiros componentes da Rede ATER Nordeste.

Para a seleção do assentamento rural, foram considerados os critérios de tempo de implantação (maior que 10 anos), número de famílias assentadas (maior que 50), número de famílias beneficiadas (maior que 20), diversidade agrícola (sistemas de cultivo, com alta

diversidade de espécies e variedades), tempo de atuação do Centro Sabiá (mais de 10 anos) e relativa proximidade geográfica para facilitar a pesquisa em termos de acesso, recursos financeiros e tempo de trabalho.

Nas primeiras reuniões com os gestores do Centro Sabiá foi exposta a necessidade de escolha da área e o assentamento Amaraji foi indicado por se constituir em um importante local de atuação da rede, onde cerca de metade das unidades domésticas foi selecionada num total de 96 famílias assentadas. A partir das orientações dos gestores da sede em Recife, foram feitas reuniões com os extensionistas do Centro Sabiá, no município de Rio Formoso, responsáveis pelo assentamento Amaraji para uma conversa inicial. A intenção foi se apresentar para expor os objetivos da tese, convidar para a colaboração nas atividades e facilitar o processo de inserção no assentamento.

Em seguida, um contato inicial com os agricultores e lideranças locais do assentamento Amaraji foi realizado por meio de visitas preliminares, tanto para expor as propostas, fazer abertura às críticas e sugestão para o projeto, bem como para adquirir uma concordância na realização da pesquisa.

É de grande importância escolher intencionalmente pessoas chaves / líderes da população que discutam os temas a serem incluídos no questionário, facilitando a participação no processo de pesquisa. Ao serem indicadas, as entrevistas abertas foram aplicadas às lideranças para ampliar a compreensão da história de formação e luta do assentamento e o que as redes extensionistas representam nas transformações dos meios de vida dos agricultores familiares no assentamento.

Os agricultores selecionados para a avaliação da PNATER, via Rede ATER NE, foram escolhidos predominantemente pelas experiências desenvolvidas junto aos extensionistas do Centro Sabiá e de outras instituições; no trabalho com a agricultura; e na participação em associações e outras organizações sociais.

No inventário da percepção e conhecimento dos agricultores incluindo os dados para a construção dos indicadores, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (sem tanta formalidade para deixar o entrevistado mais à vontade, voltando sempre às temáticas esperadas independente da ordem), com aplicação de formulário com questões mistas (abertas, fechadas), aos assentados acerca de dados relativos à: práticas de manejo; saberes ecológicos tradicionais;

acesso aos recursos naturais; organizações sociais; acesso às políticas públicas; acesso à infraestrutura; e avaliar como os extensionistas atuam em cada um destes setores.

Em paralelo, os agricultores que se destacaram nessas entrevistas foram convidados a uma entrevista informal, não estruturada, para ampliar em profundidade o tema e deixar o entrevistado falar dos aspectos mais relevantes que ele considera sobre a relação agricultor e extensionista.

Segunda Etapa – Extensionistas e Gestores

Nesta fase, os extensionistas do Centro Sabiá responsáveis pelo assentamento Amaraji foram abordados por meio de uma entrevista semi-estruturada, com um formulário de questões abertas, fechadas e de múltiplas escolhas, para acessar informações e reflexões sobre sua própria atuação como extensionistas, bem como a atuação e orientação do Centro Sabiá, servindo à análise de eficácia da Rede ATER Nordeste.

Os gestores do Centro Sabiá foram os últimos a serem formalmente entrevistados por dois roteiros dirigidos, sobre a estrutura, gestão e atuação do Centro Sabiá enquanto instituição e enquanto componente da Rede ATER NE. Essa abordagem gira em torno do perfil, objetivo, organização interna e gestão; financiamentos; parcerias; metodologias construídas; atuação no assentamento Amaraji; e a relação com outras Políticas Públicas, dirigidos ao Centro Sabiá e à Rede ATER NE.

As técnicas de observação direta e diário de campo auxiliaram na análise das informações que foram anotadas pelo pesquisador durante as atividades em campo (MINAYO, 2010) Complementarmente, uma análise mais complexa foi realizada no sentido de aprofundar os anseios dos assentados diante de sua realidade em constante mudanças e adaptações por meio de relatos de suas trajetórias de vida (MINAYO, 2017).

A história de vida parte da premissa de que o pensamento é inseparável da base material na ação das pessoas enquanto sujeitos históricos e que as determinações do mundo objetivo e a subjetividade, das pessoas pesquisadas, são capazes de condicionar seus comportamentos (CORRÊA; GUIRAUD, 2009).

Esta abordagem envolve a memória, acessando um universo de significados, crenças, valores, representações, atitudes, os quais aprofundam um lado não perceptível das relações sociais e permite, assim, uma compreensão da realidade humana vivida socialmente.

Em todas as entrevistas foi pedido a permissão para a gravação em áudio, caso não houvesse constrangimento, para posterior transcrição literal. Os áudios foram usados exclusivamente para esta tese e armazenados em um banco de dados digitais.

Terceira etapa - A construção de indicadores

Um propósito desta tese parte de um conjunto de indicadores elaborado para a pesquisa “Avaliação de Rural Extension”, adaptando uma pequena parte, para facilitar a avaliação da PNATER a partir de uma perspectiva dos agricultores e extensionistas no assentamento Amaraji – PE (Tabela 2). Este sistema é uma importante estratégia para os gestores da política e a sociedade civil (técnicos, agricultores, acadêmicos, profissionais, etc.) avaliar os resultados de suas ações.

O sistema de indicadores funciona numa estrutura dinâmica, ou seja, é constituído por diferentes níveis de análise e de integração de dados, atuando em um fluxo constante, de forma que não é possível analisar os dados separadamente.

No primeiro passo, a definição dos indicadores é essencial para delimitar variáveis com um forte significado social. No processo de seleção foram considerados os indicadores da metodologia do projeto já referido, definindo a maioria dos indicadores presentes, quais deles precisariam se adaptar à realidade do campo de pesquisa e quais precisariam ser inseridos.

Após a definição inicial dos indicadores, foi de grande importância consultar as lideranças e extensionistas locais para realizar um pré-teste quanto à pertinência dos mesmos, maiores ajustes e inclusão de outros temas. Para além disso, as questões podiam conter dificuldades na compreensão de termos, na presença de ambiguidades, opções de respostas inexistentes, dentre outros.

Tabela 2. Descrição dos Indicadores pré-elaborados.

Indicadores	Variáveis
Frequência de ATER	Presença do extensionista
Organização Social e Comunitária	Grau de participação do assentado em organizações formais e informais
Trabalho	Renda interna e externa do trabalho
Infraestrutura Rural	Saúde, moradia, educação, transporte, cultura e lazer
Soberania e segurança alimentar	Quantidade e qualidade alimentar
Questão ambiental	Produção sustentável
Agroecologia	Enfoque agroecológico
Gênero, geração e etnia	Projetos para jovens, idosos, mulheres e populações tradicionais
Concepção pedagógica	Grau de participação e modos de realizar as atividades produtivas
Acesso aos Recursos Naturais	Recursos aquíferos e mediação de conflitos de uso da terra
Relação de ATER com outras Políticas Públicas	Acesso às políticas públicas – especialmente PAA, PNAE, PRONAF
Recursos tecnológicos e de gestão	Registro financeiro, agroindústria, comercialização, certificação da produção, qualidade da ATER

Faz-se importante ressaltar que foi inserido o indicador “Agroecologia” no formulário. Este foi contabilizado de forma a ser considerado um subitem do indicador “Questão Ambiental”. Tal inserção foi necessária devido ao enfoque de forte atuação da própria Rede ATER Nordeste neste sentido.

Nesta tese, considera-se a definição de agroecologia segundo (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008), como uma ciência que surge em um contexto de uma forte crítica e contraposição a uma modernização conservadora da agricultura, reforçada no período da Revolução Verde. Para os autores, a agroecologia é uma ciência que visa integrar os

fundamentos e métodos científicos que envolvem uma agricultura alternativa, bem como o saber tradicionalmente construído pelos mantenedores dos agroecossistemas, os agricultores familiares.

Reconhecida como uma disciplina emergente, para os referidos autores, a agroecologia possui três pilares indissolúveis – “trilogia sagrada”, entendida como: 1. Uma ciência que tem como premissa básica o diálogo de saberes na construção do conhecimento agroecológico, integrando o conhecimento acadêmico e os saberes-práticas dos povos e comunidades camponesas (populações indígenas, caboclos, afro-descendentes, com ou sem terra, que praticam uma agricultura de base familiar); 2. Um hábito, prática ou modo de vida; 3. Como movimento social, incluindo as demandas dos povos do campo, promovendo justiça e equidade social.

Em síntese, a agroecologia tem como propósito a busca por um sistema agrícola ecologicamente sustentável, viável economicamente, com respeito às diferentes trajetórias culturais e socialmente justa. Esse conjunto de dimensões propiciam uma interdisciplinaridade que congrega aportes de diferentes disciplinas, da agronomia, da ecologia, da economia e da sociologia (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

Diferentes perspectivas têm sido mais enfatizadas nas pesquisas sobre o assunto, como aplicar princípios da ecologia no manejo de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 1990). Outra abordagem se trata do reconhecimento e valorização das experiências dos agricultores locais, em especial, os que detêm um amplo acervo de conhecimentos sobre o manejo da agrobiodiversidade (EMPERAIRE; ELOY, 2008). Segundo Toledo e Barrera-Bassols (2008), a agroecologia possibilita reconhecer a necessidade da pesquisa participativa, como um princípio fundamental. Diferentemente da proposta do modelo de modernização conservadora da agricultura que tratam os agricultores como “recipientes passivos” dos conhecimentos provenientes da ciência moderna hegemônica.

Os instrumentos de coleta de dados de campo, exclusivamente para a elaboração de indicadores, foram baseados em dois formulários contendo perguntas fechadas, capazes de identificar a percepção dos sujeitos avaliados sobre a sua realidade e atuação dos técnicos extensionistas.

Válido ressaltar que além das questões fechadas, houve a constituição de questões abertas relativas à dimensão qualitativa dos indicadores, como também as perguntas abertas referente às transformações no assentamento rural, como comentado na primeira etapa, inclusas no mesmo formulário (procedimento em que o pesquisador anota as respostas da entrevista) para os agricultores.

Segundo Jannuzzi (2009), um indicador social parte de um esforço cognitivo de utilizar um conceito social abstrato que visa determinar aspectos fundamentais de uma determinada realidade, ou mesmo de um processo de mudança de diferentes fenômenos sociais. Entendido como um retrato de uma realidade, conhecendo seus limites e potencialidades, esse tipo de estudo pode vir a ser mais útil para os diversos agentes e instituições estudadas, na medida em que se consideram as prioridades sociais para o sistema complexo de indicadores, numa perspectiva sistêmica de redes (interdependente), proporcionando subsídios às políticas públicas ao detectar carências e pontos fortes para intervenção.

A elaboração das perguntas precisa permitir a atribuição de uma escala de valores às suas respostas, de forma que: quanto mais próximo a resposta estiver de um ideal admitido, maior será a nota atribuída.

Sinteticamente, quatro instrumentos de coletas de informações distintas (cadernos de questões) foram pré-elaborados para ser compartilhados e aplicados: junto às famílias dos agricultores dentro do assentamento; outro referente aos técnicos de campo, responsáveis por prestar serviços de assistência técnica e extensão rural; o terceiro foi utilizado juntos aos gestores da instituição Centro Sabiá; e o quarto foi aplicado aos gestores do Centro Sabiá que respondem pela Rede ATER Nordeste.

3.3 Análise dos dados

No procedimento seguinte, a organização dos dados dos indicadores e sua quantificação dependeu do somatório de cada opção de resposta (equivalente a uma respectiva nota de 0 a 10) de uma variável. Deste modo, todos os questionários foram tabulados (planilhas de Excel) para calcular a somatória das notas de todos os entrevistados em cada variável. Em seguida, o cálculo do somatório das variáveis foi realizado para seus respectivos indicadores.

Aos valores obtidos dos indicadores, foi multiplicado o peso determinado a cada um deles (valor 1, 2 ou 3). Considerando que todos os indicadores são relevantes para a avaliação, existem diferentes graus de importância entre eles. Os fatores de multiplicação utilizados em função do indicador foram determinados da seguinte forma: altamente relevante, peso 3; relevante, peso 2; e plausível, peso 1, a ser considerado após o pré-teste.

Desta forma, os indicadores ficaram subdivididos em 3 grupos. No grupo com peso 3 ficaram os seguintes indicadores: Frequência de ATER; Organização Social e Comunitária; Soberania e Segurança Alimentar; Questão Ambiental; e Concepção pedagógica. Enquanto o grupo com peso 2 é constituído pelos indicadores de: Renda; Qualidade de Vida; Gênero, Geração, Etnia; e Relação de ATER com outras Políticas Públicas. Com peso 1, ficaram os indicadores de: Acesso a Recursos Naturais; e Recursos Tecnológicos e de Gestão.

Essa nota foi dividida pela nota máxima possível dentro da categoria do indicador, a qual apenas será atingida se todas as variáveis obtenham notas máximas. Convertendo o resultado para porcentagem, chega-se a avaliação de cada indicador.

A nota final de cada indicador foi utilizada para avaliar cada ação da Rede ATER Nordeste no Assentamento Amaraji. Para a avaliação geral das ações da Rede ATER Nordeste, o mesmo cálculo foi realizado, só que a somatória das notas de todos os indicadores foi dividida por sua respectiva nota máxima possível.

O impacto avaliativo da PNATER na perspectiva dos agricultores foi determinado por meio dos indicadores referentes aos agricultores beneficiados pelo programa, sendo agrupados em blocos e pareados com base no índice alcançado.

Na análise qualitativa, o resultado tanto das entrevistas (semi-estruturadas e abertas), como dos relatos e roteiros obtidos foram transcritos e, posteriormente, organizados num processo de codificação por etapas. Preliminarmente, uma ampla identificação e articulação dos dados foi feita, ou seja, uma codificação aberta. Nesta fase, foi averiguado o potencial de encontro entre o material empírico e o conhecimento sobre o contexto da pesquisa.

Então como retornar o conhecimento pesquisado no meio social, no qual ele foi produzido? Comumente, um retorno com os dados da pesquisa à comunidade estudada é realizado na forma pré-estabelecida de manuais ou cartilhas, palestras e cursos (PATZLAFF; PEIXOTO, 2009). Por outro lado, as demandas e solicitações das comunidades são prioridades

para se compartilhar o que foi produzido, principalmente a valorização dos saberes dos informantes pelos pesquisadores.

O reconhecimento dos informantes, como especialistas em determinado tema (conhecedor de cultivos locais, de formas de organização social, de experiências de produção ou acesso a uma política) e o compartilhamento pelos pares pode ser precioso para o auto-reconhecimento dos agricultores, para as ações coletivas no assentamento e para a implementação da PNATER. Mais ainda, os autores acima afirmam que o resgate e a partilha de saberes que são minimamente ou não valorizados e, em outros casos ‘esquecidos’ pelo próprio informante, extensionista ou pesquisador, mas que estavam na memória de algumas pessoas, podem fornecer um rico acervo para a manutenção e ampliação dos saberes da comunidade na própria comunidade.

No retorno ao assentamento, é preciso discutir com os assentados e suas lideranças como pode ser feito esse reconhecimento, ou ainda se é desejável. O retorno da pesquisa realizada é de grande importância para manter o respeito à dedicação e confiança dos entrevistados, com a devida atenção ao sigilo oral quando solicitado, e assim renovando o estabelecimento do contato entre pesquisador e sujeitos que fizeram parte da pesquisa.

IV. A PNATER ANALISADA SOB A PERSPECTIVA DE REDES

Como explicitado na metodologia, a presente pesquisa é um estudo de caso de caráter quali-quantitativo, descritivo e exploratório, constituída por três etapas principais para efetuar a análise. A primeira delas se trata de entrevistas semi-estruturadas no intuito de traçar o perfil e a trajetória da Rede ATER Nordeste.

Em seguida, entrevistas aplicadas por meio de questionário de caráter qualitativo foram feitas para identificar as condições de vida dos entrevistados enquanto trabalhadores rurais do corte da cana, antes de acampar na luta pela terra, durante o tempo de acampado e depois de conquistada a terra, vivendo num assentamento rural. Outro aspecto, se refere ao papel da rede extensionista no processo de mudanças na vida desses agricultores de base familiar. Na terceira etapa, há a construção e elaboração de indicadores para facilitar a análise da PNATER, na prática, por meio da Rede ATER Nordeste na percepção dos assentados.

A realização da análise qualitativa tem o intuito de organizar os resultados que não são detectáveis pelos indicadores. Nesta fase, buscamos demonstrar as condições de formação das redes, formal e informal, suas interações, sua estrutura e funcionamento, os conflitos presentes nessas relações na região do assentamento Amaraji.

Para alcançar o propósito da tese, os resultados foram organizados de forma a demonstrar como a Rede ATER Nordeste atua ao contemplar as relações estabelecidas em redes informais e formais, para compreender como os hábitos, valores, princípios, percepções e as atuações em rede podem influenciar no comportamento humano de forma sinérgica, especialmente na relação extensionistas e agricultores, ampliando um processo mais sustentável de desenvolvimento rural.

4.1 O papel do Neoinstitucionalismo de Redes para a compreensão da implementação da PNATER por meio da Rede ATER Nordeste

A implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, orientando as ações do governo no intuito de qualificar e fortalecer os serviços de ATER no Brasil, foi um grande marco na história devido

a sua elaboração junto à participação social (MDA, 2010). A PNATER ocorreu juntamente com a organização dos serviços de ATER de ONGs e dos movimentos sociais para influenciar na construção das novas políticas de ATER, ressaltando as experiências institucionais e seus princípios, bem como ações coletivas e as práticas de atuação em rede.

No final de 2003, neste quadro institucional, foi criada a Rede ATER Nordeste e atualmente ela é constituída por 16 entidades integradas em espaços políticos formados por organizações de base (sindicatos, associações, cooperativas, grupos informais, etc.). Um dos princípios desta Rede se baseia nas relações das entidades integrantes que atuam nos processos de construção coletiva da transição agroecológica. Esta abordagem inclui a crítica à extensão rural convencional e a implementação de uma nova política de extensão rural adaptada ao Nordeste brasileiro.

Dois fatores foram essenciais na construção da Rede ATER Nordeste. Um deles foi o comprometimento das entidades em trabalhar com os agricultores familiares, como sujeitos políticos do processo de transição agroecológica. Tais atributos são responsáveis pelo estabelecimento da rede e constituição de sua identidade institucional (PARANHOS et al., 2007). O consenso das organizações em partir de uma perspectiva agroecológica, para se trabalhar a sustentabilidade dos sistemas agrícolas, é um fator chave na trajetória da rede.

As instituições existem dentro de um arranjo institucional e na Rede ATER Nordeste não é diferente. As entidades que fazem parte dela interagem, ao mesmo tempo, em outras dinâmicas de redes, tais como: a Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA), a antiga Rede PTA-NE, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e articulações temáticas, como no caso da Articulação Água no Semi-Árido, a Rede Abelha, etc (Figura 3). A configuração em articulações de redes sociais, incluindo intercâmbios entre as mesmas, podem potencializar os benefícios dessas interações.



Figura 3. IV Encontro Nacional de Agroecologia, em Belo Horizonte-MG.

Fonte: Acervo do Centro Sabiá

As relações construídas nos intercâmbios representam um elemento de grande influência no levantamento de ideias, princípios, valores, experiências em comum que constituem uma identidade de rede. Por outro caminho, estes vínculos têm a capacidade de atuar como um efeito sinérgico, multiplicando suas atuações pelas redes locais, regionais e estaduais, na troca de experiências agroecológicas nos diferentes níveis.

A Rede ATER Nordeste possui uma ampla atuação junto as entidades participantes, com o apoio do Programa Nacional de ATER (Pronater) em cerca de 16 mil famílias agricultoras, localizadas em 120 municípios, de 29 territórios, abrangendo nove estados no Nordeste. As redes locais/regionais são formadas por instituições, formais e informais, como organizações dos agricultores, ONGs, pastorais, igrejas, universidades, extensionistas, dentre outros (PARANHOS et al., 2007).

Ao priorizar o enfoque da agroecologia, os autores acima revelam a atuação da Rede ATER NE como mediadora e propiciando a interação entre diversos agricultores familiares, grupos, redes sociais e organizações nos estados nordestinos. Do mesmo modo, esta Rede social atua na construção de vínculos com as redes locais e microrregionais, e faz parte ativamente das grandes redes estaduais e nacionais.

Importa ainda reforçar que a trajetória da Rede ATER NE tem no aspecto da comunicação, um papel importante que fortalece a socialização dos saberes tradicionais que constituem conhecimentos agroecológicos, construídos na ação coletiva de técnicos e agricultores em rede. O conhecimento acumulado é transmitido à um conjunto maior de

técnicos que se apropriam no processo de aprendizagem dialética. Portanto, a comunicação, em seu diálogo com as redes locais/microrregionais, estaduais e nacionais fortalecem a expressão da rede como ator político frente à sociedade.

À princípio, algumas considerações poderão ser afirmadas, ao trazer o enfoque da análise Institucionalista de redes. As entidades que compõem a Rede ATER NE têm como intuito acabar com o isolamento social dos agricultores na interação, através do reconhecimento de seus conhecimentos, experiências e adaptações locais, principalmente com outros agricultores, além dos técnicos. Nesta lógica, o técnico atua como um ator social que detém um conhecimento tão importante quanto o dos agricultores.

Cabe reforçar que as experiências dos agricultores também são impulsionadas pela dinâmica da rede, nos intercâmbios e trocas entre pessoas de diferentes localidades, abrindo um espaço para que ocorram processos de construção de conhecimentos agroecológicos, de forma mais aberta e horizontal. Portanto, o intercâmbio é a base para o estabelecimento de um movimento social que gera inovação agroecológica, por meio de sistemas formais e informais de comunicação.

4.2 A trajetória da Rede ATER Nordeste e sua relevância no Brasil

O fato que impulsionou a formação da Rede ATER Nordeste foi o lançamento do documento da PNATER, em 2003, no governo Lula. Sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a PNATER traz princípios e diretrizes que visam orientar os serviços de ATER para garantir o seu fortalecimento enquanto setor público no Brasil.

Ainda em 2002 houve uma série de ciclos de seminários regionais, organizados pela Faser e Contag, para discutir a PNATER. Por outro lado, havia fundamentalmente a pressão das atividades inovadoras das ONGs, algumas trazendo experiências dos antigos Conselhos Eclesiais de Base (CEBs), a atuação dos movimentos sociais e integrantes das universidades que mantinham suas ações prioritariamente para a agricultura familiar, numa perspectiva da agroecologia.

Diante da influência desses setores, pela primeira vez um governo brasileiro cria espaço para a construção de uma extensão rural para servir aos propósitos de um público historicamente excluído, a agricultura familiar, traçando influências na constituição de abordagens dialéticas e metodologias participativas, trabalhando o reconhecimento de diferentes grupos de populações

tradicionais e suas diferentes culturas e etnias, trazendo igualmente a visibilidade do papel da mulher nessas comunidades (CNM, 2015). Esta é a trajetória inicial da constituição da PNATER, criando um espaço institucional para atuações em redes de extensão rural, como bem relata um Gestor do Centro Sabiá:

Com a PNATER e a presença de algumas pessoas que eram das organizações sociais, dentro do Governo Federal, do MDA, especificamente, se viu que havia uma possibilidade, de com a PNATER que as organizações pudessem acessar recursos dessa política nacional de ações técnicas e extensão rural. Mesmo que ela não tivesse se transformado, naquele momento, em lei, que só acontece em 2010. Então essa história da PNATER foi a grande motivação. Nós juntamos, com um grupo de organizações. Inicialmente Centro Sabiá, Diaconia, MOC, Patac e Cetra (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).

Para traçar planos para uma nova política de ATER, cada organização passou a expor um pouco sobre suas experiências, acúmulo de conhecimentos, linhas de atuação, concepções envolvendo extensão rural e agroecologia para discutir as propostas, tanto individual como coletivamente das ações. Esta é a etapa preliminar da formação da Rede ATER Nordeste.

O espaço institucional de concertação envolvendo o governo e as ONGs já vinha sendo construído e reconhecido em outras ocasiões de ações de ATER, em rede, na área rural com os agricultores familiares. É o caso dessas organizações, como a Diaconia, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, o Movimento de Organização Comunitária (MOC), o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (Patac) e o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra).

Anteriormente, no início de 1990, o Centro Sabiá já havia participado de outras reuniões com essas organizações em Recife, para discutir a elaboração de uma proposta de projeto sobre assistência técnica e extensão rural articulada ao Governo. Essa articulação foi consolidada para elaborar estratégias de extensão rural de formação e capacitação, dos fundos solidários, da construção de tecnologias sociais, via o acesso a um recurso da Sudene. O Cetra, no Ceará, foi a organização que acessou o recurso e contou com a parceria das outras organizações do Nordeste para gerir esse recurso.

A trajetória em conjunto facilitou a constituição das organizações que iriam participar, mais adiante, da Rede ATER Nordeste. Portanto, em 2004 essas organizações são chamadas, agora através da PNATER, para o diálogo e acordos que desencadearam na origem dessa Rede.

Um outro aspecto relevante é que essas organizações, incluindo o Centro Sabiá, já faziam parte da Articulação do Semi-Árido (ASA).

Igualmente à ASA, o Centro Sabiá é uma ampla rede que abrange diversas outras redes, convergindo em atuações na convivência com o semi-árido (foco específico da ASA), nas práticas de Sistemas Agroflorestais (SAF's), na adaptação aos biomas da Mata Atlântica e Caatinga, ou seja, linhas que estão inseridas e atuam numa base agroecológica. Desse conjunto de redes, há ainda a rede PTA, Projetos de Tecnologias Alternativas, que gerou a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, da qual algumas das organizações da Rede ATER Nordeste também fazem parte. Essas interações estão bem demonstradas em outro relato a seguir:

Bom, da rede PTA, que deu origem à ANA, lá em 2002. Então assim, você tem um conjunto, embora algumas não estão nesse espaço da rede PTA e outras não estão no espaço da ASA. Mas de toda forma essas organizações elas não surgem do nada. Esses três ambientes, de certa forma, é o que converge a ideia de convidar essas organizações pra essa conversa, essa reunião para a formação da Rede ATER Nordeste. Daí cada organização montou um projeto individualmente (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).

A etapa seguinte das organizações foi demonstrar suas experiências elaborando projetos e definindo a localidade do trabalho, o público selecionado, as temáticas específicas, etc. Na época, em termos de financiamento, as organizações da Rede ATER NE receberam do governo cerca de 250 mil reais, cada uma, para um projeto anual. Desse total, o recurso para as ações coletivas das organizações atingia cerca de 30 mil.

No caso do Centro Sabiá, o recurso coletivo foi disponibilizado para a produção de um jornal denominado Gente da Terra, com o objetivo de divulgar as experiências das organizações da Rede. Não se tratava de um jornal do Centro Sabiá e sim da Rede ATER Nordeste. Desta forma, cada organização geriu seu recurso, destinado ao coletivo, numa área própria de referência, como agroecologia ou formação sobre economia solidária.

O processo histórico da rede PTA, projeto de tecnologias alternativas, a qual deu origem ao Centro Sabiá, remonta aos tempos da ditadura militar, mas especialmente na década de 1970 e 1980. Neste período, a Fase, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, era uma ONG de grande referência permanecendo reconhecida até nos dias atuais pelo seu desempenho na defesa dos direitos territoriais dos povos tradicionais, dentre eles, as populações indígenas e os remanescentes de quilombo.

Fundada em 1961, a FASE atuou fortemente ao longo da década de 1960 com associativismo e cooperativismo, trabalho este surpreendido pelo Golpe de 1964 e passando a atuar na resistência à ditadura e na formação dos movimentos comunitários de base e das frentes sindicais. Na década de 70, sua atuação ao lado do campesinato foi muito importante no Norte do Brasil, incluindo os trabalhadores rurais do Nordeste, os trabalhadores da construção civil e das metalúrgicas do Sudeste.

A FASE ajudou a formar diversas lideranças pelo país inteiro para apoiá-las em suas reivindicações. Nos anos de 1980, ela operou fortemente no processo que culminou com a anistia, a Constituição de 1988 e as eleições diretas. Neste sentido, na sua contribuição para a transição democrática, a FASE construiu ferramentas e metodologias educativas incluindo a participação social e o controle popular, nos meios rural e urbano.

É válido salientar que, na sua origem, a FASE contou com um grande apoio da Igreja Católica e possuía sedes em praticamente todos os Estados do Brasil. A sua atuação na proteção dos territórios de populações tradicionais, como terras indígenas ou quilombolas teve uma grande repercussão. Um dos papéis fundamentais da FASE foi quando ela exerceu no campo à crítica, trazendo diversos questionamentos ao modelo agrícola da Revolução Verde, também conhecido como a modernização conservadora no Brasil.

Neste cenário, um projeto de tecnologias alternativas no início da década de 1980 foi financiado por instituições internacionais para implementar no Brasil experiências agrícolas, mais adaptadas ao ambiente e com participação comunitária, nas quais a FASE fez parte. Mais conhecidos como Centro de Tecnologias Alternativas (CTAs), eles também estavam presentes nas diversas regiões do Brasil. Ao trazer um histórico do movimento agroecológico no Brasil, Costa et al. (2015) também revela o início da trajetória da Rede PTA da FASE, relatando abaixo:

Em 1983 se constituía o Projeto de Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Econômica PTA/FASE, que posteriormente viria dar origem à Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa AS-PTA. Organizado por profissionais que retornavam do exílio na Europa, o PTA passou a atuar junto a movimentos sociais do campo em distintas regiões do país. Significativos aportes foram dados pela AS-PTA nos campos da informação e capacitação de recursos humanos, na articulação interna do Movimento de Agricultura Alternativa - MAA e com movimentos afins da América Latina e Europa, na mediação para e, ou, viabilização de recursos de agências financiadoras e filantrópicas européias para as ONGs do setor, na internalização da discussão do padrão

tecnológico e da agricultura alternativa nos movimentos sociais do campo, que até então se pautavam pelas lutas e reivindicações nas esferas das políticas agrária e agrícola, e de apoio à produção em moldes convencionais (COSTA et al., 2015).

Outra ONG antiga em Pernambuco, de referência, é o Centro Josué de Castro que igualmente possuía um CTA. Fundada em 1979 por pesquisadores pernambucanos de Universidades, o Centro Josué de Castro adotou como princípios a influência do acadêmico humanista Josué de Castro, ligando a intelectualidade a uma perspectiva ativista, crítica e comprometida com a transformação da realidade na luta contra as causas que geram a fome e a pobreza no mundo.

Mesmo que a sua sede estivesse estabelecida em Recife, suas ações de tecnologias alternativas eram aplicadas na zona da mata norte, no agreste e no sertão de Pernambuco, estando estreitamente relacionadas com os sindicatos de trabalhadores rurais em todo o Brasil. Esta relação com os sindicatos foi bastante presente nas ações dessas ONGs (Figura 4):

Esse centro de tecnologia tinha a ideia de construir, dentro de um espaço físico, iniciativas, tecnologias modelos, dentro desses centros, para chamar os agricultores para dias de campo, dias de intercâmbio, dentro desse espaço, para aprender como fazer. Depois os agricultores voltavam e faziam esse trabalho lá na sua propriedade. Então daí se gerou os vários CTA's (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).



Figura 4. Lideranças sindicais e de associações de trabalhadores rurais de Rio Formoso-PE, na exposição acadêmica do Museu Nacional da UFRJ, RJ.

Fonte: Acervo de José Augusto da Silva

Embora as estratégias dos CTA's tenham representado uma importante iniciativa, a Rede PTA se submeteu a um processo de avaliação pela cooperação internacional, em 2002. Como resultado de uma percepção que vinha sendo aprofundada e foi consolidada com a avaliação, na prática, os CTA's tiveram dificuldades em ampliar essas experiências nas áreas dos agricultores familiares em termos quantitativos.

Apesar do racionalismo cartesiano ser um pensamento antigo, estabelecido desde 1637 por Descartes, ainda hoje temos sua forte influência presente na trajetória de uma cultura ocidental (SANTOS, 1997). Não foi diferente com os CTA's que, mesmo questionando, nas avaliações ficou claro a tentativa de reprodução dos métodos cartesianos de controle das condições ideais em seus experimentos.

A riqueza dessa autoavaliação se dá quando é feita uma reflexão da necessidade de abandonar a ideia de controle das condições "ideais" de cultivo, como um modelo a ser seguido, para administrar essas experiências em campo real, ou seja, nas próprias terras dos agricultores com as condições de potencialidades e limitações de cada local. Esse fato foi um marco nas formas de atuação dessas organizações.

Mesmo com todo o esforço de um trabalho que evolve uma autorreflexão, diversas organizações ainda permaneceram no antigo hábito de tentar reproduzir as condições perfeitas de controle do cultivo como a pesquisa convencional trata, sem levar em consideração as relações sistêmicas dos recursos naturais e sua complexidade nas associações verticais e horizontais de cultivo. Este caso está bem retratado na seguinte fala:

Então o que foi que esse processo avaliativo e de auto avaliação percebe? Que, ao invés de estar fazendo centros com controle das condições perfeitas, das experiências, essas experiências tenham que ser desenvolvidas nas propriedades dos próprios agricultores, com as condições dadas lá e os desafios todos que essas condições traziam. Então isso é um ponto de inflexão extremamente relevante dentro desse nosso processo (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).

A partir daí diversas práticas de manejo foram realizadas nas propriedades com os agricultores, tais como construir sistemas agroflorestais, as tecnologias de captação de água, manejo ecológico, micro-irrigação e barreira trincheira. Em meados da década de 1980 à década de 1990, a cooperação internacional impulsionou a ideia e práticas de intercâmbios entre grupos de técnicos e agricultores, do Brasil para a Nicarágua.

Neste país da América Central existe um centro especializado na experiência campesino à campesino. Esta abordagem diferenciada inspirou o Centro Sabiá a iniciar os seus trabalhos, como o caso da abordagem de agricultor difusor e, de outras organizações, o de agricultor experimentador. Faz-se importante notar que não se podia romper completamente com o que se conhecia por difusão de tecnologia. Segundo um Gestor do Centro Sabiá:

Bom, e aí o próprio trabalho do Centro Sabiá também nasce dessa perspectiva, que é o que a gente chamava de agricultor difusor. Também reproduzindo a ideia de difusão tecnológica, da agricultura convencional, da assistência técnica convencional que outras organizações chamam de agricultores experimentadores. Mas essa experiência está baseada na concepção do campesino a campesino, que é dos agricultores compreenderem, entenderem, vivenciar e praticar e a partir disso poder disseminar esses conhecimentos com outros agricultores. Não desenvolvendo um papel técnico, de assistência técnica, que não deixa de ser... (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).

Entre o final de 1992 e início de 1993, a ideia de criação do Centro Sabiá passa a existir (Figura 5-7). Um grupo de pessoas envolvidas com pesquisa e universidade fundaram o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, em 9 de julho de 1993. Em síntese, essas pessoas tinham uma forte afinidade com os princípios da agroecologia, como o Prof. Dr. Marcos Figueiredo e a jornalista Vanderlúcia Silva (já falecida), ainda faziam parte a bibliotecária Marleide dos Santos e o coordenador da Action Aid, Avanildo Duque.



Fig. 5-7. - 5. Reunião do Centro Sabiá dos 20 anos da Agrofloresta em Pernambuco, na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Recife-PE. 6. Sócio Fundador do Centro Sabiá. 7. Gestora do Centro Sabiá.

Fonte: Acervo do Centro Sabiá

O Prof. Dr. Marcos Antônio Bezerra Figueiredo, importante integrante e sócio fundador da Ong Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, é coordenador do Grupo de Trabalho Campesinato e Soberania Alimentar da Associação Brasileira de Agroecologia - ABA, e professor associado da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE.

Outro importante integrante do Centro Sabiá, especialmente nos primeiros quatro anos de sua fundação, se refere ao sócio e colaborador desta Ong, Kurt Habermeier. Kurt foi uma das principais referências do trabalho desenvolvido, como os sistemas agroflorestais e a abordagem agroecológica. Kurt é assessor para Agroecologia no Haiti da Misereor, organização dos bispos católicos alemães para a cooperação e desenvolvimento, combatendo a pobreza na África, Ásia e América Latina (CENTRO SABIÁ, 2016).

No mesmo ano de fundação, o Centro Sabiá participa de um encontro em Tauá, no Ceará, a convite do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Esplar (ONG que atua no semiárido cearense) para uma capacitação de Ernest Gotsch, agricultor e pesquisador suíço reconhecido internacionalmente pela agricultura sintrópica e agrofloresta. Quando a equipe do Centro Sabiá retorna da capacitação em sistemas agroflorestais, eles resolvem realizar imediatamente o manejo recém aprendido. O fato foi retratado na seguinte entrevista:

Já nesse ano, no final de noventa e três, participa um grupo de pessoas da equipe e de agricultores com quem o grupo Sabiá trabalhava, participa, em Tauá no Ceará, a convite do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de uma capacitação com Ernest Gotsch, que era o suíço agricultor, que tinha toda a técnica da agrofloresta. Então o grupo vai pra lá, quando volta, volta com a cabeça doída dizendo que o Centro Sabiá tinha que trabalhar com agroflorestal (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).

Uma etapa importante foi a denominação dada ao Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, em especial, ao termo referente à agroecologia. Como este termo era recente no Brasil, cerca de 8 anos antes da criação do Centro Sabiá, ocasionou um certo receio por parte das instituições parceiras por falta de conhecimento de seu significado. O termo “agroecologia” ainda não era um tema bem conhecido e assimilado pelas organizações sociais, fato que leva o Centro Sabiá a enfrentar uma certa resistência pelas organizações mais consolidadas.

Para situar este momento, o Movimento de Agricultura Alternativa – MAA, com o aprofundamento da crise socioambiental no padrão de modelo agrícola brasileiro, passou a

internalizar os princípios e ideia da agroecologia principalmente após a AS-PTA lançar, em 1989, o livro traduzido do inglês “Agroecologia: As Bases Científicas da Agricultura Alternativa” de Miguel Altieri (publicado originalmente nos EUA em 1983) (COSTA et al., 2015).

Do ponto de vista da concepção metodológica que envolve a troca de experiência e o acúmulo de conhecimento de forma coletiva, é válido ressaltar a importância da ideia e práticas de intercâmbio (Figura 8). O intercâmbio foi uma experiência inicialmente desenvolvida pela antiga Rede PTA e foi incorporada pelo Centro Sabiá e pela Rede ATER Nordeste como um todo (demais entidades).



Figura 8. Práticas metodológicas baseadas no método campestre à campestre para a construção do conhecimento agroecológico e trocas de saberes, no assentamento Amaraji, Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo Centro Sabiá

A Caatinga, Ong da Rede ATER Nordeste, desenvolveu um trabalho denominado Projeto Campo Ativo que tinha a estratégia de organizar um grupo de jovens (25 pessoas) chamado de APA's: Agentes Promotores da Agroecologia. Como bem demonstra o entrevistado:

Eles construíram a ideia de formar esse grupo de vinte e cinco jovens, com técnicas de abordagem, de como pensar a convivência com o semiárido, a agroecologia, etc. De plantio agrícola, de comercialização, de beneficiamento,

de debate sobre políticas públicas, manejo da caatinga, tinham vários aspectos. E esses jovens assessoravam e acompanhavam grupos de agricultores nas suas próprias comunidades. Essa experiência, ela foi uma experiência que Paulo Pedro, que hoje é coordenador do Caatinga, teve quando visitou a Nicarágua, conheceu essa experiência, quando vê que foi construção do projeto, eles idealizaram fazendo as adaptações para a nossa realidade. Essas ideias nossas... (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).

Este fato evidencia como a construção das metodologias, hoje internalizadas pela Rede ATER Nordeste, vieram de uma forma “Botton Up”, oriundas das experiências das próprias Ongs, entre extensionistas e agricultores nas constantes trocas de experiências, em diferentes níveis, do local ao internacional. A Rede ATER Nordeste incorporou a prática de intercâmbio porque as próprias organizações dessa Rede veem dessa mesma trajetória.

O papel fundamental das Ongs para a ação de uma extensão rural inovadora no Brasil se torna bem visibilizado quando as Emater's são extinguidas em 1994 e elas assumem o papel de ATER em relação ao Estado.

Para um Gestor, uma questão que pode ter definido o nome Sabiá é a relação com o pássaro sabiá, embora também faça referência à árvore popularmente denominada sabiá. Ele associa a ideia desse pássaro que tem ocorrência em todo o Brasil, com sua diversidade de espécies e subespécies. Segundo Clements (2014), há 12 espécies de sabiás do gênero *Turdus* sp., no Brasil, ocorrendo em vários estados. O “sabiá” significa em Tupi “aquele que reza muito”, em referência à voz dessa ave. De acordo com a lenda indígena, quando uma criança escuta na madrugada da primavera, o canto do sabiá, ela será abençoada com muito amor e paz.

Espécie vegetal que se adapta bem em vários biomas, em diversas regiões, principalmente no Nordeste, a árvore sabiá (*Mimosa caesalpinifolia* Benth.) tem este nome apontado como referência ao próprio pássaro “sabiá” devido a cor da casca ser parecida com a sua plumagem (BRAGA, 1960). A reflexão sobre estar presente em diversos lugares, da espécie vegetal e animal do sabiá, é uma metáfora da condição da própria atuação do Centro Sabiá.

Mais ainda, a capacidade de dispersão de sementes desta ave pode servir como símbolo para a atividade de intercâmbio entre agricultores e extensionistas que disseminam tanto as próprias “sementes da paixão” (sementes crioulas, não-híbridas), como a “semente” da agroecologia enquanto referência dessa abordagem teórico-metodológica.

O principal motivo que levou o Gestor a entrar no Centro Sabiá foi a sua participação na militância política. Ele era técnico da escola de formação sindical da Central Única dos Trabalhadores – CUT, no Nordeste, em 1992. A CUT tinha escolas espalhadas por todas as regiões do Brasil. Na época, com a possibilidade de perder as eleições, o Governo de Fernando Henrique rompe o contrato com a CUT através do Ministério do Trabalho e houve uma demissão em massa das escolas.

Nesse período, o Gestor conheceu o coordenador do Centro Sabiá, José Aldo dos Santos, por meio de sua esposa que igualmente trabalhava na CUT. Como uma entidade de representação sindical brasileira (representante de parte dos sindicatos), a CUT foi fundada em 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - Conclat. Atualmente, suas principais atuações perpassam dimensões de Organização e Política Sindical, Direitos Humanos, Movimentos Sociais, Meio Ambiente, Combate ao Racismo, Mulher Trabalhadora, Juventude, Relações de Trabalho, Cultura e Comunicação.

Ao saber da condição de desemprego do Gestor, da formação em biologia e da participação no movimento estudantil, Aldo o convidou para uma atividade pontual de dois meses e, em seguida, para realizar um trabalho no sertão do Pajeú. A dimensão ecológica junto à militância no trabalho desenvolvido pelo Centro Sabiá foram os principais motivos que influenciaram o Gestor, uma vez que a agroecologia, na época, ainda era um conceito desconhecido, como expressado na seguinte fala:

Quando terminou esse trabalho lá no sertão do Pajeú, que eu voltei, apresentei os relatórios e as coisas todas. Bom, tinha uma coisa de motivação também, trabalhar com ecologia porque, para mim, esse termo de agroecologia ainda não era uma coisa apropriada. Como eu fiz o curso de biologia na Rural (UFRPE) e a gente tinha uma relação com o pessoal da Federal (UFPE), através do movimento estudantil, a gente se aproximou muito, dentro dessa abordagem ecológica. Como pensar o desenvolvimento e a política a partir da ecologia (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).

Ao surgir a possibilidade de trabalhar com uma “agricultura ecológica”, o Gestor se sentiu estimulado especialmente pelo tema e, em 2003, a coordenação do Centro Sabiá o chama para incorporar à equipe e ir morar no sertão do Pajeú, em Pernambuco. Um momento de grande desafio pessoal para o Gestor, pois já faziam 13 anos que morava em Recife.

Natural de Jabitacá, distrito do município de Guaraci, no sertão do Pajeú, o Gestor é filho de agricultor e veio à Recife estudar. Para sua surpresa, teria que regressar a sua região de origem e a trabalhar com agricultura. No entanto, ele se depara em uma situação inusitada ao relembrar um conselho de grande importância dado pelo seu pai, ao dizer que os filhos precisavam estudar para não viver a vida de agricultor. Como o entrevistado esclarece melhor abaixo:

Nós precisávamos estudar para não ter essa vida sofrida, não ter essa vida de penúria, de necessidade, de privações. Então, essa coisa quando eu entro no Sabiá e começo a tomar consciência da natureza do trabalho, isso começa também a me despertar uma outra dimensão, que era poder contribuir, vamos dizer assim, através da agroecologia, de um trabalho de construção de conhecimento com os agricultores da assistência técnica, com a perspectiva de ajudar as pessoas a ter uma vida melhor também (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).

A agricultura pensada numa outra perspectiva, diferente do que era feito num modelo convencional, passou a ser a motivação principal pelo qual o Gestor passou a integrar o Centro Sabiá e permanece por 15 anos até os dias de hoje.

O Sabiá representa, para o Gestor, um instrumento de luta, uma estratégia para concretizar a defesa da “agricultura familiar camponesa”, através da agroecologia enquanto um paradigma de desenvolvimento e não reduzida a uma técnica de manejo. Como missão, a Ong significa para ele uma forma de: “Plantar mais vida para um mundo melhor, desenvolvendo a agricultura familiar agroecológica e a cidadania.” Mais claramente, como segue o relato abaixo:

Essa dimensão de você pensar que você tá plantando aqui, mas não é pra ti somente, é pro mundo. Ou seja, ela é daqui, mas ela também é de todo lugar. Que é um pouco de se pensar que o trabalho que você faz, que os agricultores fazem, essa pegada da agroecologia, da agricultura sustentável, ela tem uma contribuição significativa para o conjunto da sociedade, do planeta. Não é uma coisa só pra sua comunidade, pro seu agroecossistema (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).

O gestor se refere aqui a uma dimensão que permeia o local e o global, num período crítico de degradação ambiental em que uma atividade que envolve o manejo dos recursos naturais e produzir de forma a manter os serviços ecossistêmicos (diversidade de espécies cultivadas, florestas conservadas, manutenção de lençóis freáticos, de umidade, das matas ciliares, etc.)

No caso da Rede ATER Nordeste, um Gestor afirma que o foco (missão) é nos trabalhos de assistência técnica e extensão rural, de base agroecológica, e com uma atenção especial para a convivência com o semi-árido. Muito embora, há duas organizações dessa Rede, como o Sasop na Bahia e o próprio Centro Sabiá em Pernambuco, que trabalham na zona da mata.

O propósito é de que a sociedade aprenda a viver sem degradar os recursos naturais, garantindo a conservação da agrobiodiversidade e manutenção das funções ecossistêmicas, de forma consciente e cada vez mais autônoma, sem abrir mão da participação social na construção do tipo de desenvolvimento rural sustentável que se almeja.

Em termos de princípios do Centro Sabiá, um Gestor afirma que a Comunicação precisa ser compreendida e realizada por todos da equipe porque se refere à dimensão central das ações da Ong. Dela decorre toda as relações entre os técnicos, entre técnicos e agricultores e entre os próprios agricultores. Ao fazer referência à Paulo Freire, um Gestor traz a ideia de mudança no entendimento da extensão rural como uma assistência técnica para uma proposta inovadora de comunicação e extensão baseada na obra de Freire (1983).

Este processo educacional tem por base partir do conhecimento local (da pessoa), de temas mais significativos de sua vida e da comunidade onde vive. Com a análise dos significados sociais desses temas é trabalhado a tomada de consciência do mundo para uma postura mais conscientizadora de vida do estudante (FREIRE, 1983).

Em 1963, na experiência de Angicos com a rápida alfabetização dos 300 trabalhadores, o presidente João Goulart chamou Paulo Freire para organizar o Plano Nacional de Alfabetização. Iniciado em 1964, sua meta era alfabetizar 2 milhões de pessoas em 20.000 círculos de cultura. Com o Golpe de Estado em 1964, o projeto freiriano foi abortado no Brasil, mas não deixou de ser retomado e reconhecido por várias instituições nacionais e internacionais na redemocratização (FREIRE, 1983; KIRKENDALL, 2010).

Uma das premissas de seu método é de que a construção de saberes passa necessariamente pelo diálogo entre o conhecimento acadêmico formal e o conhecimento popular. O conhecimento tradicional/local pode ser, por vezes, tão ou mais valioso que o conhecimento científico, especialmente no que se refere ao conhecimento associado à agrobiodiversidade (Figura 9-10) (PERONI; MARTINS, 2000).



Figura 9-10. – 9. Etnovarietades da Mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), coletadas e denominadas de ‘Rosinha’ e ‘Pão’ pelo Sr. D., no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE. 10. Tubérculo (sem identificação) denominado localmente por batatinha da terra, no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo da Autora

Outro princípio é o da economia solidária, das relações econômicas na construção de mercados mais horizontais. Para o Gestor, a agroecologia é o paradigma adotado pelo Centro Sabiá e um princípio maior que norteia toda ação do Centro Sabiá, seja no sentido de reconhecer, valorizar e estimular os saberes dos agricultores e agricultoras, como um fator essencial, como à seguir:

É a base daquilo que a gente faz, não dá pra ir pra campo sem ter esse entendimento que ali tem um monte de conhecimento e de saberes, e que a gente não vai levar solução pra vida dos agricultores. Mas a gente vai construir com eles possibilidades a partir do conhecimento deles (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).

O papel das mulheres é mais um princípio trabalhado pela Ong, principalmente para poder entender como as agricultoras se tornam indutoras de processos de desenvolvimento agroecológico (Figura 11). Segundo Oliveira (2009), os quintais agroflorestais são espaços produtivos tradicionalmente geridos pelas mulheres. Sua importância não se restringe ao abastecimento alimentar das famílias, como também o manejo de recursos vegetais para fins de construção de objetos (para plantio, moradia), combustível, medicinais, ornamentais,

condimentícias, místico-religiosas, técnicas de manejo (compostagem, cercas vivas, quebra-ventos, afastar pragas), ou seja, essenciais para a conservação da agrobiodiversidade.



Figura 11. Mulheres na produção agroecológica do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo de Sandra Reis

Como diretrizes específicas, o Centro Sabiá tem um primeiro programa que é trabalhado em três dimensões: a Agrofloresta, a Economia Solidária e a Segurança Alimentar e Nutricional. O segundo programa se refere à Convivência com o Semiárido e Sustentabilidade Ambiental, enquanto o terceiro programa se trata das dimensões de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. No quarto programa, há um novo tema que está se inserindo no plano estratégico do Centro Sabiá que é Direitos Humanos na Agricultura Familiar e Camponesa.

Dentro desse programa sobre direitos humanos, se é trabalhado uma abordagem diferenciada nas ações do Centro Sabiá, tanto para o reconhecimento das mulheres enquanto sujeito de direitos próprios (Figura 12), bem como na valorização da juventude do meio rural. Ainda neste programa, se trabalham as ações de direito dos remanescentes de quilombos, de populações indígenas, pescadores, ribeirinhos e demais populações tradicionais. Ou seja, reconhecer que esses grupos sociais diferenciados também são sujeitos das políticas públicas para agricultura familiar e de assistência técnica e extensão rural, de inclusão social e produtiva.



Figura 12. Certificação social e beneficiamento de polpa por mulheres do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo da Autora

Faz-se notar a falta de uma diretriz específica para idosos e para a população LGBTQ+ rural que precisam ser tratados. Esses quatro primeiros programas (diretrizes) são denominados "programas da ação fim", ou seja, do trabalho direto com o público. Nos outros dois programas, o de Direito à Comunicação, para mobilização social, e o sexto programa de Gestão e Desenvolvimento Institucional, são mais direcionados para a própria estrutura interna, do cuidado da instituição do Centro Sabiá.

Num primeiro momento, cada organização elaborou um projeto e depois se depararam com uma condição, a Rede ATER Nordeste enquanto um espaço institucional de concertação entre as organizações envolvidas. No início, esse processo de constituição da Rede e o seu papel perante as organizações não estavam tão claros. Segundo o Gestor:

Como a gente é rede, se cada um tem um projeto? Claro que isso era importante porque a relação com o estado é institucional. Então sendo de uma institucionalidade, você não pode responder pelo outro. Então cada organização teria, de fato, o seu convênio direto com o MDA. Mas aí nós realizamos um primeiro encontro, que foi em Afogados da Ingazeira, em 2004, de formação da Rede ATER Nordeste, onde cada organização indicou a participação de três pessoas, por organização. E nós conseguimos que, nesse processo de formação, que nós tivéssemos vários dirigentes das suas organizações, no sentido de ajudar a dar uma certa direção política também (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).

No processo de formação, as organizações perceberam a fragmentação de ideias, no momento inicial, e descartaram a abordagem proposta para construir um programa que serviu para todos da Rede ATER Nordeste, do ponto de vista de concepção política. A partir dessa

iniciativa, as atividades que estavam presentes nos projetos das organizações deram suporte ao novo programa.

Desta forma, em cada território, foi realizado um primeiro momento de formação, por exemplo, como no território do Sertão do Pajeú-PE, e as outras etapas (módulos) de formação, ocorreram em territórios distintos no Nordeste com o intuito de que todas as organizações pudessem circular no território de atuação das outras entidades da Rede.

A base do processo de formação consistia, segundo o Gestor do Centro Sabiá, em ir diretamente para as experiências dos agricultores, entender como eram que os agricultores e agricultoras desenvolviam os seus sistemas agrícolas, de forma a contribuir com uma base agroecológica. Portanto, ao invés de abordar os agricultores, teorizando sobre agroecologia ou extensão rural, o Centro Sabiá buscava a experiência concreta do trabalho que os agricultores estavam fazendo, num diálogo e trocas com eles nesse momento.

As principais ferramentas pedagógicas foram as seguintes: a montagem da linha do tempo do agroecossistema familiar; mapas; e diagramas de fluxo, para entender como é que o sistema funciona.

Então esse processo todo trouxe um acúmulo e um aporte pra Rede ATER Nordeste muito grande. Da equipe de assessores técnicos das organizações, do direcionamento político que os gestores das organizações deram pra dentro de suas organizações, de usar esses instrumentos para além dos projetos específicos com a Rede ATER Nordeste, mas nas outras iniciativas que as organizações estavam fazendo, inclusive do próprio processo de formação. Então a gente passou, tipo assim, uma vez por ano nós tínhamos três ou quatro momentos de formação coletiva da Rede. Um problema que os projetos tiveram descompasso, em função da burocracia do estado ou do modelo de gestão das organizações internamente, do tempo de prestação de contas, do tempo de responder a questões que o governo apontava e tal. Então isso foi gerando um certo descompasso. Mas eu diria que uma dimensão de princípio da Rede ATER Nordeste foi ter acumulado uma experiência bacana nesse processo de formação coletivo. Isso foi inclusive um valor muito grande, reconhecido pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário como experiência exitosa, citada em seminários nacionais e tal, como algo de um valor importante (GESTOR DO CENTRO SABIÁ).

4.3 Perfil socioeconômico do Assentamento de Amaraji

A população total no Assentamento Amaraji é de 96 famílias, das quais foram entrevistados 49 indivíduos pertencentes à 43 Unidades Domésticas - UD, distribuídas em 41

lotes de terra. Dessas famílias, o total de habitantes corresponde à 225 indivíduos, o que daria uma média de 5 pessoas por UD. A grande maioria das famílias habita em casa própria, feita de alvenaria e com média de quatro compartimentos. Apenas 10 agricultores afirmaram não receber serviços de ATER (Quadro 2).

Os chefes de família aqui referidos são aqueles que possuem o registro do lote de terra, respondem pela maior parte dos recursos familiares (TAQUEDA, 2009) e ou possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP em seu nome. Dessas famílias que fizeram parte da pesquisa, 18 são chefiados pelo casal e 25 por um indivíduo. Considerando os 61 chefes de família e 82 filhos, a maioria dos filhos (87,8%) vivem como co-residentes, na mesma UD, enquanto os demais residem em outras moradias situadas no mesmo lote dos pais (ou em outro local).

Quadro 2. Aspectos socioeconômicos e gerais do Assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Especificação	Assentamento Amaraji
Unidades Domésticas – UD	43
Média de habitantes por UD	5,2
Chefes de Família (casal)	18
Chefes de Família (um indivíduo)	25
Filhos co-residentes	72
Outros membros co-residentes	10
Recebem ATER	33
Não recebem ATER	10

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Em relação aos serviços de ATER na região, há pouco mais de meio século, a primeira instituição prestadora de serviço de ATER público estatal implantada no Estado de Pernambuco foi a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), seguida da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER-PE).

Nos tempos atuais, o serviço público de extensão rural no município de Rio Formoso-PE se consolidou com o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). Para fins desta pesquisa, consideramos além do setor público, os diversos atores sociais mencionados pelos informantes por ter alguma atividade extensionista no assentamento, tais como: ONGs, universidades, igreja, cooperativas, dentre outras.

Esses grupos são considerados aqui enquanto instituições que atuam no assentamento Amaraaji para fins de extensão rural, regulamentação da terra, infraestrutura, produção agrícola, organização social, conservação dos recursos naturais etc, incluindo as próprias associações formadas pelos assentados. Outro grupo é formado pelas organizações de base comunitárias, com um total de 24,6%, constituídas por associações do assentamento e de pescadores (Figura 13).



Figura 13. Reunião da Associação Produtiva do Engenho Amaraaji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo da Autora

O terceiro grupo é composto pelo movimento sindical: 8% das organizações mencionadas são de matriz sindical, seguido das organizações sociais de extensão rural (associação e cooperativa) e instituições governamentais de extensão rural (IPA, antiga EMATER), ambas com 7,1% do total (Figura 14-15). Em seguida se destacam as instituições governamentais, referentes à Prefeitura, CPRH e o INCRA, com apenas 5,6%. Os demais grupos abrangeram 9,5% das instituições e se referem às universidades, a instituição de origem eclesial e os movimentos sociais.



Figura 14-15. 14. Liderança sindical no assentamento Amaraaji, município de Rio Formoso-PE. 15. Liderança local do assentamento Amaraaji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo da Autora

Diante da relevância das organizações de base neste trabalho, Santana (2005) igualmente demonstra que as organizações de base comunitária representam um grupo de referência que compõe a Articulação do Semi-Árido - ASA Brasil, rede que mantém uma articulação com a Rede ATER Nordeste. O mesmo autor pesquisou diversas associações de moradores, agricultores, assentados de reforma agrária, pequenas comunidades, entre outros, somando 59% dos grupos no total. Isto implica num reconhecimento visível do papel das organizações de base dos próprios agricultores para produção local, tanto para as redes formais que constituem a ASA como no Assentamento Amaraji.

Nesta perspectiva, percebe-se que a forte atuação do Centro Sabiá no Assentamento Amaraji é fortalecida e respaldada, especialmente, pela capacidade de articulação dos próprios assentados que já passaram por diversas experiências de organização coletiva, educacional, de formação, de Comissões Eclesiais de Base (CEBs), podendo assimilar melhor as ações coletivas proporcionadas pelo próprio Centro Sabiá.

A rede informal aqui tratada se refere às relações sociais de parentesco, afinidades, amizade, vizinhança pelas quais se formam tanto sem um motivo específico, como pode se estabelecer no intuito de melhorar a organização, produção e comercialização agroecológica no assentamento, como a formação de grupo de mulheres, de grupos de trabalhos específicos, de jovens, dentre outros.

No assentamento Amaraji, o grupo de mulheres se destacou dentre os demais. Cerca de 36,3% do total de mulheres entrevistadas participam deste grupo (Tabela 3). A literatura demonstra que as mulheres sempre tiveram um papel fundamental na organização social desde o processo de acampamento até o estabelecimento de assentamento rural (OLIVEIRA, 2009).

Os três grupos seguintes obtiveram o mesmo percentual de 18,2%: o grupo é constituído pelos assentados que se juntam por conta da produção, como os apicultores e agricultores agroflorestais; outro grupo são os familiares e se referem aos assentados que se reúnem por meio do parentesco, se aliando ao cunhado, nora, filho, etc.; e por afinidades, o grupo que se estabelece através de relações de amizade e reciprocidade. Dentre esses grupos, os extensionistas do Centro Sabiá têm uma grande atuação, ao levar em conta as redes sociais locais estimulando o fortalecimento de suas atuações.

A categoria de menor peso foi o grupo de jovens, onde 9,1% dos jovens entrevistados disseram participar. Por meio dos relatos, ficou evidente o porquê desse número ter sido tão baixo diante da grande quantidade de jovens no assentamento Amaraji. Houve uma experiência local desastrosa com um grupo de jovens e possivelmente haveria um certo constrangimento dos jovens relatar que fizeram parte deste grupo.

Tabela 3. Redes informais estabelecidas pelos agricultores no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Redes Informais	Percentual (%) do número de assentados entrevistados
Grupo de Mulheres	36,3
Grupo de produção específica	18,2
Grupo de produção por parentesco	18,2
Grupo de produção por afinidades	18,2
Grupo de Jovens	9,1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Igualmente ao padrão etário encontrado em outras populações tidas como pobres rurais no Brasil (TAQUEDA, 2009), o assentamento estudado apresenta um número relativamente baixo de adultos jovens (8,2%). A população adulta e adulta anciã, mais velha, representaram um elevado número (51%), da mesma forma que os idosos (40,8%). Isso se reflete no percentual máximo atingido pelos assentados idosos que recebem ATER, com 34,7% do total (Tabela 4). Dos que não recebem ações extensionistas, se sobressaíram os adultos com 10,2% dos assentados.

Tabela 4. Assentados que recebem ou não ATER em relação à faixa etária, no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

		Recebe ATER	Não recebe ATER
Adulto jovem	15 - 29	8,2%	0
Adulto	30 - 49	24,5%	10,2%
Adulto ancião	50 - 59	12,2%	4,1%
Idoso	= > 60	34,7%	6,1%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Esse cenário possivelmente indica que um número expressivo de adultos jovens está emigrando para vilas e centros regionais nas proximidades, como os distritos de Rio Formoso e Cocaú, os municípios vizinhos de maior poder aquisitivo como Tamandaré, ou mesmo a

grande Recife na tentativa de melhorar suas condições de vida, visto as poucas oportunidades no campo.

Se trata de mais um dilema para a extensão rural, na medida em que se lida com a problemática da sucessão familiar nos assentamentos e em áreas rurais no Brasil. Neste sentido, o Centro Sabiá fez uma parceria com uma organização internacional sem fins lucrativos, a Action Aid, no intuito de incentivar e viabilizar a vida dos jovens no campo.

Na Action Aind, a resposta humanitária é um ponto relevante que visa alcançar as pessoas em maior situação de vulnerabilidade, sobretudo mulheres e crianças, para que possam adquirir controle e autonomia sobre suas vidas. Para isso, a organização investe no empoderamento das pessoas e no trabalho em redes de parceria para o processo de recuperação.

Em 2016, essa organização internacional contribuiu com 345 mil pessoas em programas de reconstrução e recuperação em países de quatro continentes, dentre eles, atuaram: na seca causada pelo El Niño na África e Ásia; na crise dos refugiados na Síria; no conflito dos imigrantes na Grécia; e na tensão do devastador furacão Matthew no Haiti. Outros desastres menos conhecidos também teve a participação de apoio, como as inundações em Bangladesh, Gâmbia e no Quênia, a febre Lassa na Nigéria e os terremotos na Índia (ACTIONAID BRASIL, 2014).

Fundada em 1972, Action Aid é uma organização internacional que atua com o propósito de concretizar justiça social, igualdade de gênero e pelo fim da pobreza. Com o alcance em 45 países chegando a mais de 15 milhões de pessoas no mundo, a Action Aid no Brasil atua desde 1999, atingindo mais de 2.4 mil comunidades e beneficiando mais de 300 mil pessoas. Este trabalho é realizado em parceria com comunidades e organizações locais em projetos nas temáticas de inclusão educacional, agroecologia e mudanças climáticas, igualdade de gênero, participação e democracia (ACTIONAID BRASIL, 2014).

Trabalhando a dimensão de gênero, na presente pesquisa, o sexo feminino predominou na faixa adulta dos 30 aos 49 anos (20,4%), seguida dos 15 aos 29 anos - adulto jovem (6%). Os homens se sobressaíram nas idades mais elevadas, como idoso (maior ou igual a 60 anos), alcançando 26,5% (Figura 16).

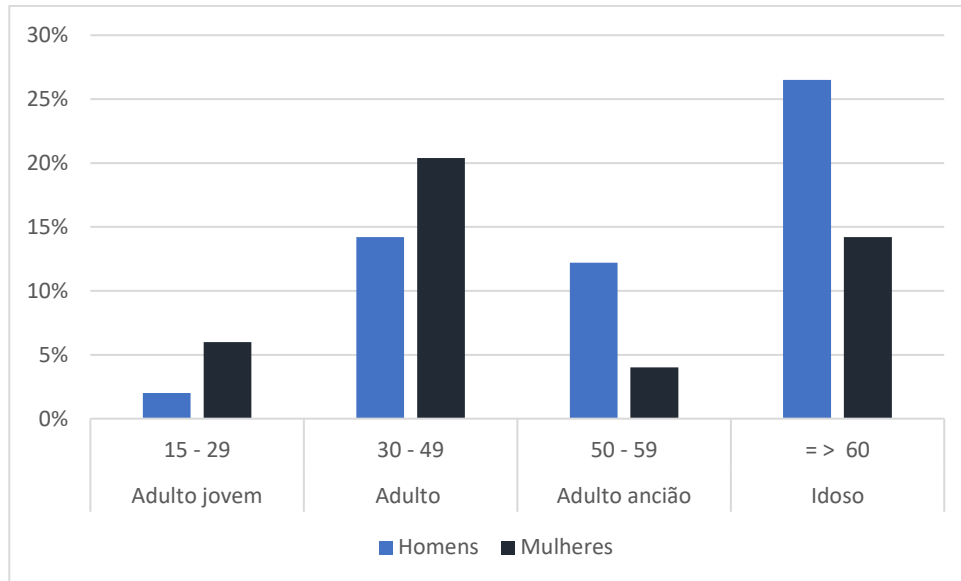


Figura 16. Distribuição dos entrevistados em relação à sexo e idade, no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A alta expectativa de vida encontrada no assentamento, em especial, os idosos muito velhos ou muito idosos, ou seja, com 80 anos ou mais são pertencentes à categoria da quarta idade, redefinida por Laslett (1991). Segundo o autor, essa etapa se refere à fase de declinação, com maior dependência e acelerada perda das capacidades funcionais e cognitivas.

Por outro lado, se percebe uma outra forma de reconhecimento do idoso, em relação ao acúmulo de saberes tradicionais, culturais, dos valores e crenças da família e da sociedade nessa etapa da vida (Figura 17). Atualmente, do total de idosos no Brasil, 12,8% possuem mais de 80 anos de idade, representando 1,1% da população brasileira (UNESCO, 2014).



Figura 17. Anciões, sanfoneiro e artesão, do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE. Fonte: Acervo da Autora

Do nível de escolaridade, o percentual de analfabetos atingiu 11,8% entre os assentados. O desafio para a reduzir o analfabetismo permanece concentrado nos mais idosos (41,6%). Segundo Ferraro (2012), quase uma em cada quatro pessoas com 60 anos ou mais é analfabeta no país. Há cerca de 6,4 milhões de analfabetos nessa faixa etária, sobretudo na zona rural do Nordeste.

Esse contexto indica o grande desafio da extensão rural para contemplar uma parcela da população que não teve acesso a universalização do ensino básico no Brasil. Também não teve ao alcance o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire, o qual visa uma educação como prática de liberdade (Freire, 1983). Esse método, difundido e reconhecido internacionalmente, foi bloqueado em nível nacional e até recentemente não há amplitude de sua aplicação nas escolas públicas brasileiras.

Boa parte dos assentados (dados referentes aos entrevistados e seus familiares) é representada por 68 pessoas que pararam no ensino fundamental incompleto, geralmente interrompidos no 4º e 5º ano fundamental (antiga 3ª e 4ª série). É válido ressaltar que dentre os assentados que chegaram ao ensino médio (25,6%), mais da metade são mulheres. Tal fato reacende um padrão de gênero encontrado em muitas regiões brasileiras em que as mulheres, com acesso à escolaridade, acabam emigrando mais do que os homens no meio rural: a chamada “masculinização” do rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Os filhos co-residentes somaram 80 indivíduos, dos quais 30 estão estudando. Desses últimos, 7 estudam e ao mesmo tempo apoiam os pais nas áreas agrícolas e criação de animais. Dos 45 filhos que não estudam mais ou não possuem escolaridade, 27 trabalham na produção agrícola, como no roçado, nos quintais, na capoeira, na criação de carneiro, de boi, de ovelha, de galinha, de porco.

Um caso diferenciado se trata de um universitário que recebe bolsa Pibic para estudar a tribo indígena do povo Xucuru. Anteriormente, o estudante chegou a fazer parte da Action Aid, programa internacional mencionado acima e que é articulado ao Centro Sabiá. Esta organização trabalha apoiando o estudo de pessoas que vivem em locais que necessitam de maior atenção, por justiça social.

Dos representantes das famílias e seus familiares no assentamento rural, em torno de 53% são predominantemente agricultores de base familiar (Figura 18). Em seguida, os

agricultores aposentados se destacam atingindo 13,2%, muitas vezes representando a única renda da unidade familiar, o que ratifica a importância e legitimidade deste direito aos trabalhadores do campo, posto em risco recentemente no Governo Temer por meio da PEC nº 287/2016, com a proposta de Reforma da Previdência.

Faz-se necessário reforçar o significado da aposentadoria rural no campo. A política previdenciária rural encontra-se em um espaço sociopolítico, como consequência de um pacto de solidariedade entre o Estado Fiscal e o Estado Social. Retirar essa política com a Reforma proposta coloca em risco a garantia de um seguro de vida à população idosa que representa também um tipo de assistência social eficiente.

Institucionalizada em 1970, a previdência rural causou um grande impacto no processo de redução da pobreza no meio rural, culminando em 1990 como uma das principais políticas de capitalização das economias municipais, especialmente em municípios com população abaixo de 20 mil habitantes (BRASIL, 2015).

Outros trabalhos se referem, principalmente aos serviços autônomos (12,7%), que incluem geralmente, além do roçado e cultivos em quintais, as atividades domésticas remuneradas de costura, de cozinha, de faxina, de babá, como também pedreiro, pintor, motorista (kombi, fretado para carga), como garçom em restaurante, cantina ou bar e na cerâmica.

Algumas formas de trabalho chamam a atenção pela peculiaridade do caso, como as domésticas não-remuneradas que foi apontada por 9% das entrevistadas. Várias mulheres se autodeclararam domésticas enquanto forma de trabalho em casa e não apenas um modo de vida subordinado. De acordo com os levantamentos do IBGE em que se encontram a categoria afazeres domésticos, esses trabalhos realizados pelas donas de casa eram considerados todos como uma inatividade econômica, tal qual o caso de inválidos, aposentados, estudantes e os que vivem de renda (BRUSCHINI, 2006).

Considerando o elevado número de horas que as pessoas, em grande parte as mulheres, se dedicam a estas obrigações, passou a ser legítimo incluir esta categoria como um trabalho não-remunerado. Segundo a ONU (2017), o trabalho não remunerado que inclui tarefas, como cozinhar, limpar a casa, cuidar de crianças e idosos, frequentemente realizado por mulheres, alcança de 10% a 39% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países.

Ainda encontramos algumas atividades atreladas: aos órgãos governamentais, incluindo um vereador assentado; às empresas privadas (Usinas Cucaú, Trapiche e Porto Rico); às empresas de parceria público-privada, como no caso de Suape; à extensionistas da ONG Centro Sabiá; e ao sindicato, enquanto organização social.

Diversos serviços temporários (frentes de trabalho e prestação de serviço ao governo local) foram mencionados e, em menor quantidade, os diaristas de roça, meeiros de usinas nas proximidades, parceiros, arrendatários, apicultores e pescadores. Por fim, foram relatados diversos casos de trabalhos informais e de complementação de renda, que envolvem o ecoturismo na praia Dos Carneiros, passeios de barco, passeios em manguezais, dentre outros.

A sobrevivência por meio da agroecologia nos remete aos assentados que tem uma forte experiência de manejo da terra, produzindo uma parte expressiva dos alimentos que consomem e que, da mesma forma, utilizam e adaptam práticas que conservam a diversidade biológica para garantir o uso e manejo da terra.

Neste contexto, a agrobiodiversidade e a agroecologia são termos inseparáveis. Desta forma, a agrobiodiversidade manejada pelos agricultores familiares, especialmente as espécies alimentícias, demanda um complexo sistema de manejo e um profundo conhecimento das relações e serviços ecossistêmicos. Tais estratégias milenares de manejo adaptativo constituíram os alicerces para uma diversificação da agricultura, de base ecológica, existentes no mundo (NODARI; GUERRA, 2015).

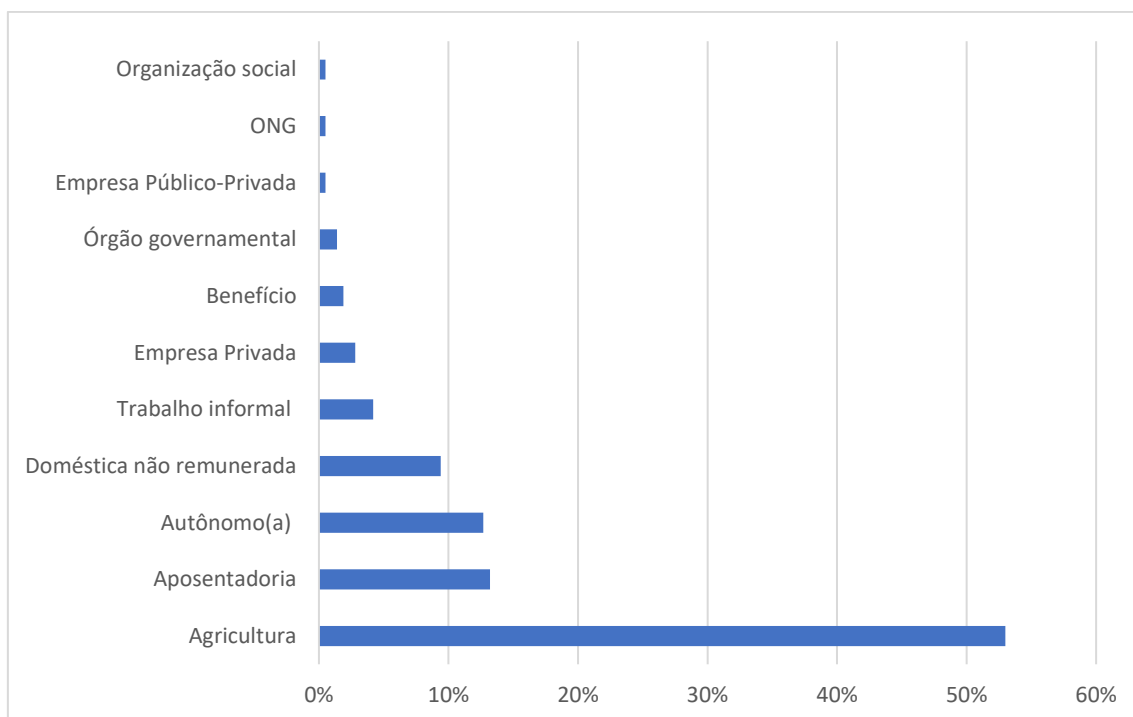


Figura 18. Atividades profissionais dos entrevistados e seus familiares do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Dos 80 filhos co-residentes, 31 estão estudando, 27 apoiam e auxiliam os pais na roça e nos quintais, 16 trabalham exclusivamente com agricultura do lote e 13 possuem outros serviços trabalhistas além da agricultura. Os demais membros co-residentes somam 98 indivíduos, sendo 21 exclusivamente agricultores, 23 estudantes (14 se dedicam unicamente ao estudo), 12 ajudam os pais na agricultura, 10 são domésticas e 8 são pluriativos, ou seja, possuem uma combinação de atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas, tanto do chefe como dos demais membros da família de agricultores, no intuito de aumentar ou manter a renda familiar.

Schneider (2003) reconhece a pluriatividade como um fenômeno que se manifesta de formas diferentes no meio rural brasileiro. O autor entende que, desta forma, a pluriatividade representa uma estratégia interna de reprodução social da agricultura familiar.

Nas residências do assentamento Amaraji, os agricultores de base familiar frequentemente contam com a ajuda dos demais moradores na produção, ou seja, uma mão de obra basicamente familiar (92%). Alguns ainda contratam, por fora, um ajudante que é assalariado temporário (cerca de 5%), ou mesmo arrendam a terra para a produção pagando um valor ao dono da terra: os chamados arrendatários que atingem 7% do total.

Outros (10%) não se desvincilharam completamente do corte de cana, trabalhando como meeiro nas Usinas adjacentes em tempos de colheita para incrementar a renda. E, geral, “meeiro” significa o agricultor que planta em terra alheia e divide os resultados com o dono. A vantagem é poder produzir e cultivar no espaço, sem ter que pagar um valor oneroso para adquirir a terra. Porém, neste caso, se refere ao trabalhador rural que colhe a cana por um curto tempo, dividindo um determinado percentual com o patrão. Esses retratos familiares estão inseridos na categoria social, fortemente heterogênea, da Agricultura Familiar.

Das principais fontes de renda das famílias do assentamento Amaraaji, em média, 42% das unidades domésticas vivem com um salário mínimo. Um número significativo dos assentados (32%) vive com cerca de dois salários mínimos, procedentes da renda da aposentadoria e do excedente das atividades agrícolas. Apenas 10% vivem com mais de 3 salários mínimos, referentes ao acúmulo de aposentadoria, excedente da agricultura diversificada e o programa Bolsa Família (Tabela 5).

Tabela 5. Distribuição das Unidades Domésticas em relação às faixas de renda, no assentamento Amaraaji, município de Rio Formoso-PE

Faixa de Renda	UD
< ou = a 1 Salário Mínimo	25
> 1 S.M. < ou = a 2 S.M.	19
> 2 S.M. < ou = a 3 S.M.	10
> 3 S.M. < ou = a 5 S.M.	5
> 5 S.M.	1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A baixa renda observada na presente pesquisa possui uma forte correlação com a renda média domiciliar per capita do município de Rio Formoso (260,84 reais por mês), de acordo com o IBGE (2010). Inclusive, as condições socioeconômicas do município indicaram um Índice de Gini de 0,44 em 2010, representando um elevado grau de concentração de renda na região. Mais ainda, Rio Formoso atingiu um IDH médio de 0,613, o que significa um valor baixo em relação às condições de saúde, de longevidade, de renda e de educação, segundo o Atlas Brasil (2013).

Entretanto, apesar da renda mínima predominante, foi observado durante a pesquisa que a produção para o autoconsumo esteve presente em todos os estabelecimentos pesquisados. Fato que aponta para uma forte estratégia de reprodução dos agricultores familiares.

Conseqüentemente, diminui os gastos com as externalidades e é uma fonte de segurança alimentar para os agricultores.

Os agricultores, diante de uma situação de vulnerabilidade, quando aumenta sua sujeição a contextos de risco e instabilidade, podem comprometer as famílias a uma situação mais propensas à insegurança alimentar. A vulnerabilidade significa exposição e desproteção: a exposição remete a choques, tensões e riscos, enquanto a desproteção significa falha nos meios que possibilitariam enfrentá-la (PLOEG, 2008).

A exposição e a desproteção emergem da alta especialização produtiva e da instabilidade dos mercados frequentemente associados a estes processos – as *commodities* (PLOEG, 2008). A perda de autonomia, como interpreta Van Der Ploeg (2010), representa a minimização do controle do processo produtivo e da reprodução social pela unidade familiar. Desta forma, a produção agrícola atual, dependente da reprodução ocorrida em ciclos anteriores, as quais estabelecem as bases para os ciclos futuros, fazendo da reprodução, e do ciclo produtivo, um processo historicamente garantido.

A manutenção do autoconsumo, no assentamento Amaraji, está intrinsecamente relacionada às sementes e ao saber fazer. As sementes são provenientes dos ciclos produtivos anteriores. O agricultor teve o cuidado de manejar, coletar, selecionar e armazenar as sementes para a produção futura.

A ênfase no saber fazer, o autoconsumo, é uma estratégia de produção que envolve o conhecimento e a experiência do agricultor acumulada ao longo de gerações. De acordo com Woortmann e Woortmann (1997), existe um “corpo do saber” que precede a produção e a preservação deste “corpo do saber” é um dos fatores que garante que suprir as necessidades alimentares da família, em grande parte, por ela própria. Os saberes tradicionais / locais permitem conhecer os potenciais, as limitações, o como, onde e quando plantar cada cultura ou criação de animais.

4.3.1. Constituição do assentamento Amaraji

De acordo com a amostragem populacional, o Assentamento Amaraji é constituído por lotes que ocupam, em média, uma área de 8 hectares, partilhados basicamente em 39,2% de áreas manejadas (num grau de cultivo intensivo à algum cuidado dado às plantas – apenas aguar, colocar adubo ou podar, etc.) e as demais são áreas sem manejo.

Destas últimas, os agricultores ainda detêm nos lotes uma média de 35,4 % de áreas de capoeira, 28,5 % em áreas de reserva e o restante não são consideradas “áreas boas para mexer” (Sra N, 56 anos), pois são locais de nascentes, várzeas, muita rocha e cascalho. Apenas uma mulher relatou viver na área da associação, declarando que todo filho de parceleiro tem direito a uma moradia estabelecida no entorno da associação.

Vale ressaltar que as capoeiras são em parte usadas para plantio, seleção de espécies e experimentos de variedades para os agricultores. Portanto ela está inserida nas duas áreas, com e sem manejo, sendo distinguidas pelos agricultores a parte que planta e a parte que não se planta, como bem afirma Sr R, 80 anos: “Na mata não planta nada, na capoeira tem parte que planta”. Muitos buscam manter a capoeira reflorestada, sob orientação do Incra, para melhorar a terra que ainda é bem enfraquecida pelo seu histórico de ocupação.

Grande parte das áreas de capoeira eram as antigas terras de “lavoura branca” (Sr I, 60 anos), plantações de cana de açúcar que devido à crise dos engenhos foram abandonadas, deixando a terra bastante desgastada. Dois agricultores, Sr. AD com 52 anos e Sr. Z com 44 anos, relataram que pararam de plantar porque a “terra é braba”, “não deixa cultivar”, está cheia de “luca” (espécie de Cyperaceae) e xisto. “Aonde tem esse mato não dá nada”, “só tem água para consumo”.

Dentre as áreas de manejos, são considerados diversos espaços produtivos, dentre eles o roçado, a lavoura branca (de cana de açúcar), o quintal, o terreiro, o paiol, a capoeira, a casa de farinha, a cocheira, o galinheiro, o pasto, a mata, mais detalhado adiante (Figura 19).



Figura 19. Áreas de criação de animais e cultivo de plantas no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo da Autora

4.3.2. Autoidentificação

Os entrevistados, ao serem questionados como se autoidentificavam, a maioria afirmava a categoria êmica de agricultor familiar, abrangendo 64,5% das citações (38 entrevistados). O termo êmico se refere que, ao ser questionado, não foi proposto nenhum nome para sua escolha e foi aguardado a resposta, do ponto de vista do entrevistado. O termo assentado ainda alcançou 20% (12), enquanto a denominação camponês e indígena atingiram apenas 1,7% (1) cada.

De forma frequente, muitos deles responderam vários termos para se autoidentificar, tais como: agricultor familiar, trabalhador, parceleiro, filho de assentado e pescador. Em outros casos, surgiram nomes como pequeno agricultor, inclusive se identificando como “trabalhador de José Bezerra” (antigo dono do Engenho).

Em um caso específico, uma entrevistada de fortes traços característicos da etnia negra afirmou ser filha de “índio vermelho”. Como a descrição do pai foi referida como semelhante à entrevistada, se supõe que possivelmente se trata de um caso de preconceito com a própria ideia de ser negro, uma vez que é relativamente recente a passagem de uma realidade de ser mão-de-obra da cana de açúcar, subjugado ao senhor de engenho, para ser reconhecidos como agricultor familiar, enquanto assentados de reforma agrária. Neste caso, a memória da cultura escravocrata ainda é bastante presente, com a presença da casa grande do engenho, aparatos da senzala e um certo isolamento das áreas mais urbanas e seus debates sobre esse tema mais atualizados.

O Sr C fez um relato sobre mudanças dos meios de vida, como tantos outros, ao contar que antes se afirmava como “trabalhador rural” e mais recentemente se declara como “agricultor familiar” e outros casos como “assentados”. Este Senhor, de 86 anos, narra a mudança de vida de um trabalhador rural, de corte de cana, para ser reconhecido como um agricultor familiar, após o processo de desapropriação do Engenho Amaraí e a implantação do assentamento de reforma agrária.

Esta categoria passou a ser reconhecida legalmente em 2012, quando a agricultura familiar se definiu enquanto profissão. Esse mesmo Sr. relembra que “antigamente as mulheres, ao invés de colocar Agricultora Familiar, elas colocavam que eram domésticas”. Isto significa que, além de trabalhar no campo e na casa, a invisibilidade das mulheres era bastante latente no meio rural, especialmente no que diz respeito às lutas pela terra e demandas sociais.

4.3.3 Procedência e trajetória dos assentados

A maioria dos assentados entrevistados são originalmente de Rio formoso, nascidos no tempo do engenho Amaraí até hoje no atual assentamento Amaraí (20) e em engenhos no município de Sirinhaém (9). Apenas 3 deles são procedentes de outros estados: Bahia, Alagoas e Paraíba, respectivamente. Em Pernambuco, grande parte dos agricultores (19) são procedentes de outros engenhos de cana-de-açúcar, alguns atualmente já desapropriados para fins de assentamentos rurais.

Diante de uma região marcada pelo ciclo da cana-de-açúcar, a quantidade de engenhos mencionados como lugar de origem dos agricultores é esperada. Dentre eles, se destacaram os

antigos engenhos Amaraji, Cucaú, Bom jardim, Mamucaba, Porto Rico, Porto Alegre, Primavera, São Miguel, Serra d'Água, Tabô, Trapiche, São Francisco, Alegrete, Palmares, Caxangá, Vermelho, Goiana e Changuá, distribuídos em 12 municípios que vão da região da Zona do Litoral Mata Sul, Região Metropolitana do Recife até a região do Agreste.

A trajetória de alguns agricultores é notável, ao nascer num engenho e migrar para vários outros ainda na fase jovem, até que se estabelecessem na época do engenho Amaraji (tempo de engenho), antes da mudança para a conquista do assentamento rural. É o caso da Sra N., no seguinte relato: “nasce no engenho de Cucaú, me criei no engenho São Francisco, engenho Alegrete, em Água Preta, engenho de Palmares e Rio Formoso”. Neste caso, a migração interna se trata de uma estratégia para permanecer no campo, em resposta às transformações ocorridas no meio urbano e no rural. A influência do tempo no engenho é tão marcante que cinco agricultores ainda se referem ao atual assentamento Amaraji como “engenho Amaraji”.

Os agricultores que nasceram nos engenhos, em outros locais próximos, em geral chegaram ao engenho Amaraji ainda crianças, entre 7 e 8 anos, e permaneceram lá. O Sr. P recorda que chegou a morar na região ainda no “tempo de engenho”, “há 55 anos que estou nesse engenho, foi parcelado e eu fiquei no meu canto, na minha terra”. Esta fala evidencia o que simboliza o termo local “tempo de engenho” ao contrapor o que representa ser assentado, ou seja, ter “o meu canto”, ter uma terra para viver (Figura 20-21).



Figura 20-21. 20. Família de trabalhadores rurais do corte da cana no “tempo de engenho”, Engenho Amaraji, no município de Rio Formoso-PE. Fonte: Acervo de José Augusto da Silva. 21. Família de agricultores familiares do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo da Autora

Outro termo comum na região é o relatado pela Sra. I, "Nasci e me criei na *rua*. Depois fui morar no assentamento". O significado de 'rua' para os assentados representa a área urbana (cidade) de Rio Formoso e não sobre alguém que não tenha moradia. Para uma população rural, a cidade era frequentemente concebida como o lugar fora da casa, o que torna uma provável procedência do termo local 'rua'. A Sra. M ainda reforça o termo local: "Meu pai morava aqui no tempo de engenho. Eu era *arruada*". Tempo esse que chegou a ser bem duro para os trabalhadores da cana, como bem relata a entrevistada demonstrando um pouco a mudança percebida entre engenho e assentamento, à seguir:

Morara aqui no Engenho, era muito difícil, era época de fome e nudez. Não tinha roupa para trocar só vivia no mangue, fazia um buraco no chão com roupa salgada. Eu fugi com ele aos 16 anos. Fazia casinha de palha, a lagarta comeu a palha, a chuva molhava. Isso aqui tudo era mata. Os usineiros desmataram tudo, acabaram com tudo. Empreiteiro tirava as madeiras. O assentamento foi o que deu o nosso sustento. Hoje abriu uma feirinha em Recife e o sindicato ajudou (Sra. E).

Em geral, os entrevistados nasceram no "tempo de engenho", o que garante de certa forma uma relação de vizinhança, de conhecidos, de colegas de trabalho. É válido ressaltar que este assentamento foi um dos poucos da região que foi reivindicado pelos próprios moradores, inclusive, eles próprios acamparam no engenho em luta pela sua desapropriação.

No decorrer dessas últimas décadas, o estabelecimento dos assentamentos de reforma agrária surge diante da necessidade de manter os processos de reprodução social dos agricultores familiares que vivem no meio rural (WANDERLEY, 2014). Para compreender esses processos sociais, as motivações subjetivas dos agricultores são um fator essencial para entender a luta pela conquista da terra, pelas condições de infraestrutura, qualidade de vida e segurança alimentar para permanência no assentamento e a manutenção das especificidades de um modo de vida camponês (BERGAMASCO, 1997; SABOURIN, 2012; SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014; BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Muitas pesquisas já trabalharam sobre como os agricultores familiares enfrentam dilemas para se manter na terra, estabelecendo redes de solidariedade e de trabalho, se inserir na economia local, acessar políticas públicas, fortalecer a base para uma transição

agroecológica, dentre outros (LEITE et al., 2007; FERRANTE; BERGAMASCO, 1995; NEVES, 1999; ALTIERI; TOLEDO, 2011; SEVILLA GUZMÁN, 1995).

4.3.4 Percepções dos agricultores sobre a vida no assentamento rural

Ao serem questionadas sobre as motivações que o levaram a morar no assentamento Amaraji, a referência de viver com tranquilidade foi uma das primeiras afirmações, em que se subentende a importância da liberdade no trabalho, tal como expressam os assentados:

Tranquilidade, sossego, bem estar, paz, um lugar bom pra criar menino, sem barulho, não vê zoadá de ninguém, liberdade pra plantar. Quando quer plantar agente planta; quando quer vender a gente vende (Sra. A).

Hoje eu mando no que é meu. Me levanto na hora que quero (Sr. G).

Morar no que é dos outros.. Viver no que é da gente é uma felicidade. Agente mesmo planta, agente vende (Sra. Y).

Tranquilidade, pode ficar mais à vontade, cidade é mais bagunça, agitado (Sr. D).

Porque aqui pra gente é uma vivência muito boa, ninguém meche com agente. É um lazer que agente vive. Agente vive num paraíso (Sr. H)

Outros reforçaram o próprio trabalho no roçado, no quintal, inserido na subjetividade de pertencimento ao local de origem, como o principal motivo de querer viver no assentamento. Ser trabalhador da terra, ter um vínculo com a natureza que traz satisfação e um sentido de vida, a seguir:

Trabalhar no roçado, na própria terra. Era trabalhador daqui mesmo. O que me fez mais motivado. Gosto de agricultura, de mexer com a terra. Ao invés de trabalhar para a cana, para os outros, eu preferi viver. (Sr. O).

Porque meu pai veio para cá, terminei de se criar, estudei até a 5ª série, minha mãe não teve condição de estudar, aí trabalhei com meu pai na roça, conheci esse rapaz, me casei, vivo aqui, me criei, tive 19 filhos, gosto do meu marido. Tenho uma alegria, um amor aqui. Já tenho 6 bisnetos e 28 netos (Sra k).

Porque já morava no Engenho. Sempre vivi aqui. Tem minhas coisinhas pra trabalhar, minhas plantas, minha bananeira prata, maçã. Sossego, onde nasci e me criei e convivi com a família. Gostoso, as árvores, frutas, sossego, dorme fora e ninguém meche. Tem água encanada e moradia (Sra. H).

Tranquilidade, tem a moradia, o ar puro, a água, acordar com o canto dos pássaros. Queria depender de minha parcela. Colher as coisas da terra, aqui agente tem, agente não compra (Sr. D).

Uma motivação que transpareceu em vários dos assentados foi a noção de luta para poder continuar vivendo na e da terra (Figura 22):

Ocupamos o Engenho Amaraji. O Sindicato e a Fetape ajudaram a fazer a Reforma Agrária. Foi quando conheci a luta dos trabalhadores e o MST em 1991. Em 2005 a luta pela terra era mais difícil (Sr. D).



Figura 22. Formação inicial do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo de José Augusto da Silva

O modo de vida, hábito, costume de um povo são igualmente referenciados nos depoimentos dos assentados, como logo abaixo:

O costume, o que é seu, trabalha para você mesmo. Tem gente conhecida, têm as amizades (Sra. D).

Me acostumei a morar em sítio. A qualidade de vida, alimentação saudável. Antes tinha vergonha, vivia em casa alugada (Sra J).

Trajetória no assentamento Amaraji

Nas entrevistas realizadas, o despertar da luta pela terra em Rio Formoso surgiu por causa do desemprego que assolava a região, mais especificamente, devido às dívidas contraídas pelo Engenho Amaraji na época, deixando de pagar os seus próprios trabalhadores. Alguns trabalhadores rurais da cana passaram a se integrar a movimentos sociais, como o MST, a recorrer aos sindicatos e a Fetape para pressionar o INCRA. Por esse motivo, este agricultor relatou que fez parte do acampamento no Engenho Amaraji, em 1998, juntamente com outros trabalhadores locais igualmente desempregados e na ânsia de lutar pela conquista de um pedaço de terra.

O camponês não tinha a carteira assinada, documento, os direitos de décimo terceiro, férias. Os patrões se revoltaram e demitiram. Aí muita gente ficou sem terra e trabalho, uns 40 mil. Teve muitas desapropriações (Sr. F).

Na época, a Central Barreiros da família Bezerra foi desapropriada em blocos. O dono do Engenho Amaraji não estava pagando os impostos e quando faleceu deixou sérias dívidas. Se o agricultor trabalhava 6 dias, ele só pagava 3 e ficava devendo a todo posseiro do engenho. Após Zé Bezerra falecer, o seu filho Roberto Bezerra assumiu o engenho, entrou no ramo hoteleiro e acabou por falir. Em relatos diversos, o Zé Bezerra era bem conhecido como uma pessoa boa que cuidava do engenho e do seu povo, diferentemente da relação estabelecida de seu filho com os moradores.

Um outro agricultor (Sr. N) afirmou que ajudou nas mobilizações, lutou através do sindicato e argumentou que, na época, o Incra era contra a desapropriação. Após a pressão dos trabalhadores rurais, o Incra só veio desapropriar posteriormente à ocupação feita no Engenho Amaraji. Finalmente, o Incra ainda pagou uma parte pela terra, cerca de 1 milhão.

O processo de desapropriação ocorreu de forma diferenciada dos demais engenhos da Região. Antes que o MST ocupasse o engenho Amaraji, os próprios posseiros do engenho se reuniram com o apoio fundamental da união do sindicato rural, na pessoa de Zé Paulo, e da Fetape para ocupar e lutar pela desapropriação que se deu em 2000. Em 2001 já passaram a morar nos lotes divididos pelo Incra. Segundo Sr. J, “dizia o povo: Amaraji entrou na reforma Agrária. Não acreditava”.

Não foi um período fácil pois a área estava repleta de cana, com a terra enfraquecida e em muitas partes improdutiva. A passagem da vida de trabalhador rural para o reconhecimento enquanto agricultor familiar, com o estabelecimento do assentamento rural, foi lembrada pelos entrevistados como uma fase que “teve muita dificuldade, agente sabia se virar. Quem não sabia..”, Sr. B. Entretanto, outros mencionavam que a principal diferença entre a época que era trabalhador rural e se tornou assentado era ter a moradia.

A vida no acampamento

A necessidade de fazer uma ocupação no Engenho Amaraji tinha chegado. Era preciso incentivar, ocupar, morar, fazer campanha para arrecadar alimentos. Uma cozinheira do acampamento chegava a preparar comida para 60 famílias. Um companheiro chegava com o pão na cabeça, outro com frutas, iam em supermercado, padaria, prefeitura, todos que pudessem contribuir para a luta da terra.

Muitos não podiam dormir no local, as mulheres que tinham filhos pequenos geralmente passavam o dia no acampamento e voltavam para dormir em casa, no próprio engenho. Fato este que fez com que alguns considerassem um acampamento meio simbólico, pelo fato de muitos acabar voltando para casa à noite. Mas durante o dia estavam todos mobilizados, como bem relata o entrevistado:

Marcava presença e voltava. A semana toda. Pedia no supermercado carne, feijão, junto com Zé Francisco e Zé Rosa, Ivaldo Quirino.. Era animado danado. Nesse tempo tinha que ir na feira para comer que não tinha mais patrão (Sr. F)

Uma questão surge, embora se tratasse de um momento tenso, de reivindicação, pressão e disputa pela terra, ao mesmo tempo, diversos relatos demonstraram como era um tempo reconhecidamente bom, o tempo de acampado, dentre algumas falas:

Achava bonito, um bucado de gente assentada conversando, dizia uma coisa, dizia outra. Chegava gente de Recife, gente importante, professora levava aluno (Sra. D).

Arruado, barraquinha de lona, assim era o tempo de engenho. O povo era muito unido, a união era maior. Se fazia uma reunião, chama o povo e tinha que fazer a lona. O povo saía atrás de tudo, de Prefeito e sindicato (Sr. C).

Eu tinha 11 anos. Era um monte de gente. Um monte de mulher cozinhando. Vinha de manhã, achava bom lutar (Sr. I).

Vivi no acampamento, naquelas barracas simples. Sempre chegava gente para dar força, ajudava muito (Sr. G).

O acampamento não ocorreu apenas no engenho Amaraji, pouco depois o grupo resolveu se reunir e foram acampar na sede do Incra também, em Recife, para pressionar a desapropriação do engenho. Lá chegou a ser mais tenso e temeroso de acordo com os entrevistados. Um deles deixou claro como se sentia: “uma ovelha indo para o matadouro”.

4.4 Aplicação dos Indicadores no assentamento Amaraji

A percepção dos agricultores e dos extensionistas, juntamente com os desempenhos médios de cada um dos indicadores, traz uma contribuição sobre o tipo de desenvolvimento local que se busca. Para a avaliação da PNATER, os resultados referentes à Rede ATER Nordeste, representada pelo Centro Sabiá, levou em conta a análise da eficácia, incluindo as informações levantadas em campo por meio de entrevistas semi-estruturadas, abertas e de roteiros junto a agricultores, extensionistas e gestores.

A análise dos indicadores aplicados no assentamento Amaraji apresentou uma melhor avaliação para a Questão Ambiental, com enfoque na agroecologia (62%), a Soberania e Segurança Alimentar (57%). Enquanto os indicadores que obtiveram os resultados mais fracos, foram a Qualidade de Vida (22%) e a Relação de ATER com Outras Políticas Públicas (18%) (Figura 23).

Num primeiro plano analítico, esse quadro chama a atenção para um alerta sobre a existência de graves conflitos e problemas sociais, não apenas no assentamento Amaraji, mas em assentamentos de diferentes regiões do Brasil, como em São Paulo (BERGAMASCO, 1997), Paraná (BERGAMASCO et al., 2015), Brasília, Bahia, Ceará, Pernambuco, Santa Catarina, dentre outros (LEITE et al., 2007).

Estes conflitos e dificuldades socioculturais, econômico e político, praticamente não contavam com a atuação de políticas públicas, melhorando significativamente nos últimos 20

anos para, logo em seguida, sofrer um dramático corte institucional e financeiro no atual Governo Interino (2016-2018). Este fato se estabeleceu em decorrência das próprias relações de forças políticas e conflitos de interesses presentes no interior do Estado e no setor empresarial, da área rural e urbana. As reestruturações das relações sociais adquiriram uma dimensão histórica intrinsecamente relacionada com o contexto atual da extensão rural no Brasil e sua atuação nos assentamentos rurais.

Quanto ao potencial endógeno, o assentamento Amaraji representa, sob a perspectiva das famílias assentadas, não apenas uma nova forma de produzir, resgatando saberes e experiências locais de manejo da diversidade agrícola. Representa também uma mudança do ‘tempo de engenho’, enquanto eles eram trabalhadores rurais do corte de cana dependendo do patronato açucareiro, para ser reconhecidos como agricultores familiares, com autonomia de seu tempo de trabalho e enquanto possuidores de terra para morar. Uma forte redefinição das relações sociais em torno da terra permitiu uma nova conjuntura de arranjo socioambiental mais inclusivo.

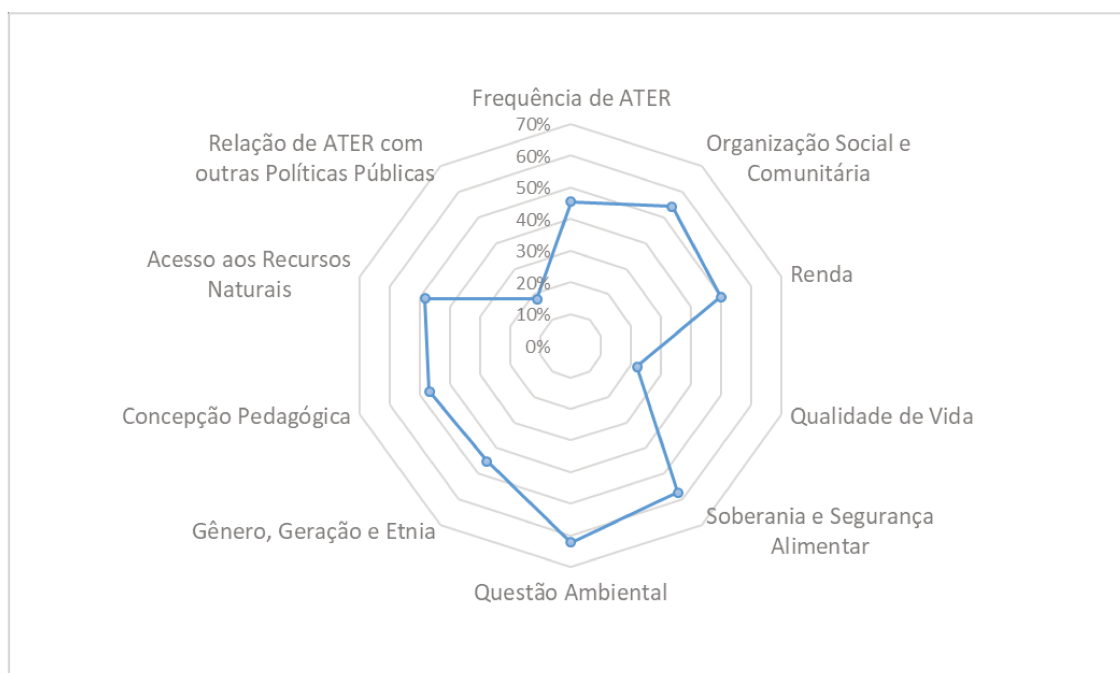


Figura 23. Percepção dos Agricultores sobre as ações de ATER no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Questão Ambiental, com enfoque na agroecologia

O resultado mais favorável a esta dimensão se relaciona a alguns fatores que se destacaram. Um deles se refere ao território do assentamento Amaraji, inserido em uma rica

Área de Proteção Ambiental - APA de Guadalupe, com diversas nascentes e fontes de ‘olho d’água’, próximo a um complexo estuarino, contendo uma variedade de ecossistemas de floresta atlântica, mata de restinga e manguezal. O fato de haver uma APA envolve uma gama de legislação ambiental que contribui para um maior cuidado diante das formas de manejo dos recursos naturais.

Outro aspecto é o fato dos agricultores locais não depender do desmatamento para sua produção familiar (em detrimento do monocultivo da cana), em geral, contando com uma diversidade de culturas (policultura), com tecnologias simples, em áreas de quintais agroflorestais, roçados e manejos comunitários. Após a desapropriação do Engenho, não houve mais a derrubada de extensas áreas de mata para o plantio da cana de açúcar.

Por fim, a parceria e atuação conjunta com o Cento Sabiá tem proporcionado o desenvolvimento de diversos projetos de reflorestamento de matas ciliares no entorno de nascentes e a implantação e sistemas agroflorestais - SAFs, adquirindo importantes premiações (Figura 24). Há no total, cerca de 42 nascentes, em que 22 delas foram trabalhadas com o financiamento da caixa econômica para também promover a colheita de sementes e o preparo de mudas.



Figura 24. Construção de SAF via saber local de agricultores e mediação de extensionistas, no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo da Autora

O Prêmio Internacional de Dubai foi um deles, promovido pelo Best Practices and Local Leadership Programme, selecionando o projeto Águas do Céu como uma das vinte ações premiadas na última edição do Prêmio Melhores Práticas, 2015/2016. Este projeto assentou famílias em áreas próximas a nascentes e florestas, gerando renda para a comunidade, além delas assumirem a responsabilidade da regeneração dessas áreas com SAFs (Figura 25).

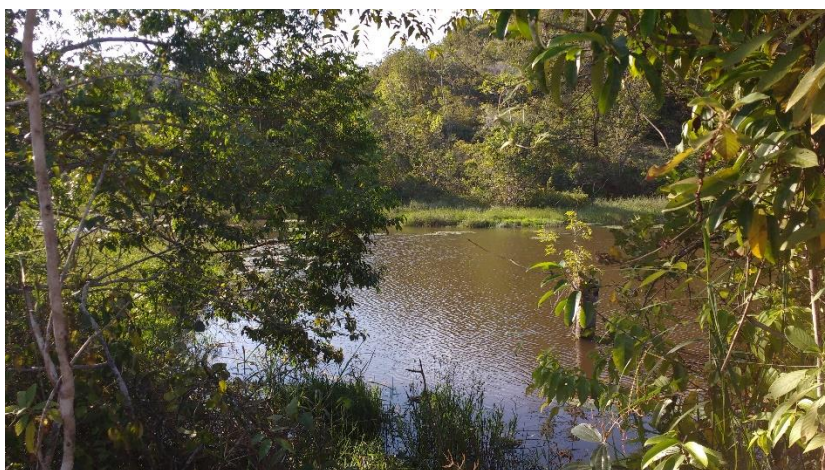


Figura 25. Mata ciliar mantida e conservada no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo da Autora

Os dados referentes à dimensão ambiental, com foco na agroecologia, permitiram refletir alguns pontos fundamentais na literatura. O debate entre socioambientalistas e conservacionistas que aprofundam uma forte discussão, especialmente sobre o direito dessas populações permanecerem e utilizarem, garantindo a manutenção dos recursos dessas áreas, em contraposição à ideia de manter um ecossistema conservado, sem a presença humana (DIEGUES,2004; SANTILLI, 2005; COSTA; MURATA, 2015).

Nesta tese, o impacto ambiental é mínimo, especialmente ao ser comparado com o tempo de Engenho, utilizando uma grande amplitude de áreas para a cana. Faz-se importante mencionar que existem diversos casos em que as populações tradicionais e assentados de Reforma Agrária participam da Gestão das Unidades de Conservação – UCs (SANTILLI, 2005).

O Centro Sabiá, enquanto uma das instituições responsáveis pela gestão do assentamento Amaraji e pela busca da redução de conflitos, integrou um processo participativo junto à população assentada para a socialização dos recursos de infra-estrutura e acesso à

recursos naturais, consolidando conceitos de protagonismo dos agricultores e seus saberes locais, com base na construção do conhecimento agroecológico (Figura 26).



Figura 26. Manejo local de espécies madeireiras nativas e alimentícias no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo da Autora

Soberania e Segurança Alimentar

A maioria das famílias entrevistadas apresentou um índice de Segurança Alimentar satisfatório. Embora ainda se trate de um fator preocupante, o acesso à alimentação saudável obteve um valor de médio impacto no assentamento Amaraji. Para os assentados, os técnicos do Centro Sabiá têm incentivado frequentemente o cultivo e produção de alimentos para o consumo familiar, reforçando a necessidade de produzir suas próprias sementes (Figura 27). No assentamento, os agricultores se preocupam com o resgate e manutenção de sementes crioulas no local, onde alguns especialistas se destacam no manejo da mandioca, de espécies florestais madeireiras e espécies florestais não-madeireiras nativas.



Figura 27. Experiência de trocas de sementes mediada pelo Centro Sabiá, integrante da Rede ATER Nordeste. Fonte: Acervo do Centro Sabiá

No Plano Estratégico, de 3 em 3 anos, o Centro Sabiá seleciona as estratégias dos seus programas institucionais, em três focos principais: o Programa Agrofloresta; a Segurança e Soberania Alimentar; e a Soberania do Agricultor. Todas essas três abordagens perpassam pela noção de autonomia, em especial a alimentar, do agricultor e sua família. Noção esta que também é uma premissa básica de luta no modo de vida dos agricultores familiares.

Embora ainda não esteja plenamente garantida, o acesso à alimentação saudável no assentamento, os agricultores ainda mantêm hábitos que suprem parte dessa dificuldade. Ainda há um costume de estabelecer redes informais, ao fazer trocas de saberes, conhecimentos, informações, manejo, trabalho/mutirões com parentes, pessoas com mais afinidades ou mesmo a vizinhança.

O programa de sementes que se estabelece nos intercâmbios de agricultores e extensionistas realizados pelo Centro Sabiá, com as demais entidades da Rede ATER Nordeste, vem gerando uma forte repercussão para os assentados e estímulo de ampliação do repertório familiar sobre as plantas cultivadas. Paralelamente, as feiras agroecológicas mediadas pelo Centro Sabiá, vêm se destacando na região, com assentados levando seus produtos às feiras nos municípios de Serinhaém, Tamandaré, Rio Formoso, Porto de Galinhas, Barreiro e na região metropolitana de Recife (nos bairros de Casa Forte, Rosarinho, Graças e Ipsep) (Figura 28).



Figura 28. Feira Agroecológica do assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo da Autora

No assentamento, os Programas de Renda Mínima permanecem como importantes instrumentos de enfrentamento da exclusão social e da miséria devido a sua capacidade de redistribuir renda para o combate à pobreza e por garantir acesso aos mínimos sociais, neste caso os mínimos nutricionais necessários à segurança alimentar.

Qualidade de Vida

Os dados referentes à qualidade de vida dos assentados refletem um retrato nacional de boa parte dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, em termos de infraestrutura. Fato este que proporcionou um investimento maior do Governo Federal, de 2004 a 2015, mais voltado para a garantia de infraestrutura básica, social e produtiva, nos assentamentos de reforma agrária já estabelecidos do que, necessariamente, a desapropriação para fins de reforma agrária (tão importante quanto).

Em todos os aspectos há uma grande precariedade geral dos serviços públicos, como bem ressalta o Boletim do Deser sobre as demandas dos assentados no “Grito da Terra”. Neste sentido, as respostas do Governo Federal em relação às reivindicações desses trabalhadores e agricultores rurais são repassadas à responsabilidade dos municípios e dos Estados. Isto significa que muito se depende dos Ministérios responsáveis por cada área e o Governo, atualmente, sofreu um grave corte pela PEC 55 - Teto dos Gastos que congela os investimentos em saúde e educação por 20 anos.

Relação de ATER com Outras Políticas Públicas

Ainda é incipiente o acesso à outras políticas públicas no assentamento Amaraji. No entanto, já há a iniciativa de cerca de 30 agricultores acessarem o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Figura 29).



Figura 29. Horta orgânica a ser entregue ao PAA, no assentamento Amaraji, município de Rio Formoso-PE.

Fonte: Acervo da Autora

Alguns autores realizaram estudos que envolvem a percepção de agricultores e extensionistas a respeito da qualidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural, no Pontal do Paranapanema, demonstrando dados que proporcionaram importantes reflexões.

Norder e Ventura (2017), analisaram a percepção social sobre dois enfoques: serviços de ATER e transição agroecológica em assentamentos rurais, no Paraná e em São Paulo. Nessa pesquisa, as duas regiões apresentaram que, do ponto de vista dos assentados, as ações exclusivamente direcionadas para os processos de transição agroecológica são menos promissoras do que a percepção predominante sobre a qualidade dos serviços de ATER, em geral. Em decorrência desses dados, constatou-se a viabilidade da elaboração de indicadores que associam aspectos de transição agroecológica à extensão rural.

Outro trabalho de maior amplitude foi o desenvolvido por Bergamasco et al. (2015), cujo objeto foi avaliar as ações do governo federal brasileiro relacionadas à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em diversas regiões no país, a partir da implementação e execução da Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural (PNATER).

Na análise de dados, foram considerados os fatores de relevância, eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade da PNATER, averiguados com o levantamento de 1000

questionários aplicados à agricultores familiares e 87 à extensionistas em cinco territórios da cidadania: Alto Jequitinhonha (MG), Cantuquiriguaçu (PR), Pontal do Paranapanema (SP), Sudoeste Paulista (SP), Vale do Ribeira (PR).

De acordo com o Bergamasco et al. (2015), na região do Pontal do Paranapanema, a ATER possui uma forte influência no processo de concepção pedagógica e, especialmente, na organização social e comunitária das regiões. A principal questão encontrada diz respeito aos tópicos que fazem parte de uma escala internacional de dificuldades, como o acesso à terra e à água em decorrência da alta concentração de terra e da escassez da água, especialmente nesse período de grandes alterações climáticas.

De modo geral, as mudanças institucionais, decorrentes de uma nova Política de ATER na tentativa de aderir a um desenvolvimento rural mais sustentável, com justiça social, não garantem que não existam processos antigos inadequados, como o enfoque difusionista que ainda está muito presente nas instituições governamentais de extensão rural, em parte das ONGs e movimentos sociais. Esta realidade vem sendo tratada como um tema de debate e reflexão nos encontros de formação e eventos coletivos da Rede ATER Nordeste.

Finalmente, a reflexão necessária de que é preciso mudar as instituições no processo de inovar tecnologias e, para tanto, as entidades precisam reconhecer, estimular e transmitir os processos sociais de inovação agroecológica que são protagonizados por agricultores(as), como sujeitos políticos deste processo. Por outro lado, as entidades da rede ATER Nordeste devem reforçar as relações de troca e construção de conhecimentos entre os agricultores e o conhecimento acadêmico.

Em relação à PNATER, a Rede ATER Nordeste, representada pelo Centro Sabiá, precisa realizar um balanço crítico próprio, com base na sua experiência prática e trajetória de atuação, no intuito de dar mais visibilidade desse debate com o governo e a sociedade.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição da Rede ATER Nordeste, enquanto Centro Sabiá, para os objetivos da PNATER se dá na participação social de construir junto com as entidades e agricultores, e poder propor mudanças na política para o fortalecimento dos agricultores familiares e das redes locais na construção de conhecimentos agroecológicos. Deste modo, a reflexão de como e em que medida, a Rede se percebe como ator desta política, especialmente, trazendo sistematizada as suas atuações inovadoras em campo é uma forma de gerar subsídios para a práxis desta Política.

A análise dos resultados dos indicadores possibilitou determinar quais dimensões os assentados consideram que recebem um maior apoio na parceria com o Centro Sabiá, em destaque para a Questão Ambiental, com enfoque Agroecológico e a Soberania e Segurança Alimentar. Enquanto os aspectos que são necessários dedicar maiores esforços, se refere a Qualidade de Vida e a Relação de ATER com Outras Políticas Públicas. A construção das metodologias, em termos de concepção pedagógica, utilizada pelo Centro Sabiá foi implementada de forma “Botton Up” (de baixo para cima), através dos extensionistas e agricultores nas constantes trocas de experiências, do nível local ao Nacional.

O Centro Sabiá auxilia na redução de conflitos dos assentados com órgãos ambientais, na medida em que esses agricultores atuam na participação do manejo da biodiversidade, tanto para uso próprio como para a conservação dos recursos florestais. Ao considerar o protagonismo dos agricultores e as práticas/saberes associados à agrobiodiversidade, a Rede ATER Nordeste, sob o Centro Sabiá, fortalece a construção do conhecimento agroecológico no assentamento Amaraji.

Apesar de sua recente formação, a Rede ATER Nordeste demonstrou uma atuação que ultrapassa fronteiras territoriais, ao articular principalmente ações locais às regionais e nacionais, como também internacional. Em especial, ao se articular com as representações de agricultores familiares e movimentos sociais, a Rede ATER Nordeste reforça a premissa desta tese, apresentando um padrão de organização cada vez mais inserido em redes e em articulações com outras redes, incluindo parcerias públicas que possibilitaram novos espaços de participação social para uma atuação mais democrática e, conseqüentemente, viabilizando com mais consistência a implementação da PNATER.

Nesse processo, a rede mantém um importante papel social, ao considerar diferentes concepções e modos de vida na agricultura familiar que requer o respeito às diferenças, da diversidade identitária dos sujeitos, o empoderamento através das articulações em rede, o

reconhecimento de diferentes formas de saberes associados à realidade local, à produção agrícola e não-agrícola, à organização familiar e coletiva e aos recursos naturais. Ainda é válido ressaltar a sua importância especialmente na participação política das organizações em rede.

Outra característica marcante da Rede ATER NE, via Centro Sabiá, é a frequente luta pelos direitos humanos, incluindo direitos trabalhistas e previdenciários, pelo reconhecimento de territórios de populações tradicionais, o papel da mulher na sociedade, pelas condições de produção em assentamentos rurais, acesso à políticas públicas e cidadania.

Ainda referente à PNATER, para transformar as ideias e seus valores referenciais em prática, se faz necessário considerar, cada vez mais, as redes informais de solidariedades já existentes no assentamento Amaraji. A distância entre o discurso e a prática tendem a reduzir quando, de fato, há um espaço para a construção de conhecimentos entre extensionistas e agricultores, para conhecer suas demandas locais, suas formas de organização social e saberes locais para a sua reprodução social.

Se a atuação extensionista deixar de perceber o processo histórico de conflitos da realidade rural e descuidar na busca de novos referenciais para sua atuação, estará à mercê do insucesso. Ao ser reconhecido e se colocar enquanto protagonista do seu próprio processo de produção, os agricultores atuam com um maior grau de participação e consideração diante dos trabalhos em conjunto com os técnicos extensionistas, catalisando a implementação da PNATER.

Os resultados dessa pesquisa contribuirão para avançar na reflexão sobre as Redes institucionalizadas nas ações de ATER, através do estudo de uma rede específica: a Rede ATER Nordeste. Esta pesquisa possibilita priorizar ações e até mesmo reorientá-las para uma finalidade almejada. Neste caso, se trata de uma ferramenta que pode gerar subsídios às tomadas de decisões e no controle social.

A pesquisa mostra que a PNATER foi capaz de ser estabelecida de forma “Botton Up”, de baixo para cima, ao se constituir desde o início através de entidades de ATER que já trabalhavam em parcerias entre si e que, atualmente, formam a Rede ATER Nordeste. Estas organizações se articularam por ter uma forte identidade de atuação na base agroecológica e de tratar o agricultor familiar enquanto sujeito do processo, participando de decisões valiosas no processo social, educativo e produtivo na sua localidade e no âmbito regional, mediado pelos extensionistas.

O próprio Centro Sabiá, entidade que compõe a Rede ATER Nordeste, se articula com outras redes que trazem os debates, dificuldades e propostas de representantes de organizações

de agricultores familiares, movimentos sociais, de base comunitária, acerca de suas condições de vida e, inclusive, de sugestões de melhoria da própria política. Postura essa assumida enquanto Rede ATER Nordeste que favorece a troca de experiências, ao proporcionar um espaço de concertação onde, especialmente extensionistas e pequenos agricultores buscam, na construção do conhecimento agroecológico, enfatizar as preferências culturais, a cultura local, os saberes, os valores e crenças, hábitos, o conhecimento e manejo ecológico local das populações do campo.

Um outro tipo de projeto de país para um desenvolvimento rural que necessita partir, cada vez mais, dos próprios mantenedores da diversidade agrícola, agricultores de base familiar, que garantem grande parte do abastecimento alimentar em áreas rurais, periurbanas e urbanas.

Diante de todo um aparato de base inovadora do Centro Sabiá, do ponto de vista agroecológico, de uma ação extensionista tida localmente como efetivas e estrategicamente eficaz, que preconiza mudanças nos sistemas de produção dos agricultores, visando melhorar sua qualidade de vida, vale ressaltar que no assentamento Amaraji ainda persistem condições de vida muito vulneráveis e desprotegidas. Este fato está diretamente relacionado à trajetória histórica da região, pautada na *commodite* do ciclo penoso da cana-de-açúcar e pelas condições socioeconômicas extremamente baixas do município.

Uma nova articulação extensionista em redes precisa possibilitar melhores condições de vida aos agricultores e superar a pobreza, tendo como base os conhecimentos, técnicas e inovações desenvolvidas empiricamente, ao longo de milhares de anos, e transmitidas por gerações dessas populações: o saber fazer. Em especial, uma extensão bem preparada para mediar esse saber e o protagonismo desses agricultores familiares num processo de desenvolvimento rural, constantemente mais criativo e adaptativo para a sociedade e o ambiente.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. v. 15, n.1., p. 132-52, 1998b.
- _____. A rede, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura. **Revista de Administração Pública**. v. 34, n. 6, 2000.
- ACTIONAID BRASIL. Actionaid 15 anos no Brasil. Relatório Anual, 2014, 27p.
- ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo; Annablume/Fapesp. 2006a.
- ADLER-LOMNITZ, L. **Redes sociales, cultura y poder. Ensayos de antropología latinoamericana**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1994.
- ALTIERI, M.A.; TOLEDO, V.M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies**. v. 38, n. 3, p. 587–612, 2011.
- AMOROZO, M.C.M. 2002. Sistemas agrícolas tradicionais e a conservação da agrobiodiversidade. Resumo de Agricultura tradicional, espaços de Resistência e o prazer de plantar. P. 121-131. In: ALBUQUERQUE, U.P. et al (Orgs.). **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife, Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia.
- ANDRADE, M.C.O. **O Brasil e a questão agrária**. Recife: Universitária UFPE, 2002.
- ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/rio-formoso_pe> Acesso em: 17 jul. 2017.
- ÁVILA, M. L. de; SABOURIN, E. P.; DUARTE, L. M. G.; MASSADIER, G. ATER e desenvolvimento territorial: Uma análise crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 427-448. 2011.
- BACHA, E. **Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 176p.
- BARRETO ML, et al. Saúde da população brasileira: mudanças, superposição de padrões e desigualdades. In: FLEURY S (Org.). **Saúde e Democracia — A Luta do CEBES**. São Paulo: Lemos Editora, p.45-60, 1997.
- BERGAMASCO, S.M.P.P. Extensão Rural: passado e presente no discurso e na prática. In: CORTEZ, L.A.B.; MAGALHÃES, P.S.G. (Coord.). **Introdução à engenharia agrícola**. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, p.353-364. 1992.

- _____. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**. v.11, n.31, 1997.
- BERGAMASCO, S.M.P.P.; FERRANTE, V.L.S.B. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 170-204, 1998.
- BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996. 87p.
- _____. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira margem, 2003. 191p.
- BERGAMASCO, S.M.P.P. et al. **Evaluation of Extension Reforms in Brazil**. Relatório Parcial. IFPRI. 2015.
- BOURDIEU, P. **Las formas de capital**. Lima: Piedra Azul, 1999.
- BRASIL. **Aposentadoria especial para trabalhador rural está assegurada com novas regras**. 2015.
- BRAGA, R. **Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará**. 2 ed. Fortaleza, Fortaleza, Imprensa Oficial, 1960, p. 435.
- BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**. vol.23, n.2, p.331-353, 2006.
- CAILLÉ, A. Entretien avec Alain Caillé: le paradoxe féconde du don. In Pratiques. **Les cahiers de la médecine utopique**, n.8, 2000.
- CALLON, M. **La science et ses réseaux. Gènese et circulation des faits scientifiques**. Paris: La Découverte; Conseil de l'Europe; UNESCO, 1989.
- CALLOU, A.B.F.; BRAGA, B. Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local: uma experiência governamental em Pernambuco, Brasil. **UNIRCOOP**, v. 3, n. 1, p. 177-191, 2005.
- CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos [texto para discussão 621]. Rio de Janeiro: IPEA; 1999.
- CAPORAL, F. R. **La Extensión Agrária del Sector Público ante los desafíos del desarrollo sostenible**: el caso de Rio Grande do Sul. Tesis de Doctorado. Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y de Montes. Córdoba - España, Universidad de Córdoba:1998, 516 p.
- _____. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: 398 p. 2009.

- CARVALHO, M.H.C. Diagnóstico educacional do Rio Formoso: em busca de uma metodologia. **Educação: Teorias e Práticas**. nº 1, p. 37-53, 2001.
- CASTELLS, M.T. A sociology of the network society. In: **Contemporary – A Journal of reviews**. v. 29, n.5, ASA., pg.693-699, 2000.
- CENTRO SABIÁ. Um dos inspiradores do Sabia Kurt visita sede da Ong. Site Centro Sabiá. 2016. Disponível em: <<http://www.centrosabia.org.br/noticia/um-dos-inspiradores-do-sabia-kurt-visita-sede-da-ong>> acesso em: 23/07/2018
- CLEMENTS, J. F.; **The Clements Checklist of Birds of the World**. Cornell: Cornell University Press, 2014.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **2a Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária: Etapa Local**. Brasília: CNM, 2015.60 p.
- CÔRREA, R. L. T; GUIRAUD, L. Possibilidades e limites de histórias de vida por meio de depoimentos orais na história da formação de professores. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 28, p. 671-687, 2009.
- COSTA, L.E.N. et al. Florística e aspectos ecológicos de samambaias em um remanescente de Floresta Atlântica de Terras Baixas (Rio Formoso, Pernambuco, Brasil). **Pesquisas Botânicas**, n. 64, p. 259-271, 2013.
- COSTA, M.B.B. et al. Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015. **Agroecología**, v.10, n. 2, p. 63-75, 2015.
- COSTA, A.C.G.; MURATA, A.T. The socio-environmental problematic in Conservation Units: conflicts and discourses for the use and access to natural resources. **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 1, p. 86-100, 2015.
- CPRH. AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE. **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul de Pernambuco**. Recife: CPRH/GERCO, 2001.
- CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea estado de Pernambuco: diagnóstico do município de Rio Formoso**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
- CUNHA, M.C. da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 13, p. 147-163, 1999.
- DATALUTA. Brasil. Banco de dados da luta pela terra. **Relatório 2015**. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutabrasil.html>> Acesso em: 20 mar. 2017.
- DAVILA, I. Nada de soledades: algunas notas sobre redes sociales entre mujeres. El casco antiguo de Alicante. **Revista del Instituto Alicantino de Cultura**. v. 24, n.23, p.199-208, 1992.

- DELGADO, N. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. **Brasil rural em debate**: coletânea de artigo. Brasília: CONDRAF/NEAD, p. 28-78, 2010.
- DIAS, M.M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ATES”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 499-543, 2004.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ª ed., São Paulo, Hucitec, NUPAUB, USP, 2004.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio: Jorge Zahar, 1994
- EMPERAIRE, L.; ELOY, L. A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro (Amazonas, Brasil)? **Boletim Museu Paranaense Emílio Goeldi** v. 3, n. 2, p.195-211, 2008.
- III ENCONTRO INTERNACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Moção de repúdio ao processo de criação e concepção da ANATER**. 2013.
- FAVARETO, A. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações. **Desenvolvimento em Debate**, v.1, n.2, p.47-63, 2010.
- FAVERO, E; SARRIERA, J.C. Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2009.
- FERNANDES, B.M. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: STROZAKE, J.J. (ORG.) **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo**. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.
- FERRARO, A.R. Alfabetização Rural no Brasil na Perspectiva das Relações Campo-Cidade e de Gênero. **Educação e Realidade** v. 37, n. 3, p. 943-967, 2012.
- FIDEM. FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. **Proteção das áreas estuarinas**. Recife, 1987.
- FIGUEIREDO, R.P. **A Extensão rural no Brasil**. I Simpósio Brasileiro de Extensão Rural, Santa Maria. Palestra, 1981.
- _____. Extensão rural no brasil: novos tempos. **Rev. Bras. de Tecnol.** v. 15, n. 4, p. 19-25, 1984.
- FIGUEIREDO, M.A.B.; TAVARES DE LIMA, J.R.. **Agroecologia. Conceitos e experiências**. Recife: Bagaço, 2006, 254p.

- FLEURY, S.; DUVERNEY, A.M. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- FONSECA, M.T.L.da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.
- FONSÊCA DE CASTRO, M. **Construindo a sustentabilidade dos povos da maré através da co-inovação**. 2014. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, 2014.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93 p.
- GABRIEL, L. **A extensão rural no Brasil**. Rio de Janeiro: ABCAR, p. 7-9, 1970.
- GASTAL, E. **Enfoque de sistemas na programação da pesquisa agropecuária**. IICA, Escritório do Brasil, Unidade de Informação Pública. Rio de Janeiro, 1980.
- GLIESSMAN, S.R. **Understanding the basis of Sustainability for Agriculture in the Tropics: Sustainable Agricultural Systems**. Ankeley, Iowa: Soil and WATER Conservation Society, 1990.
- GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011.
- GRANOVETTER, M. The strenght of weak ties: a network theory revisited. **Sociological Theory**. v.1, p.201-233, 1983.
- GRAZIANO DA SILVA, J.G. da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro : Zahar, p. 29-30, 1981.
- _____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 1999.
- _____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária In: STEDILE, J.P (Org.) **A questão agrária no Brasil**. O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, p. 163-170. 2013.
- GUSTAFSON, D. Modelo de extensão nos Estados Unidos. In: **Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar**. Brasília: PNUD, p. 45-53, 1997.
- HALL, P; TAYLOR, R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p.193-224, 2003.
- HAY, C. Constructivist Institutionalism. In: RHODES, R; BINDER, S; ROCKMAN, B. (orgs.) **The Oxford Handbook of Political Institutions**. New York: Oxford University Press, p. 56-74, 2006.

- HESPANHOL, A. N. Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Faz Ciência, Francisco Beltrão**, v. 1, n. 1, p. 38-49, 1997.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010.
- IMMERGUT, E. M., The theoretical core of new institutionalism. **Politics & Society**, v. 26, n.1, p. 5 – 34, 1992, 1998.
- INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo Escolar 2015**. Disponível em: <<http://www.deolhonosplanos.org.br/censo-escolar-2015-confira-os-dados-disponibilizados-pelo-mec-sobre-a-educacao-basica-no-pais/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Alínea, 2009.
- JOLLIVET, M. **Pour une science sociale à travers champs**. Paris: Arguments, 2001.
- JONES, G. E.; GARFORTH, C. The history, development, and future of agricultural extension. In: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P.; SOFRANKO, A. J. (Eds.). **Improving agricultural extension – A reference manual**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1997.
- KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 12, n. 13, p. 55-72, 1990.
- KIRKENDALL, A..J. **Paulo Freire and the Cold War Politics of Literacy**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LAMEPE - Laboratório de Meteorologia de Pernambuco. 2010. Disponível em: <<http://www.itep.br/meteorologia/lamepe/>> Acesso em: 20 dez. 2016.
- LASLETT, P. **A fresh map of life: the emergence of the third age**. Cambridge: Harvard University Press. 1991.
- LATOUR, B. **Reassembling le social: An introduction to Actor-Network-Theor**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, [1947(1978)].
- LEEuwis, C. E A. W.; VAN DEN BAN. **Communication for rural innovation: rethinking rural extension**. Oxford, Blackwell Science. 2004.

- LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: _____ (Org.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEITE, S. P. et al. Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais. **Revista Economia Ensaios**, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2007.
- LIMA, L.D.; MACHADO, C.V.; GERASSI, C.D. O neo-institucionalismo e a análise de políticas de saúde: contribuições para uma reflexão crítica. In: MATTOS, R. A. **caminhos para análise das políticas de saúde**, p.111-137, 2011.
- LINHARES, E.M.V. **Dinâmicas espaciais e resultados socioambientais em assentamentos de reforma agrária**: a espacialização no assentamento estivas em Amaraji – PE. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.
- MACÍAS, A.G. Redes sociales y clusters empresariales. **REDES – revista hispana para el análisis de redes sociales**. v.1, n.6, p.1-20, 2002.
- MANCE, E. **A revolução das redes**. A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. 2.ed.. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARCH, JG; OLSEN JP. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. **Revista Sociologia e Política**, v. 16, n. 31, p. 121-142, 2008.
- MARQUES, EC. Notas críticas à literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos. **BIB**, n. 43, p. 67-102, 1997.
- MARTELETO, R.M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**. v.30, n.1, p.71-81, 2001.
- MARTINS, P.H. As redes sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 40, p. 33-48, 2004.
- MATTEI, L. Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. **RESR**, v. 52, s 1, p. S105-S124, 2014.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, p.185-314, 2003.
- MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004**. Brasília: MDA, 2010.
- MELLUCI, A. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENDRAS, H. **La fin des paysans; suivi d'une réflexion sur La fin des paysans vingt ans après**. Paris, Actes Sud, 1984. 437 p.

- MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- _____. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 01-12, 2017.
- MOLINA, J. L. Análisis de redes y cultura organizativa: una propuesta metodológica. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**. n.71/72, p.249-263, 1995.
- MUSSOI, E.M. Extensão rural: uma contribuição ao seu repensar. Revista Centro de Ciências Rurais, v. 1, n.15, p. 37 – 50, 1985.
- NEUMANN, P.S.; DALBIANCO, V.P.; ZARNOTT, A.V. A política pública de extensão rural em assentamentos da reforma agrária: a construção de um sistema pluralista descentralizado. In: GRISA, K.; SCHNEIDER, S. (Orgs). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. UFRGS, p. 401-425, 2015.
- NEVES, D.P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 13, p. 5-28, 1999.
- NODARI, R.O.; GUERRA, M.P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**. v.29, n.83, 2015.
- NORDER, L.A.C. Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho. 1997. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1997.
- NORDER, L.A.; VENTURA, M.U. Percepção social sobre transição agroecológica e extensão rural em assentamentos no Norte do Paraná e no Pontal do Paranapanema. **Revista Espacios**, v. 38, n. 6, 2017. Pág. 15
- NOZOE, N. Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. **Revista de Economia**, p. 587 – 605. 2006.
- OLIVEIRA, M.M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. v.16, n.2, p.97-134, 1999. Disponível em: <http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v16/cc16n204.pdf> Acesso em: 28 jul. 2017.
- OLIVEIRA, C.A.de. Quintais agroflorestais mulheres redesenham espaços de produção e reprodução no Maranhão. **Agriculturas**, v. 6, n. 4, 2009.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-ONU. Trabalho doméstico não remunerado, 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=Trabalho+dom%C3%A9stico+n%C3%A3o+remunerado+>. Acesso em: 17 jan. 2018.
- PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**. v.3, n.7, 1989.

- PARANHOS, M.G.; SILVEIRA, L.M.; NOUGUEIRA, F. A trajetória da Rede ATER Nordeste: construindo conhecimento agroecológico pelo Nordeste brasileiro. In: **Articulação Nacional de Agroecologia, Construção do Conhecimento Agroecológico: Novos Papéis, Novas Identidades.**, p. 56-70, 2007.
- PATZLAFF, R.G.; PEIXOTO, A.L. A pesquisa em etnobotânica e o retorno do conhecimento sistematizado à comunidade: um assunto complexo. **Rev. História, Ciências, Saúde.** v.16, n.1, p.237-246, 2009.
- PAULILLO, L.F.: **Redes de Poder & Territórios Produtivos.** São Carlos: RIMA/EDUFSCar, p.214, 2000.
- PERONI, N., MARTINS, P.S. Influência da dinâmica agrícola itinerante na geração de diversidade de etnovarietades cultivadas vegetativamente. **Interciência**, v. 25, n. 1, p. 22–29, 2000.
- PETERS, B. Guy. **Institutional theory in political science: the new institutionalism.** Londres: Pinter, Cassell Academic. 1999.
- PETTAN, K.B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências.** 2010. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- PIERSON, P. **Politics in time: history, institutions, and social analysis.** Princeton: Princeton University Press; 2004.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO AMARAJI. **Município de Rio Formoso.** Convênio INCRA/FADURPE. Recife: UFRPE/DLCH, 2004.
- PLOEG, J.D.v.d. Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 7, n. 2, 2010.
- _____. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 376 p.
- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - PNATER. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), **Grupo de Trabalho ATER, 2010, 22p.** Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/Politica%20Nacional%20de%20ater.pdf>. Acesso em: 07 out. 2016.
- PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica.** Oficina do CES: publicação seriada. Coimbra, PT, Universidade de Coimbra, n.271, 2007.
- RAMIREZ, G.M.; SOUZA-ESQUERDO, V.F.; BERGAMASCO, S.M.P.P. **Organização do espaço produtivo no assentamento Sumaré I.** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/973>> Acesso em: 19 abr. 2013.

- RAMOS, M.P.; SCHABBACH, L.M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm.** v. 5, n. 46, p. 1271-294, 2012.
- RAU, V. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 4ª edição, 2017. 425 p.
- RODRIGUES, C. M.. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília**, v.14, n.1, p. 113-154, 1997.
- SÁ, M. A. de. **Dos velhos aos novos coronéis**. Recife: Pimes, 1974.
- SABOURIN, E. Reciprocidade e análise de políticas públicas rurais no Brasil. **Ruris**, v. 6, n. 2, 2012.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica da diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social** (trad. Mouza Benedito). São Paulo: Boitempo, 2007, 128p.
- SANTOS, L.W. dos. A presença da ciência na agricultura de Santa Catarina no final do século XIX. In: ALVES, I.M. e GARCIA, H.M. (Eds.), **VI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. Anais, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência, p. 172 – 177, 1997.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. estado**. v.21, n.1, p.109-130, 2006.
- SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **Espaço e tempo**, n. 32, p. 89- 109, 2012.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v.18, n.51, p. 99-121, 2003.
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE. SDSCJ. Secretaria Executiva de Assistência Social. **Município: Rio Formoso**. 2013. Disponível em: <<https://www.sigas.pe.gov.br/files/03312017113331-recife.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2017.
- SEVILLA GUZMÁN, E. **El marco teórico de la agroecología**. Córdoba. ISEC/Universidad de Córdoba, 1995.
- SILVA, L.O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

- SILVA, G.C. **Relações de poder, trabalho, disputas pelo território e economia solidária no contexto da zona da mata sul de Pernambuco**: um estudo sobre a Usina Catende. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.
- SILVA, M.H. et al. Estrutura sazonal e espacial do microfitoplâncton no estuário tropical do rio Formoso, PE, Brasil. **Acta bot. bras.** v. 23, n. 2, p. 355-368, 2009.
- SKOCPOL, T. Why I am an Historical Institutional. **Polity**, n. 28, p. 103-106, 1995.
- SOUZA, C. Breaking the boundary: pro-poor policies and electoral outcomes in Brazilian sub-national governments. **Regional e Federal Studies**, v. 25, n. 4, p. 347-363, 2015.
- SOUZA-ESQUERDA, V.F.; BERGAMASCO, S.M.P.P.. Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 52, n. 1, p. 205-222, 2014.
- STÉDILE, J.P. **A questão agrária no Brasil**: O debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STEINMO, S. Historical institutionalism. In: DELLA PORTA, D; KEATING, M (Eds) **Approaches and Methods in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 113–138. 2008.
- SWANSON, B.E.; CLAAR J. B. **História e Evolução da Extensão Rural**. No Manual de Referência (FAO). 1991.
- TAQUEDA, C.S.A. **Etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: 213 p., 2009.
- THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. **Annual Review of Political Science**, v. 2, p. 369-404, 1999.
- THELEN, K; STEINMO, S. Historical institutionalism in comparative politics. In: THELEN, K; STEINMO, S; LONGSTRETH, F. (Orgs). **Structuring Politics: historical institutionalism en comparative analysis**. Cambridge University Press, p.1-32. 1992.
- THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 225-254, 2003.
- TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. **La Memoria Biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Barcelona: ICARIA Editorial, 232 p., 2008.
- UNESCO, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos**. Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, Paris, 2014.
- VIEIRA, L.de G.. Extensão Rural. **Cadernos de Extensão Rural**, n 1, 1988.

- WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42-61, 2004.
- WANDERLEY, M.N.B.; CAVALCANTI, J.S.B.; NIEDERLE, P.A. **Participação, território e cidadania**: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora UFPE, 2014, 437 p.
- WANDERLEY, M.N.B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, v. 52, s.1, p. S025-S044, 2014.
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB, 1997. 192 p.

ANEXO 1. Roteiro – Caracterização do Assentamento Amaraji

Pesquisador:				Data:			
I – Caracterização do Assentamento Amaraji							
01- Localidade:							
02- Coordenadas do GPS:							
03- Unidades Domésticas/lotes							
03- Grau de urbanização:				03.1- Distância de centros (urbanos ou pequenas vilas):			
<input type="checkbox"/> pequeno				a)			
<input type="checkbox"/> médio				b)			
<input type="checkbox"/> alto				c)			
<input type="checkbox"/> área urbana				d)			
04- Nº de assentados:							
05- Nº de unidades familiares:							
06- Acesso à localidade:							
07- Principais atividades agrícolas e econômicas da comunidade:							
Atividades	subsistência	intermediário	comercial	Produtos			
Agricultura							
Extrativismo							
Pesca							
Caça							
Criação de animais							
SAF							
Orgânicos							
Outros							
Terceiro setor							
Setor Público							
08- Características gerais do local:							
09- Observações:							

ANEXO 2. Questionário – agricultores do Assentamento Amaraji

**A REDE ATER NORDESTE: PARTICIPAÇÃO E CONFLITOS
DE INTERESSES NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA
POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL (PNATER)**

QUESTIONÁRIO – AGRICULTORES

Relação Rede ATER NE – Assentamento Rural

CONFIDENCIAL

Entrevistador: _____

Nome da Associação/Cooperativa/ONG:

Rede Formal: _____

Rede Informal: _____

Início da entrevista: _____ (horas) Final da entrevista: _____ (horas)

RECIFE

Agosto/2016

1. Perfil do agricultor – caracterização socioeconômica

1.1 - Nome do entrevistado (chefe de família):

1.2 - Número do lote: _____

1.3 – O seu lote possui quantos hectares?

Total: _____

Área de cultivo: _____

Área sem manejo: _____

1.4 - Nome do Bairro rural/Comunidade/Assentamento:

1.5 – Como o Senhor(a) se auto-define?

(A) Assentado

(C) Quilombola

(E) Camponês

(B) Agricultor familiar

(D) Indígena

(F) Outro: _____

1.6 - Onde nasceu/foi criado?

1.7 – Há quanto tempo o Senhor(a) vive no assentamento?

1.8 – Quais foram as motivações que o levaram a viver neste assentamento?

1.9 – O Senhor(a) sabe como se formou este assentamento?

1.10 – O Senhor(a) chegou a viver como acampado(a), antes de se tornar assentado? Se sim, como era a vida neste tempo?

1.11 – Quem são os responsáveis pelos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) aqui no assentamento? Eles são de qual(is) Instituição(ões)?

Não recebe serviços de ATER Não sabe Não respondeu

1.12 - De quanto em quanto tempo o técnico vem visitar o seu assentamento?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Todos os dias | <input type="checkbox"/> a cada dois meses |
| <input type="checkbox"/> duas vezes por semana | <input type="checkbox"/> a cada três meses |
| <input type="checkbox"/> uma vez por semana | <input type="checkbox"/> não se aplica (não recebe ATER) |
| <input type="checkbox"/> duas vezes por mês | <input type="checkbox"/> não sabe |
| (a cada 15 dias) | |
| <input type="checkbox"/> uma vez por mês | |

1.13 - Existem lideranças na família?

1.14 – Quadro familiar* (os que moram no assentamento):

	Nome	Relação com o chefe familiar	Idade (Anos)	Sexo	Escolaridade		Ocupação Principal (Dentro e fora do Lote)	Renda / Mês
					Estuda? Em qual série/curso está?	Se não estuda, até qual série/curso estudou?		
1								
2								
3								
4								
5								
6								
7								
8								
9								
10								
Total da Renda Familiar R\$								

*A Primeira linha é sempre a do entrevistado.

2 Organização social e comunitária

2.1 - Os técnicos que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural aqui no assentamento incentivam vocês a se organizar em grupos, associações, cooperativas, etc?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Sim, sempre ele trabalha
esse assunto | <input type="checkbox"/> Às vezes |
| <input type="checkbox"/> Regularmente | <input type="checkbox"/> Não, nunca |
| <input type="checkbox"/> Quase nunca | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

2.2 - Como você avalia a qualidade deste trabalho de organização social e comunitária?

- | | |
|------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Excelente | <input type="checkbox"/> Ruim |
| <input type="checkbox"/> Muito bom | <input type="checkbox"/> Péssimo |
| <input type="checkbox"/> Bom | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

2.3 - Você acha que o trabalho do técnico tem sido importante para ajudar vocês a se organizarem?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Sim, muito importante | <input type="checkbox"/> Ajuda muito pouco |
| <input type="checkbox"/> Sim, importante | <input type="checkbox"/> Não ajuda em nada |
| <input type="checkbox"/> Ajuda, mas não é tão
importante | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

2.4 - O Senhor(a) ou alguém de sua família participa de alguma associação, cooperativa, sindicato ou conselho?

- | | |
|--|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim, ativamente | <input type="checkbox"/> Não sabe |
| <input type="checkbox"/> Sim, mas não de forma ativa | |
| <input type="checkbox"/> Não | |

2.5 - Se sim, qual e de que forma?

-
- Da direção/coordenação
- Conselho administrativo
- Conselho fiscal
- Prestador de serviços (diarista, linha de processamento/produção, limpeza, contabilidade, etc.)
- Apenas fornecedor
- Cooperado mas não participa

2.6 - O Senhor(a) ou alguém de sua família participa de alguma organização informal? Se sim, qual(is)? (Por ex: grupo de mulheres, jovens, artesanato, cultural, para cuidar de assuntos de saúde, educação, produção, etc.)

-
- Sim, ativamente Não
- Sim, mas não de forma ativa Não sabe

2.7 – Como é a participação de vocês nessas organizações (formais e/ou informais)?

2.8 – Existem outras entidades públicas e ou privadas que prestam serviços no assentamento (prefeitura, estado, universidade, sindicato, ONGs, INCRA, IPA, etc.)? Quais e de que forma?

3. Renda

3.1 – O Senhor(a) acredita que no último ano as ações do técnico de assistência técnica e extensão rural ajudaram na melhoria da renda da família?

- Não ajudaram em nada Ajudaram
 Ajudaram muito pouco Ajudaram bastante
 Ajudaram pouco Não se aplica (não tem ATER)
 Não sabe

3.2 - De que forma estas ações ajudaram na melhoria da renda da família?

De toda a renda da família que proporção vem:

	Nada	Menos da Metade	Metade	Mais da Metade	Toda	Não sabe/ Não respondeu
3.3 Atividades agrícolas?						
3.4 Atividades de agroindustrialização?						
3.5 Artesanato e Turismo?						
3.6 Assalariamento fora?						
3.7 Trabalho informal?						

3.8 – Em sua opinião, como os técnicos de assistência técnica e extensão rural poderiam trabalhar para aumentar a renda das famílias desse assentamento?

4. Qualidade de vida

O Senhor(a) considera que o trabalho do técnico de assistência técnica e extensão rural tem ajudado na melhoria de suas condições de:

	Sim, tem ajudado bastante	Sim, tem ajudado	Ajuda, mas não é tão importante	Ajuda muito pouco	Não ajuda em nada	Não se aplica	Não sabe/ não respondeu
4.1 Moradia (acesso a água, energia elétrica, saneamento, etc.)							
4.2 Saúde (coleta de lixo, posto de saúde, etc.)							
4.3 Educação (nível de escolaridade, curso)							
4.4 Transporte (acesso, carro, ônibus, combe, frequência, etc.)							
4.5 Cultura e Lazer (tradições, rituais, esporte, música, festas, teatro, etc.)							

4.6 - Em sua opinião, como os serviços dos técnicos de assistência técnica e extensão rural poderiam colaborar na melhoria das condições de vida das famílias desse assentamento?

5. Soberania e segurança alimentar – EBIA Proposta reduzida

5.1 - Nos últimos 3 meses o(a) Senhor(a) teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar, receber ou produzir mais comida?

Sim Não Não sabe

5.2 - Nos últimos 3 meses a comida acabou antes que o(a) Senhor(a) tivesse dinheiro para comprar mais?

Sim Não Não sabe

5.3 - Nos últimos 3 meses, o(a) Senhor(a) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

Sim Não Não sabe

5.4 - Nos últimos 3 meses, o(a) Senhor(a) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições, ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?

Sim Não Não sabe

5.5 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?

Sim Não Não sabe

5.6 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?

Sim Não Não sabe

5.7 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar comida

Sim Não Não sabe

5.8 - De todos os alimentos consumidos por sua família, que proporção é produzida dentro da unidade produtiva?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Nada | <input type="checkbox"/> Mais da metade |
| <input type="checkbox"/> Menos da metade | <input type="checkbox"/> Tudo |
| <input type="checkbox"/> Metade | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

5.9 – Os técnicos que prestam serviços de assistência técnica e extensão rural aqui no assentamento incentivam para que vocês produzam alimentos para o consumo da família?

- | | |
|--------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Não, nunca | <input type="checkbox"/> Regularmente |
| <input type="checkbox"/> Quase nunca | <input type="checkbox"/> Sim, ele sempre trabalha nesse assunto |
| <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

5.10 - Os técnicos que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural aqui no assentamento incentivam que vocês produzam a própria semente ou o resgate de sementes crioulas?

- | | |
|--------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Não, nunca | <input type="checkbox"/> Regularmente |
| <input type="checkbox"/> Quase nunca | <input type="checkbox"/> Sim, sempre ele trabalha esse assunto |
| <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

5.11 - O Senhor(a) tem o costume de fazer troca de conhecimentos com parentes, pessoas com mais afinidades, ou a vizinhança nesse assentamento? Como? (troca de saberes, informações, sementes, trabalho/mutirões)

6. Questão ambiental

O Senhor(a) considera que o trabalho do técnico de assistência técnica e extensão rural tem ajudado nas condições de:

Produção sustentável	Sim,tem ajudado bastante	Sim, tem ajudado	Ajuda, mas não é tão importante	Ajuda muito pouco	Não ajuda em nada	Não se aplica	Não sabe/ não respondeu
6.1 melhoria da fertilidade do solo?							
6.2 melhoria da qualidade da água?							
6.3 aumento de animais silvestres e plantas nativas no assentamento?							
6.4 plantio diversificado aliado ou não ao cultivo de árvores da região (SAF, Policultivo)							
6.5 diminuir desgaste do solo, poluição da água, tratamento de resíduos? (Impactos ambientais)							
6.6 uso de práticas alternativas (sem agrotóxico) de controle de pragas e doenças do cultivo e criação?							
6.7 ter um retorno econômico e ser justo com os que trabalham?							

Complementação – enfoque agroecológico

Agroecologia	Sim, tem ajudado bastante	Sim, tem ajudado	Ajuda, mas não é tão importante	Ajuda muito pouco	Não ajuda em nada	Não se aplica	Não sabe/ não respondeu
6.8 reconhecimento de saberes dos agricultores (agrobiodiversidade, saberes socioambientais)							
6.9 manejo alternativo para lidar com pragas, fertilização do solo e saúde dos cultivos, como consórcio, compostagem, húmus, adubo verde, esterco, minhocário, et.?							
6.10 concretizar para a mudança, pouco a pouco, de um manejo com agrotóxico para outro mais sadio ao ambiente, sem agrotóxicos?							
6.11. a necessidade de poder decidir - “ser livre” para plantar/ planejar segundo os interesses da própria família agricultora? (Autonomia)							
6.12 garantir continuidade da criação animal e ou colheitas, com mão-de-obra basicamente familiar (reprodução dos recursos ambientais e sociais)							
6.13 reconhecer e estimular redes de ajuda mútua entre os agricultores, com práticas solidárias de mutirão, trocas e doação de mudas ou sementes, etc? (reciprocidade e dádiva)							
6.13 evitar ter relações de dependência com outros? (autonomia/ independência?)							
6.14 incentivar a luta pelos direitos e reconhecimento de seu trabalho/ produção?(cidadania)							
6.15 tratamento e benefícios repartidos desse tipo de agricultura, de forma justa, das diferentes posições que as pessoas ocupam? (Equidade social)							

Agroecologia	Sim, tem ajudado bastante	Sim, tem ajudado	Ajuda, mas não é tão importante	Ajuda muito pouco	Não ajuda em nada	Não se aplica	Não sabe/ não respondeu
6.16 participação dos agricultores nas decisões de interesse coletivo do assentamento? (Ação social coletiva)							
6.17 reforçar / reconhecer as ideias e práticas sociais na agricultura que buscam cultivar, conservando a natureza? (Princípios e valores de conservação da biodiversidade)							
6.18 auxílio para mediar possíveis conflitos com a legislação ambiental?							

6.19 - Em sua opinião, como os serviços dos técnicos de assistência técnica e extensão rural poderiam colaborar na melhoria das condições ambientais do assentamento?

7. Gênero, geração e etnia

7.1 - Os técnicos que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural aqui no assentamento realizam trabalhos específicos voltados aos jovens e/ou idosos?

- Não, nunca Regularmente
 Quase nunca Sim, sempre
 Às vezes Não se aplica (não tem ATER)
 Não sabe

7.2 - Os técnicos que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural aqui no assentamento, realizam trabalhos específicos para mulheres?

- | | |
|--------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Não, nunca | <input type="checkbox"/> Regularmente |
| <input type="checkbox"/> Quase nunca | <input type="checkbox"/> Sim, sempre |
| <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

7.3 - Os técnicos que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural aqui no assentamento realizam trabalhos específicos para as populações de origens e modo de vida tradicionais no assentamento (remanescentes de quilombos, povos indígenas, pescadores artesanais, etc.)?

- | | |
|--------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Não, nunca | <input type="checkbox"/> Regularmente |
| <input type="checkbox"/> Quase nunca | <input type="checkbox"/> Sim, sempre |
| <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

7.4 - Em sua opinião, como os serviços dos técnicos de assistência técnica e extensão rural poderiam colaborar para uma maior participação das mulheres nas atividades do lote?

7.5 - Em sua opinião, como os serviços dos técnicos de assistência técnica e extensão rural poderiam colaborar para uma maior participação de jovens e idosos nas atividades do lote?

7.6 - Em sua opinião, como os serviços dos técnicos de assistência técnica e extensão rural poderiam colaborar para uma maior participação de populações de origens tradicionais nas atividades do lote?

8. Concepção Pedagógica

8.1 - O Senhor(a) é convidado à participar das decisões sobre quais serão as ações e projetos que o técnico de assistência técnica e extensão rural vai desenvolver no seu assentamento?

- | | |
|--------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Não, nunca | <input type="checkbox"/> Regularmente |
| <input type="checkbox"/> Quase nunca | <input type="checkbox"/> Sim, sempre |
| <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

8.2 - Os técnicos de assistência técnica e extensão rural buscam saber os conhecimentos e preferências que o Senhor(a) têm antes de realizar as atividades no assentamento?

- | | |
|--------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Não, nunca | <input type="checkbox"/> Regularmente |
| <input type="checkbox"/> Quase nunca | <input type="checkbox"/> Sim, sempre |
| <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

8.3 - Os técnicos de assistência técnica e extensão rural utilizam-se de métodos e técnicas participativas em seus trabalhos no assentamento? (compartilham as informações do projeto/programa, contribuem na elaboração do projeto, etc.)

- | | |
|--------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Não, nunca | <input type="checkbox"/> Regularmente |
| <input type="checkbox"/> Quase nunca | <input type="checkbox"/> Sim, sempre |
| <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

8.4 - Quais dessas atividades são realizadas pelos técnicos de assistência técnica e extensão rural?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Orientação técnica individual | <input type="checkbox"/> Oficinas de capacitação |
| <input type="checkbox"/> Dia de campo | <input type="checkbox"/> Projetos para crédito |
| <input type="checkbox"/> Banco de sementes | <input type="checkbox"/> Visitas técnicas |
| <input type="checkbox"/> Assembleias ou reuniões | <input type="checkbox"/> Unidades demonstrativas |
| <input type="checkbox"/> Diagnostico participativo | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| <input type="checkbox"/> Orientação técnica coletiva | <input type="checkbox"/> Não sabe |
| <input type="checkbox"/> Intercâmbio de experiências entre agricultores | |
| <input type="checkbox"/> Outros _____ | |

8.5 - Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a relação técnico-agricultor?

9. Acesso a recursos naturais

9.1 - O Senhor(a) considera que o trabalho do técnico de assistência técnica e extensão rural tem auxiliado para que você tenha sua terra regularizada?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Não preciso desse trabalho | <input type="checkbox"/> Ajuda, mas não é tão importante |
| <input type="checkbox"/> Sim, tem ajudado bastante | <input type="checkbox"/> Ajuda muito pouco |
| <input type="checkbox"/> Sim, tem ajudado | <input type="checkbox"/> Não ajuda em nada |
| | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

9.2 - O Senhor(a) considera que o trabalho do técnico de assistência técnica e extensão rural tem contribuído para que se tenha acesso à água que você necessita?

- () Não preciso desse trabalho () Ajuda, mas não é tão importante
 () Sim, tem ajudado bastante () Ajuda muito pouco
 () Sim, tem ajudado () Não ajuda em nada
 () Não se aplica (não tem ATER) () Não sabe

9.3 – Que tipos de conflitos sobre o uso da terra existem no assentamento? De que forma?

10 - Relação de ATER com outras políticas públicas

10.1 - Você considera que o trabalho do técnico de assistência técnica e extensão rural tem ajudado para que outras políticas públicas sejam acessadas? (PRONAF, PAA, PNAE, PPAIS, Seguro Agrícola, Minha Casa Minha vida, Luz para todos, Bolsa Família)

- () Sim, tem ajudado bastante () Ajuda muito pouco
 () Sim, tem ajudado () Não ajuda em nada
 () Ajuda, mas não é tão importante () Não se aplica (não tem ATER)
 () Não sabe

O Senhor(a) tem acessado, nos últimos três anos o:

	Não sei o que é	Nunca acessei	Já acessei mas não acesso mais	Não posso acessar (Inadimplência)	Acesso todo o ano	Não se aplica (Não tem ATER)	Não sabe/não respondeu
10.2 PAA							
10.3 PNAE							
10.4 PRONAF							

Por que não?

10.5 – Além do Senhor(a) tem mais alguém que tem DAP na casa? (mulher, homem, filho/filha)

10.6 - Em sua opinião, quais foram as principais dificuldades encontradas no Programa?

PAA	PNAE	PRONAF
<input type="checkbox"/> Pagamento	<input type="checkbox"/> Pagamento	<input type="checkbox"/> Burocracia
<input type="checkbox"/> Preço	<input type="checkbox"/> Preço	<input type="checkbox"/> Garantias bancárias
<input type="checkbox"/> Logística	<input type="checkbox"/> Logística	<input type="checkbox"/> Juros
<input type="checkbox"/> Frequência de entrega	<input type="checkbox"/> Frequência de entrega	<input type="checkbox"/> demora na liberação dos recursos
<input type="checkbox"/> Qualidade dos produtos	<input type="checkbox"/> Qualidade dos produtos	<input type="checkbox"/> Dificuldades de pagamento
<input type="checkbox"/> Problema com outros agricultores	<input type="checkbox"/> Problema com outros agricultores	<input type="checkbox"/> Inadimplência
<input type="checkbox"/> Problema com outros atores (gestores)	<input type="checkbox"/> Problema com outros atores (gestores)	<input type="checkbox"/> Outros.
<input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____	<input type="checkbox"/> Outros. Quais? _____	<input type="checkbox"/> Quais? _____

10.7 - Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar o Programa?

PAA:

PNAE:

PRONAF:

11. Recursos tecnológicos e de gestão

11.1 - Os técnicos que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural aqui no assentamento incentivam que vocês realizem registros de gastos, ganhos e investimentos no lote?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Sim, incentivam bastante | <input type="checkbox"/> Incentivam muito pouco |
| <input type="checkbox"/> Sim, incentivam | <input type="checkbox"/> Não incentivam em nada |
| <input type="checkbox"/> Incentivam, mas não é tão importante | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

11.2 - Os técnicos que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural aqui no assentamento incentivam vocês na elaboração e/ou implantação e/ou manutenção de projetos de agroindústria?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Sim, incentivam bastante | <input type="checkbox"/> Incentivam muito pouco 2 |
| <input type="checkbox"/> Sim, incentivam | <input type="checkbox"/> Não incentivam em nada |
| <input type="checkbox"/> Incentivam, mas não é tão importante | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

11.3 - De que forma?

11.4 - Os técnicos que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural aqui no assentamento auxiliam vocês na busca de formas de comercialização da produção?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Sim, incentivam bastante | <input type="checkbox"/> Incentivam muito pouco |
| <input type="checkbox"/> Sim, incentivam | <input type="checkbox"/> Não incentivam em nada |
| <input type="checkbox"/> Incentivam, mas não é tão importante | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

11.5 - De que forma vocês comercializam os seus produtos?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Atravessador/atacadista
(incluindo Ceasa) | <input type="checkbox"/> Direto para indústria fora do
assentamento |
| <input type="checkbox"/> Para supermercado, mercado,
Quitanda e outros varejistas | <input type="checkbox"/> Feiras livres, direto ao consumidor-
Cestas, entregas à domicílio |
| <input type="checkbox"/> Políticas Públicas (PAA,
Merenda escolar, asilo) | <input type="checkbox"/> Outros* |

* De que forma? _____

11.6 - Os produtos que vocês vendem possuem algum selo ou marca que os diferencie de produtos de outros lugares? (Selo orgânico, da agricultura familiar, da reforma agrária, comércio justo)

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Todos os produtos | <input type="checkbox"/> Um produto |
| <input type="checkbox"/> Metade dos produtos | <input type="checkbox"/> Nenhum produto |
| <input type="checkbox"/> Uma pequena parte dos produtos | <input type="checkbox"/> Não sabe ou não respondeu |

11.7 - De um modo geral, como você avalia a qualidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural aqui no assentamento?

- | | |
|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Excelente | <input type="checkbox"/> Ruim |
| <input type="checkbox"/> Muito bom | <input type="checkbox"/> Péssimo |
| <input type="checkbox"/> Bom | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| | <input type="checkbox"/> Não sabe |

11.8 – Caso auxiliem, no que os técnicos mais ajudam?

ANEXO 3. Questionário Extensionistas – Assentamento Amaraji

**A REDE ATER NORDESTE: PARTICIPAÇÃO E
CONFLITOS DE INTERESSES NO PROCESSO DE
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
(PNATER)**

**CADERNO DE QUESTÕES
EXTENSIONISTAS**

Rede Formal: _____

Rede Informal: _____

Início: _____ Final: _____

RECIFE

SETEMBRO/2016

Assentamento: _____

Nome do entrevistado(a): _____

1.1 Qual a empresa de ATER que o senhor(a) trabalha?

1.2 Qual a sua idade?

1.3. Como você se auto-reconhece?

técnico(a) extensionista funcionário(a) público(a)

agricultor(a) camponês(a) agroecólogo(a)

consultor(a) outro(a) _____

1.4 Quantos(as) agricultores(as) estão sob a sua responsabilidade?

1.5 Em sua opinião, quantos(as) agricultores(as) você deveria atender com condições de prestar um serviço de qualidade?

2.1 Você realiza trabalhos em parcerias com redes formais e/ou informais?

Não, nunca Regularmente

Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade

Às vezes

2.2 De que forma você trabalha ou se relaciona com redes formais e/ou informais?

2.3 Você realiza trabalhos para auxiliar os(as) agricultores(as) a se organizarem em grupos formais e/ou informais?

- Não, nunca Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

2.4 De que forma você realiza trabalhos para auxiliar os(as) agricultores(as) a se organizarem em grupos formais e/ou informais?

2.5 A instituição em que você trabalha incentiva que você realize trabalhos de organização social e comunitária?

- Não Sim, porém não é uma prioridade
 Muito Pouco Bastante, isso é uma prioridade
 Pouco

2.6 De que forma instituição em que você trabalha incentiva que você realize trabalhos de organização social e comunitária?

3.1 Você realiza trabalhos de incentivo à agroindustrialização?

- Não, nunca Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

4.4 De que forma você realiza trabalhos que auxiliam na melhoria das condições de saúde dos(as) agricultores(as) assistidos?

4.5 Você realiza trabalhos que auxiliam na melhoria das condições de educação dos(as) agricultores(as) assistidos?

- Não, nunca Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

4.6 De que forma você realiza trabalhos que auxiliam na melhoria das condições de educação

4.7 Você realiza trabalhos que auxiliam na melhoria das condições de cultura e lazer dos(as) agricultores(as) assistidos?

- Não, nunca Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

4.8 De que forma você realiza trabalhos que auxiliam na melhoria das condições de cultura e lazer dos(as) agricultores(as) assistidos?

4.9 Você realiza trabalhos que auxiliam na melhoria das condições de transporte dos(as) agricultores(as) assistidos?

- Não, nunca Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

4.10 De que forma você realiza trabalhos que auxiliam na melhoria das condições de transporte dos(as) agricultores(as) assistidos?

4.11 De que forma a Instituição em que você trabalha incentiva para que você realize trabalhos que auxiliam na melhoria das condições de transporte dos(as) agricultores(as) assistidos?

5.1 Você realiza trabalhos que incentivam a produção de alimentos para o próprio consumo dos(as) agricultores(as)?

- Não, nunca Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

5.2 De que forma você realiza trabalhos que incentivam a produção de alimentos para o próprio consumo dos(as) agricultores(as) assistidos?

5.3 De que forma a Instituição em que você trabalha dá condições para que você realize trabalhos que incentivam a produção de alimentos para o próprio consumo dos(as) agricultores(as) assistidos?

5.4 Você realiza trabalhos que incentivam os(as) agricultores(as) a produzirem suas próprias sementes ou o resgate de sementes crioulas?

- Não, nunca Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

5.5 De que forma você realiza trabalhos que incentivam os(as) agricultores(as) a produzirem suas próprias sementes ou o resgate de sementes crioulas?

5.6 De que forma a Instituição em que você trabalha dá condições para que você realize trabalhos que incentivem os(as) agricultores(as) a produzirem suas próprias sementes ou o resgate de sementes crioulas?

6.1 Você realiza trabalhos para auxiliar os(as) agricultores(as) na melhoria da qualidade do solo?

- Não, nunca Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

6.2 De que forma você realiza trabalhos para auxiliar os(as) agricultores(as) na melhoria da qualidade do solo?

6.3 Você realiza trabalhos para auxiliar os(as) agricultores(as) na melhoria da qualidade da água?

- Não, nunca Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

6.4 De que forma você realiza trabalhos para auxiliar os(as) agricultores(as) na melhoria da qualidade da água?

6.5 Você realiza trabalhos que buscam contribuir para o aumento da biodiversidade das comunidades atendidas?

- Não, nunca Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

6.6 De que forma você realiza trabalhos que buscam contribuir para o aumento da biodiversidade das comunidades atendidas?

6.7 Você realiza trabalhos para auxiliar os(as) agricultores(as) a adotarem sistemas de produção mais sustentáveis?

- Não, isso não é foco do meu trabalho Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

6.8 De que forma você realiza trabalhos para auxiliar os(as) agricultores a adotarem sistemas de produção mais sustentáveis?

6.9 De que forma a instituição que você trabalha incentiva que você realize trabalhos para auxiliar os(as) agricultores(as) a adotarem sistemas de produção mais sustentáveis?

6.10 Você realiza trabalhos que incentivam a Agroecologia?

- Não sei o que é Agroecologia Às vezes
 Não, isso não é foco do meu trabalho Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade

6.11 De que forma você realiza trabalhos que incentivam a Agroecologia?

6.12 De que forma a instituição que você trabalha incentiva que você realize trabalhos que voltados à Agroecologia?

6.13 Você realiza trabalhos para auxiliar os(as) agricultores(as) a cumprir a legislação ambiental?

- Não, isso não é foco do meu trabalho Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

6.14 De que forma você realiza trabalhos para auxiliar os(as) agricultores(as) a cumprir a legislação ambiental?

6.15 De que forma a instituição que você trabalha incentiva que você realize trabalhos para auxiliar os(as) agricultores(as) a cumprir a legislação ambiental?

7.1 Você realiza trabalhos específicos voltados aos jovens e/ou idosos?

- Não, isso não é foco do meu trabalho Regularmente
 Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

7.2 De que forma você realiza trabalhos específicos voltados aos jovens e/ou idosos?

7.3 Você realiza trabalhos específicos voltados às mulheres?

- Não, nunca Regularmente
 Raramente Sempre, isso é uma prioridade
 Às vezes

7.4 De que forma você realiza trabalhos específicos voltados às mulheres?

7.5 De que forma a Instituição que você trabalha incentiva que você realize trabalhos específicos voltados às mulheres?

8.1 Quem define quais serão as ações e projetos que os técnicos de assistência técnica e extensão rural irão trabalhar?

- Orientação técnica individual Os extensionistas seguindo as diretrizes da empresa de ATER
- Orientação técnica coletiva São impostos pela empresa de ATER
- Os extensionistas São impostos pelo INCRA
- Não sabe

8.2 Você costuma utilizar métodos e técnicas participativas?

- Não Regularmente
- Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
- Às vezes

8.3 De que forma você costuma utilizar métodos e técnicas participativas?

8.4 Quais dessas atividades você desenvolve nas comunidades atendidas por você?

(marcar quantas necessárias)

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Orientação técnica individual | <input type="checkbox"/> Orientação técnica coletiva |
| <input type="checkbox"/> Dia de campo | <input type="checkbox"/> Oficinas de capacitação |
| <input type="checkbox"/> Banco de sementes | <input type="checkbox"/> Projetos para crédito |
| <input type="checkbox"/> Assembleias ou reuniões | <input type="checkbox"/> Visitas técnicas |
| <input type="checkbox"/> Diagnostico participativo | <input type="checkbox"/> Unidades demonstrativas |
| <input type="checkbox"/> Intercâmbio | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |
| <input type="checkbox"/> Outros _____ | |

8.5 Em sua opinião, o que poderia ser feito para que você utilizasse mais técnicas participativas em suas atividades de ATER?

8.6 Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a relação técnico-agricultor?

9.1 Você dedica seu tempo para auxiliar os(as) agricultores(as) na regularização fundiária?

- Não, isso não é foco do meu trabalho Regularmente
- Quase nunca Sempre, isso é uma prioridade
- Às vezes

9.2 De que forma você dedica seu tempo para auxiliar os(as) agricultores(as) na regularização fundiária?

10.2 Como você considera o acesso ao PRONAF nas comunidades que você atende?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Nenhum agricultor acessa o PRONAF | <input type="checkbox"/> A maioria dos agricultores acessam o PRONAF |
| <input type="checkbox"/> Poucos agricultores acessam o PRONAF | <input type="checkbox"/> Todos os agricultores que precisam e/ou desejam acessam o PRONAF |
| <input type="checkbox"/> Pelo menos metade dos agricultores acessam o PRONAF | <input type="checkbox"/> Não sabe/ não soube responder |

10.3 Como você considera o acesso ao PAA nas comunidades que você atende?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Nenhum agricultor acessa o PAA | <input type="checkbox"/> A maioria dos agricultores acessam o PAA |
| <input type="checkbox"/> Poucos agricultores acessam o PAA | <input type="checkbox"/> Todos os agricultores que precisam e/ou desejam acessam o PAA |
| <input type="checkbox"/> Pelo menos metade dos agricultores acessam o PAA | <input type="checkbox"/> Não sabe/ não soube responder |

10.4 Como você considera o acesso ao PNAE nas comunidades que você atende?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Nenhum agricultor acessa o PNAE | <input type="checkbox"/> A maioria dos agricultores acessam o PNAE |
| <input type="checkbox"/> Poucos agricultores acessam o PNAE | <input type="checkbox"/> Todos os agricultores que precisam e/ou desejam acessam o PNAE |
| <input type="checkbox"/> Pelo menos metade dos agricultores acessam o PNAE | <input type="checkbox"/> Não sabe/ não soube responder |

11.1 Você realiza trabalhos para auxiliar os agricultores no controle financeiro de suas atividades?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Não, isso não é foco do meu trabalho | <input type="checkbox"/> Regularmente |
| <input type="checkbox"/> Quase nunca | <input type="checkbox"/> Sempre, isso é uma prioridade |
| <input type="checkbox"/> Às vezes | |

11.2 Você realiza trabalhos dirigidos para aprimorar os processos de comercialização dos(as) agricultores(as) atendidos?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Não, isso não é foco do meu trabalho | <input type="checkbox"/> Regularmente |
| <input type="checkbox"/> Quase nunca | <input type="checkbox"/> Sempre, isso é uma prioridade |
| <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Não sabe/ não soube responder |

11.3 Você realiza trabalhos dirigidos para o beneficiamento ou agregação de valor da produção nas comunidades atendidas?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Não, isso não é foco do meu trabalho | <input type="checkbox"/> Regularmente |
| <input type="checkbox"/> Quase nunca | <input type="checkbox"/> Sempre, isso é uma prioridade |
| <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Não sabe/ não soube responder |

11.4 Você incentiva trabalhos dirigidos para a elaboração e/ou implantação e/ou manutenção de projetos de agroindústria?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Sim, incentivo bastante | <input type="checkbox"/> Incentivo muito pouco |
| <input type="checkbox"/> Sim, incentivo | <input type="checkbox"/> Não incentivo em nada |
| <input type="checkbox"/> Incentivo, mas não é tão importante | <input type="checkbox"/> Não se aplica (não tem ATER) |

12.1 Há quantos anos o senhor(a) atua como profissional de ATER?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Menos de 3 anos | <input type="checkbox"/> Entre 10 e 15 anos |
| <input type="checkbox"/> Entre 3 e 6 anos | <input type="checkbox"/> Acima de 15 anos |
| <input type="checkbox"/> Entre 6 e 10 anos | |

12.2 Há quantos anos os senhor(a) trabalha para esta empresa de ATER?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Menos de 3 anos | <input type="checkbox"/> Entre 10 e 15 anos |
| <input type="checkbox"/> Entre 3 e 6 anos | <input type="checkbox"/> Acima de 15 anos |
| <input type="checkbox"/> Entre 6 e 10 anos | |

12.3 Você considera que a sua instituição valoriza o seu trabalho?

- Não Sim, mas poderia ser melhor
 Pouco Sim, o meu trabalho é bastante valorizado
 Razoavelmente

12.4 De que forma você considera que a sua instituição valoriza o seu trabalho?

12.5 Você considera que a sua instituição oferece condições adequadas para que você realize um trabalho de qualidade?

- Não Sim, as condições são adequadas
 Sim, mas poderia ser muito melhor Sim, as condições são as ideais
 Sim, mas poderia ser melhor

12.6 De que forma você considera que a sua instituição oferece condições adequadas para que você realize um trabalho de qualidade?

12.7 A sua instituição oferece um Plano de Carreira, Cargos e Salários?

- Não Sim, o Plano de Carreira, Cargos e Salários é bom
 Sim, mas poderia ser muito melhor Sim, o Plano de Carreira, Cargos e Salários é muito bom.
 Sim, mas poderia ser melhor

12.8 Você considera que o seu salário é adequado ao trabalho que você realiza?

- Não Sim, o salário é adequado.
- Sim, mas poderia ser muito melhor Sim, estou plenamente satisfeito com o meu salário
- Sim, mas poderia ser melhor

12.9 Qual o seu nível salarial?

- Menos de R\$ 1.000,00
- R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00
- R\$ 2.000,00 a 3.000,00
- R\$ 3.000,00 a R\$4.000,00
- Mais de R\$4.000,00

12.10 A sua instituição oferece oportunidades de formação e capacitação?

- Não Sim, estou satisfeito com as oportunidades oferecidas, mas poderia haver mais investimentos nessa área.
- Sim, mas são muito poucas Sim, estou plenamente satisfeito com as oportunidades oferecidas.
- Sim, mas são poucas

12.11 Na sua opinião, o que a Instituição poderia fazer para melhorar?

ANEXO 4. Roteiro – Gestores da Instituição que compõe a Rede ATER Nordeste

**A REDE ATER NORDESTE: PARTICIPAÇÃO E
CONFLITOS DE INTERESSES NO PROCESSO DE
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
(PNATER)**

Roteiro – Gestores da Instituição

Relação Instituição – Assentamento rural

Data: _____

Nome da Associação/Cooperativa/ONG

CAMPINAS

2016

GESTOR da Instituição

1. Nome do entrevistado: _____

2. Sexo: () M () F

3. Idade: _____

4. Nível de escolaridade:

() Sem escolaridade

Completo

() Primário () Secundário

() Técnico () Superior

() Pós-graduação

Incompleto

() Primário () Secundário

() Técnico () Superior

() Pós-graduação

Obs - Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado): qual curso e ano de conclusão?

Perfil da Instituição

7. Qual foi o primeiro fato que impulsionou a formação da Instituição?

8. Há alguma história que conte a origem da Instituição?

9. Há quanto tempo a Instituição existe? Há quanto tempo o Senhor(a) faz parte da Instituição?

10. Quais foram as motivações que o(a) levaram a fazer parte da Instituição?

11. O que a Instituição representa para o Senhor(a)?

Objetivos da Instituição

12. Qual é a missão da Instituição?

13. Quais são os princípios e as diretrizes mais amplos da Instituição?

14. Quais são os princípios e as diretrizes específicos que regem suas ações?

Estrutura e função da Instituição

15. Como a Instituição está desenhada, como foi constituída?

16. Como se estabeleceram suas funções?

17. Há uma hierarquia na gestão da Instituição? Se sim, existe uma pessoa responsável pela direção/Instituição?

18. Quem são os responsáveis diretos e indiretos da Instituição?

19. Há quantos gestores e técnicos na Instituição? E em que locais eles trabalham?

20. Quais são as principais ações da Instituição? Como funcionam?

21. Quais são as condições atuais da Instituição?

22. Como era a formação da Instituição, antes e depois da PNATER, de acordo com a sua origem?

23. Como o Senhor(a) relata o percurso histórico (linha histórica) de formação da Instituição?

Financiamento

24. De onde vem os recursos da Instituição?

25. Os recursos estão fluindo bem?

26. Como está a implementação?

27. Quais foram os principais acertos e dificuldades do acesso aos recursos financeiros?

28. Como os obstáculos foram encarados?

29. Como as chamadas públicas/convênios/projetos, relacionados à Rede, refletem as mudanças preconizadas pelos princípios da PNATER no Assentamento Amaraji?

Parcerias

30. Quem são os parceiros, entidades e redes (governamentais ou não), que se articulam com a Instituição no meio rural e urbano?

31. Quais são os tipos de parcerias?

32. De que forma se estabeleceram essas articulações?

33. Quais são as organizações (formal ou informal) que são atendidas pela Instituição?

34. Como são as relações entre as organizações que estão sob a orientação da Instituição?

Políticas Públicas

35. Como a Instituição se articulava com as Políticas Públicas?

36. Quais Políticas Públicas foram implementadas no Assentamento Amaraji, nos últimos 3 anos?

37. Quais foram os principais êxitos e dificuldades encontrados?

38. Como essas dificuldades foram superadas?

39. Como é a relação com outras políticas?

Assentamento Amaraji

40. Qual o papel que a Instituição desempenha no Assentamento Amaraji?

41. Quem da Instituição desenvolve um trabalho ou tem presença no Assentamento Amaraji?

42. Além da Instituição, quais são os atores sociais que trabalham no Assentamento Amaraji?

43. Quais as principais mudanças que ocorreram no assentamento Amaraji, desde a criação da Instituição até hoje?

Metodologia

44. Como o Senhor(a) descreve o processo pedagógico implementado pela Instituição? Em que a Instituição se fundamenta?

45. Quais são as fontes que o Senhor(a) se baseia?

46. A Instituição faz algum tipo de exigência metodológica para seus técnicos?

47. Qual a relação da PNATER com o processo metodológico adotado pela Instituição?

48. De que forma as metodologias possuem convergência com a Questão Agroecológica?

49. Como as experiências das chamadas públicas interagem com a Questão Agroecológica?

Crise institucional

50. Como você analisa o impacto da extinção do MDA nas ações da Instituição?

51. A legislação garante a continuidade da Instituição?

52. De que forma a Instituição poderia se reorganizar e manter sua capacidade de resiliência em manter suas atuações, diante da atual crise institucional?

53. Quais são as condições atuais da Rede?

ANEXO 5. Roteiro – Gestores da Rede ATER Nordeste

**A REDE ATER NORDESTE: PARTICIPAÇÃO E
CONFLITOS DE INTERESSES NO PROCESSO DE
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
(PNATER)**

Roteiro – Gestores da Rede

Relação Rede ATER NE – Assentamento rural

Data: _____

Nome da Associação/Cooperativa/ONG

CAMPINAS

2016

GESTOR da Rede ATER Nordeste

1. Nome do entrevistado: _____

2. Sexo: () M () F

3. Idade: _____

4. Nível de escolaridade:

() Sem escolaridade

Completo

() Primário () Secundário

() Técnico () Superior

() Pós-graduação

Incompleto

() Primário () Secundário

() Técnico () Superior

() Pós-graduação

Obs - Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado): qual curso e ano de conclusão?

5. Onde nasceu/foi criado?

6. Onde vive atualmente?

Perfil da Rede ATER Nordeste

7. Qual foi o primeiro fato que impulsionou a formação da Rede ATER Nordeste?

8. Há alguma história que conte a origem da Rede ATER Nordeste?

9. Há quanto tempo a Rede existe? Há quanto tempo o Senhor(a) faz parte da Rede?

10. Quais foram as motivações que o(a) levaram a fazer parte da Rede?

11. O que a Rede representa para o Senhor(a)?

Objetivos da Rede

12. Qual é a missão da Rede?

13. Quais são os princípios e as diretrizes mais amplos da Rede?

14. Quais são os princípios e as diretrizes específicos que regem suas ações?

Estrutura e função da Rede

15. Como a Rede está desenhada, como foi constituída?

16. Quais são as entidades/organizações (formal ou informal) que compõem a Rede?

17. Como se estabeleceram suas funções?

18. Há uma hierarquia na gestão da Rede? Se sim, existe uma pessoa responsável pela direção da Rede?

19. Quem são os responsáveis diretos e indiretos da Rede?

20. Como são as relações entre as entidades que constituem a Rede?

21. Há quantos gestores e técnicos na Rede? E em que locais os gestores e os técnicos trabalham?

22. Quais são as principais ações da Rede? Como funcionam?

23. Como era a formação da Rede, antes e depois da PNATER, de acordo com a sua origem?

24. Como o Senhor(a) relata o percurso histórico (linha histórica) de formação da Rede?

Financiamento

25. De onde vem os recursos da Rede?

26. Os recursos estão fluindo bem?

27. Como está a implementação?

28. Quais foram os principais acertos e dificuldades do acesso aos recursos financeiros?

29. Como os obstáculos foram encarados?

30. Como as chamadas públicas/convênios/projetos, relacionados à Rede, refletem as mudanças preconizadas pelos princípios da PNATER no Assentamento Amaraji?

Parcerias

31. Quem são os parceiros, entidades e redes (governamentais ou não), que se articulam com a Rede ATER NE no meio rural e urbano?

32. Quais são os tipos de parcerias?

33. De que forma se estabeleceram essas articulações?

34. Quais são as organizações (formal ou informal) que são atendidas pela Rede?

35. Como são as relações entre as organizações que estão sob a orientação da Rede?

Políticas Públicas

36. Como a Rede se articulava com as Políticas Públicas?

37. Quais Políticas Públicas foram implementadas no Assentamento Amaraji, nos últimos 3 anos?

38. Quais foram os principais êxitos e dificuldades encontrados?

39. Como essas dificuldades foram superadas?

40. Como é a relação com outras políticas?

Assentamento Amaraji

41. Qual o papel que a Rede desempenha no Assentamento Amaraji?

42. Quem da Rede desenvolve um trabalho ou tem presença no Assentamento Amaraji?
(resposta - Sabiá)

43. Além da Rede, quais são os atores sociais que trabalham no Assentamento Amaraji?

44. Quais as principais mudanças que ocorreram no assentamento Amaraji, desde a criação da Rede até hoje?

Metodologia

45. Como o Senhor(a) descreve o processo pedagógico implementado pela Rede? Em que a Rede se fundamenta?

46. Quais são as fontes que o Senhor(a) se baseia?

47. A Rede faz algum tipo de exigência metodológica para seus técnicos?

48. Qual a relação da PNATER com o processo metodológico adotado pela Rede?

49. De que forma as metodologias possuem convergência com a Questão Agroecológica?

50. Como as experiências das chamadas públicas interagem com a Questão Agroecológica?

Crise institucional

51. Como você analisa o impacto da extinção do MDA nas ações da Rede?

52. A legislação garante a continuidade da Rede?

53. De que forma a Rede poderia se reorganizar e manter sua capacidade de resiliência nas atuações, diante da atual crise institucional?

54. Quais são as condições atuais da Rede?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PROJETO: “A REDE ATER NORDESTE: PARTICIPAÇÃO E CONFLITOS DE INTERESSES NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)”

DOCTORANDA: Marina de Sá Costa Lima **ORIENTAÇÃO:** Dra. Sonia Bergamasco

APRESENTAÇÃO - O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário (a) desta pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tem como objetivo garantir seus direitos como participante. As duas vias impressas servem para que uma fique com o(a) Senhor(a), contendo as informações necessárias, e outra com a pesquisadora. Por Favor, leia com atenção aproveitando para esclarecer suas dúvidas com a pesquisadora, antes ou mesmo depois de assiná-lo. Se não quiser participar ou cancelar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum empecilho, penalização ou prejuízo.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS- As Políticas Públicas de desenvolvimento rural têm um papel importante junto aos agricultores familiares, grupo social que detém uma forte repercussão na produção de alimentos para o campo e a cidade. No decorrer da história brasileira, os modelos de políticas públicas para o meio rural se detiveram apenas no poder dos grandes proprietários da agroexportação e, ao mesmo tempo, este poder político-econômico bloqueia modelos da agricultura familiar, transformando-a num setor pressionado e sem apoio institucional para desenvolver suas habilidades. Com a reformulação do estado democrático e o reconhecimento da Agricultura Familiar como uma categoria política, conquistas foram surgindo e, somente na década de 2003, surge a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. A implementação desta política permitiu o estabelecimento de redes de extensão rural para fortalecer o acúmulo e experiências, no âmbito da agricultura familiar e agroecologia, das entidades que prestam serviços de ATER. Neste sentido, o presente projeto tem como objetivo analisar a Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural do Nordeste (Rede ATER Nordeste), por meio da análise da eficiência e da coesão social de suas atuações no Assentamento Amaraji, inserido no município de Rio Formoso, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Os resultados dessa pesquisa visam contribuir para avançar na reflexão sobre o papel das Redes de Ater para um diálogo estabelecido entre o governo brasileiro junto a essas entidades, reconhecendo o agricultor familiar como um sujeito social fundamental no processo de desenvolvimento rural sustentável.

PROCEDIMENTOS – O (a) Senhor(a) participará da presente pesquisa por meio de um formulário, com entrevista semi-estruturada (perfil socioeconômico; produção agrícola; recebe ou não ATER; Políticas Públicas, questão ambiental; processo pedagógico). A duração média é de uma hora e, se permitido, será gravada e transcrita. O áudio será armazenado digitalmente em arquivo de computador e será usado apenas para este projeto. O local para a realização da entrevista será em sua residência e/ou local de comercialização no intuito de proporcionar um maior conforto e segurança para o(a) Senhor(a), além de minimizar seu desprendimento de tempo e energia. O(a) Senhor(a) poderá interromper a entrevista à qualquer momento para esclarecer dúvidas ou mesmo desistir de participar da mesma, sem necessidade de justificativa. Nesse caso, a sua desistência não trará danos para o(a) Senhor(a), para mim, ou mesmo, para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

DESCONFORTO E RISCOS – O(a) Senhor(a) precisará dispor de tempo para responder ao formulário e ou poderá se sentir desconfortável com algum questionamento.

BENEFÍCIOS – O(a) Senhor(a) e seu assentamento serão beneficiados indiretamente (não haverá benefícios diretos) pela produção científica desta pesquisa, representando um importante registro documental do histórico deste assentamento, bem como proporcionando elementos para a compreensão da organização social e da produção agrícola dos agricultores e da formação de extensionistas que podem trabalhar numa perspectiva agroecológica.

SIGILO E PRIVACIDADE – As informações serão compartilhadas apenas com os responsáveis pela realização da pesquisa e mais ninguém. Além disso, sua identidade será totalmente preservada. Os dados serão divulgados apenas para fins acadêmicos e **nenhum nome, endereço ou quaisquer informações pessoais aparecerão nos resultados.**

RESSARCIMENTO – Cabe mencionar que não existem quaisquer objetivos financeiros para os pesquisadores e que também não haverá nenhum tipo de retorno financeiro ou ressarcimento para o(a) Senhor(a). Em caso de ocorrências de quaisquer danos decorrentes desta pesquisa, o(a) Senhor(a) tem o direito à indenização.

CONTATO – Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato com qualquer um dos pesquisadores: Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Dra. Maria Angela Fagnani e doutoranda Marina de Sá Costa Lima, através do telefone (19) 3521-1066 ou o endereço Avenida Cândido Rondon, nº 501, sala 07, Prédio I – FEAGRI/UNICAMP, Cidade Universitária. CEP: 13083875, Campinas-SP, Brasil. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você pode entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNICAMP, das 08h30 às 13h30 e das 13h00 às 17h00 na Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126; CEP: 13083-887, Campinas-SP; telefone (19) 3521-8936; fax (19) 3521-7187; email: cep@fcm.unicamp.br

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante: _____

Data: ____ / ____ / _____

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu responsável LEGAL)

RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR – Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo informante.

Data: ____ / ____ / _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PROJETO: “A REDE ATER NORDESTE: PARTICIPAÇÃO E CONFLITOS DE INTERESSES NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)”

DOCTORANDA: Marina de Sá Costa Lima **ORIENTAÇÃO:** Dra. Sonia Bergamasco

APRESENTAÇÃO - O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário (a) desta pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tem como objetivo garantir seus direitos como participante. As duas vias impressas servem para que uma fique com o(a) Senhor(a), contendo as informações necessárias, e outra com a pesquisadora. Por Favor, leia com atenção aproveitando para esclarecer suas dúvidas com a pesquisadora, antes ou mesmo depois de assiná-lo. Se não quiser participar ou cancelar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum empecilho, penalização ou prejuízo.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS- As Políticas Públicas de desenvolvimento rural têm um papel importante junto aos agricultores familiares, grupo social que detém uma forte repercussão na produção de alimentos para o campo e a cidade. No decorrer da história brasileira, os modelos de políticas públicas para o meio rural se detiveram apenas no poder dos grandes proprietários da agroexportação e, ao mesmo tempo, este poder político-econômico bloqueia modelos da agricultura familiar, transformando-a num setor pressionado e sem apoio institucional para desenvolver suas habilidades. Com a reformulação do estado democrático e o reconhecimento da Agricultura Familiar como uma categoria política, conquistas foram surgindo e, somente na década de 2003, surge a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. A implementação desta política permitiu o estabelecimento de redes de extensão rural para fortalecer o acúmulo e experiências, no âmbito da agricultura familiar e agroecologia, das entidades que prestam serviços de ATER. Neste sentido, o presente projeto tem como objetivo analisar a Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural do Nordeste (Rede ATER Nordeste), por meio da análise da eficiência e da coesão social de suas atuações no Assentamento Amaraji, inserido no município de Rio Formoso, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Os resultados dessa pesquisa visam contribuir para avançar na reflexão sobre o papel das Redes de Ater para um diálogo estabelecido entre o governo brasileiro junto a essas entidades, reconhecendo o agricultor familiar como um sujeito social fundamental no processo de desenvolvimento rural sustentável.

PROCEDIMENTOS – O (a) Senhor(a) participará da presente pesquisa por meio de um formulário, com entrevista semi-estruturada (perfil socioeconômico; formação de ATER; Políticas Públicas, questão ambiental; processo pedagógico; agroecologia). A duração média é de uma hora e, se permitido, será gravada e transcrita. O áudio será armazenado digitalmente em arquivo de computador e será usado apenas para este projeto. O local para a realização da entrevista será em sua residência e/ou local de comercialização no intuito de proporcionar um maior conforto e segurança para o(a) Senhor(a), além de minimizar seu desprendimento de tempo e energia. O(a) Senhor(a) poderá interromper a entrevista à qualquer momento para esclarecer dúvidas ou mesmo desistir de participar da mesma, sem necessidade de justificativa. Nesse caso, a sua desistência não trará danos para o(a) Senhor(a), para mim, ou mesmo, para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

DESCONFORTO E RISCOS – O(a) Senhor(a) precisará dispor de tempo para responder ao formulário e ou poderá se sentir desconfortável com algum questionamento.

BENEFÍCIOS – O(a) Senhor(a) e seu assentamento serão beneficiados indiretamente (não haverá benefícios diretos) pela produção científica desta pesquisa, representando um importante registro documental do histórico deste assentamento, bem como proporcionando elementos para a compreensão da organização social e da produção agrícola dos agricultores e da formação de extensionistas que podem trabalhar numa perspectiva agroecológica.

SIGILO E PRIVACIDADE – As informações serão compartilhadas apenas com os responsáveis pela realização da pesquisa e mais ninguém. Além disso, sua identidade será totalmente preservada. Os dados serão divulgados apenas para fins acadêmicos e **nenhum nome, endereço ou quaisquer informações pessoais aparecerão nos resultados.**

RESSARCIMENTO – Cabe mencionar que não existem quaisquer objetivos financeiros para os pesquisadores e que também não haverá nenhum tipo de retorno financeiro ou ressarcimento para o(a) Senhor(a). Em caso de ocorrências de quaisquer danos decorrentes desta pesquisa, o(a) Senhor(a) tem o direito à indenização.

CONTATO – Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato com qualquer um dos pesquisadores: Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Dra. Maria Angela Fagnani e doutoranda Marina de Sá Costa Lima, através do telefone (19) 3521-1066 ou o endereço Avenida Cândido Rondon, nº 501, sala 07, Prédio I – FEAGRI/UNICAMP, Cidade Universitária. CEP: 13083875, Campinas-SP, Brasil. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você pode entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNICAMP, das 08h30 às 13h30 e das 13h00 às 17h00 na Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126; CEP: 13083-887, Campinas-SP; telefone (19) 3521-8936; fax (19) 3521-7187; email: cep@fcm.unicamp.br

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante: _____

Data: ____ / ____ / _____

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu responsável LEGAL)

RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR – Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo informante.

Data: ____ / ____ / _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PROJETO: “A REDE ATER NORDESTE: PARTICIPAÇÃO E CONFLITOS DE INTERESSES NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)”

DOCTORANDA: Marina de Sá Costa Lima **ORIENTAÇÃO:** Dra. Sonia Bergamasco

APRESENTAÇÃO - O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário (a) desta pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tem como objetivo garantir seus direitos como participante. As duas vias impressas servem para que uma fique com o(a) Senhor(a), contendo as informações necessárias, e outra com a pesquisadora. Por Favor, leia com atenção aproveitando para esclarecer suas dúvidas com a pesquisadora, antes ou mesmo depois de assiná-lo. Se não quiser participar ou cancelar sua autorização, a qualquer momento, não haverá nenhum empecilho, penalização ou prejuízo.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS- As Políticas Públicas de desenvolvimento rural têm um papel importante junto aos agricultores familiares, grupo social que detém uma forte repercussão na produção de alimentos para o campo e a cidade. No decorrer da história brasileira, os modelos de políticas públicas para o meio rural se detiveram apenas no poder dos grandes proprietários da agroexportação e, ao mesmo tempo, este poder político-econômico bloqueia modelos da agricultura familiar, transformando-a num setor pressionado e sem apoio institucional para desenvolver suas habilidades. Com a reformulação do estado democrático e o reconhecimento da Agricultura Familiar como uma categoria política, conquistas foram surgindo e, somente na década de 2003, surge a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. A implementação desta política permitiu o estabelecimento de redes de extensão rural para fortalecer o acúmulo e experiências, no âmbito da agricultura familiar e agroecologia, das entidades que prestam serviços de ATER. Neste sentido, o presente projeto tem como objetivo analisar a Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural do Nordeste (Rede ATER Nordeste), por meio da análise da eficiência e da coesão social de suas atuações no Assentamento Amaraji, inserido no município de Rio Formoso, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Os resultados dessa pesquisa visam contribuir para avançar na reflexão sobre o papel das Redes de Ater para um diálogo estabelecido entre o governo brasileiro junto a essas entidades, reconhecendo o agricultor familiar como um sujeito social fundamental no processo de desenvolvimento rural sustentável.

PROCEDIMENTOS – O (a) Senhor(a) participará da presente pesquisa por meio de um roteiro dirigido em relação à Instituição (perfil da instituição; princípios e objetivos; estrutura e função; financiamento; parcerias; políticas públicas; assentamento Amaraji; metodologias; crise institucional). A duração média é de uma hora e, se permitido, será gravada e transcrita. O áudio será armazenado digitalmente em arquivo de computador e será usado apenas para este projeto. O local para a realização da entrevista será em sua residência e/ou local de comercialização no intuito de proporcionar um maior conforto e segurança para o(a) Senhor(a), além de minimizar seu desprendimento de tempo e energia. O(a) Senhor(a) poderá interromper a entrevista à qualquer momento para esclarecer dúvidas ou mesmo desistir de participar da mesma, sem necessidade de justificativa. Nesse caso, a sua desistência não trará danos para o(a) Senhor(a), para mim, ou mesmo, para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

DESCONFORTO E RISCOS – O(a) Senhor(a) precisará dispor de tempo para responder ao formulário e ou poderá se sentir desconfortável com algum questionamento.

BENEFÍCIOS – O(a) Senhor(a) e seu assentamento serão beneficiados indiretamente (não haverá benefícios diretos) pela produção científica desta pesquisa, representando um importante registro documental do histórico deste assentamento, bem como proporcionando elementos para a compreensão da organização social e da produção agrícola dos agricultores e da formação de extensionistas que podem trabalhar numa perspectiva agroecológica.

SIGILO E PRIVACIDADE – As informações serão compartilhadas apenas com os responsáveis pela realização da pesquisa e mais ninguém. Além disso, sua identidade será totalmente preservada. Os dados serão divulgados apenas para fins acadêmicos e **nenhum nome, endereço ou quaisquer informações pessoais aparecerão nos resultados.**

RESSARCIMENTO – Cabe mencionar que não existem quaisquer objetivos financeiros para os pesquisadores e que também não haverá nenhum tipo de retorno financeiro ou ressarcimento para o(a) Senhor(a). Em caso de ocorrências de quaisquer danos decorrentes desta pesquisa, o(a) Senhor(a) tem o direito à indenização.

CONTATO – Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato com qualquer um dos pesquisadores: Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Dra. Maria Angela Fagnani e doutoranda Marina de Sá Costa Lima, através do telefone (19) 3521-1066 ou o endereço Avenida Cândido Rondon, nº 501, sala 07, Prédio I – FEAGRI/UNICAMP, Cidade Universitária. CEP: 13083875, Campinas-SP, Brasil. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você pode entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNICAMP, das 08h30 às 13h30 e das 13h00 às 17h00 na Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126; CEP: 13083-887, Campinas-SP; telefone (19) 3521-8936; fax (19) 3521-7187; email: cep@fcm.unicamp.br

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante: _____

Data: ____ / ____ / _____

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu responsável LEGAL)

RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR – Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo informante.

Data: ____ / ____ / _____